

Thomas A. Mitschein, Sergio Nunes (Org)

REFLEXÕES AMAZÔNICAS III

Encarando o mundo globalizado a partir
da maior floresta tropical do planeta





Programa Trópico em Movimento

REFLEXÕES AMAZÔNICAS III

**Encarando o Mundo Globalizado a Partir da Maior
Floresta Tropical do Planeta**

Thomas A. Mitschein, Sergio Nunes (Orgs.)



Universidade Federal do Pará

2022



Universidade Federal do Pará

Reitor: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof^a. Dra. Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitora de Relações Internacionais: Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitora de Planejamento: Cristina Kazumi Nakata Yoshino

Prefeitura: Prof. Dr. Eliomar Azevedo do Carmo

Procuradoria Geral: Fernanda Ribeiro Monte Santo

Programa Trópico em Movimento

Thomas A. Mitschein – Coordenador

Sérgio Nunes – Vice Coordenador

Comissão Editorial

Nazaré Imbiriba (Coordenadora)

Sérgio Nunes da Silva

Miguel Ramos da Silva

Denise Machado

Projeto Gráfico – Igor Aviz

Editores – Nazaré Imbiriba/ Erika Estumano

Fotografia Capa: Manfred Linke

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Central/UFPA-Belém-PA

- R332 Reflexões amazônicas III [recurso eletrônico] : encarando o mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta / Thomas A. Mitschein, Sergio Nunes (Orgs.). — Dados eletrônicos. — Belém : Programa Trópico em Movimento, 2022

Modo de acesso: <https://tropicomovimento.com.br/>

Inclui bibliografias

978-65-00-53991-2

1. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais - Amazônia. 2. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais – Amazônia. 3. Biodiversidade – Conservação – Amazônia. I. Mitschein, Thomas A., org. II. Nunes, Sergio, org.

CDD 23. ed. – 338.9811

Elaborado por Adna Pereira Dias – CRB-2/1453



Programa Trópico em Movimento

REFLEXÕES AMAZÔNICAS III

**Encarando o Mundo Globalizado a Partir da Maior
Floresta Tropical do Planeta**

Thomas A. Mitschein, Sergio Nunes (Orgs.)



Universidade Federal do Pará

2022

AUTORES

Breno Imbiriba - Físico, PhD pela Universidade de Maryland, EUA, Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, Pesquisador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento – UFPA.

Edson Marcos Leal Soares Ramos - Estatístico, Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Títular do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará.

Jade Rebeka de Souza Ramos - Meteorologista. Pós-Graduanda em Meteorologia/ Universidade Federal de Santa Maria

Jadson F. Chaves – Estatístico, Doutor pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE- IUL em Métodos Quantitativos, Estatística e Análise de Dados, Pesquisador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento – UFPA.

José Guillermo Machuca Espíritu - Mestre em Ciências Ambientais. Pós-Graduando em Ciências Ambientais Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará.

Luciano Louzada do Couto- Engenheiro Sanitário e Ambiental pela Universidade Federal do Pará. Pesquisador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento da Universidade Federal do Pará.

Miguel Ramos da Silva - Biólogo, Doutor pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Professor adjunto da Universidade Federal do Pará.

Nazaré Imbiriba - Doutor em Direito. Professora Aposentada da Universidade Federal do Pará. Coordenadora da Área Internacional do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento da Universidade Federal do Pará.

Sergio Nunes - Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal do Pará. Pós-doutorado em Filosofia Ecológica realizado na UNESP de Marília-SP.

Thomas A. Mitschein – Sociólogo. Coordenador do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento da Universidade Federal do Pará. Dr. Phil, Universidade de Muenster, Alemanha. Professor do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Experiência de mais de 20 anos em Programas de pesquisa, ensino e extensão com comunidades rurais e urbanas da Amazônia.

SUMÁRIO

Apresentação	10
Notas Sobre A Dialética Entre Senhor E Escravo No Moderno Sistema Político Econômico Internacional	12
I	13
II	16
III	22
IV	25
V	29
Referências	39
O Brasil E A Opção Amazônica Num Mundo Globalizado Em Que A Destruição Das Bases Naturais Da Vida Humana Castiga Especialmente As Classes Populares Do Hemisfério Sul	43
I	44
II	47
III	50
IV	57
Referências	59
Percepção Da Comunidade Sobre A Poluição Por Odores De Um Aterro Sanitário Na Amazônia Oriental Brasileira	61
Resumo	62
Abstract	63
1 Introdução	65
2 Materiais E Métodos	71
3 Resultados	76
4 Discussão	83
Conclusão	85
Referências	87

Urban Public Transport System: Analysis Of Quality Models In The View Of Bus Managers And Users In The Metropolitan Of Belém-Mdb In The State Of Pará-Brazil	90
Introduction	92
Goals	96
General	96
Methodological Procedure	97
Literary Review	99
quality In Services As A Prepondering Factor	99
Discussion And Conclusion	107
References	116
Attachments	119
Como Enfrentar a Gestão Municipal no Pará entre 2021 E 2024 – Uma Primeira Aproximação aos Desafios na Metropolitana de Belém	123
I	124
II	125
III	127
IV	133
Referência	142
Opressão e Resistência na Periferia do Mercado Mundial - Notas sobre a Subalternização da Mão de Obra da África Subsaariana	143
À Guisa de Uma Introdução	144
1 Da Revolta dos Escravos de São Tomé aos Jacobinos Negros do Haiti	150
2 O Retalhamento da África na Época do Capitalismo Industrial	158
3 Dos Condenados da Terra de Frantz Fanon à Afrotopia de Felwine Sarr	168
Referências	176
A Amazônia e sua Complexidade	179
Resumo	180
Abstract	180
Palavras chaves	181
Apresentação	182

1. Antes de Agora	184
2. No Século Passado	185
4. Nos Tempos de Agora	186
3. As Sociedades Cabocas	187
5. O Conhecimento Paisagístico dos Cabocos e dos Índios da Amazônia é em Parte, um Produto da História (William Balée, 2009)	189
6. Estratégia de Sobrevivências dos Indígenas da Amazônia	190
7. Contributo para as Discussões	191
8. Para Entender a Filosofia Ecológica	193
9. Homem e a População Vegetal	195
10. Abordagem Ecológica	202
Considerações Finais	204
Referências	205
<i>Surpreendimentos Amazônicos!!! A História de Maqueson</i>	208
I Surpreendimentos	209
II Por que Maqueson agora e de novo?	212
III A História de Maqueson... como contada em 2007	216
IV A Marchetaria do Acre	229

APRESENTAÇÃO

Com grande prazer celebramos no dia 28.08.2022 passado o Nono Ano de criação do Programa Especial **TRÓPICO EM MOVIMENTO**, da Universidade Federal do Pará.

Ao longo desses anos, realizamos diversos projetos de pesquisa e extensão, relacionados à socioeconomia e à socioecologia da Amazônia.

Temos planos para o futuro! Focalizaremos, a partir do próximo ano de 2023, de forma mais abrangente, a questão da economia e da ecologia no âmbito do sistema globalizado, que encontra nas florestas tropicais uma reserva indispensável para a sobrevivência de toda humanidade.

Um dos projetos para o qual estaremos direcionando o melhor de nossos esforços estará centrado no enfrentamento dos desafios que enfrentam as populações indígenas do Pará, e mais especificamente o Povo Tembé, na Reserva Indígena do Alto Rio Guamá.

Para tal fim precisaremos estabelecer uma efetiva cooperação com estas populações indígenas – tão afetadas por destrutivos processos desenvolvimentista, mas, também, necessitaremos contar com a colaboração de inúmeras entidades públicas, nos vários âmbitos institucionais da Federação Brasileira, e com entes privados que valorizem, todos, a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento com sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica.

Assim, o Programa Trópico em Movimento estará cumprindo com seus compromissos originais de contribuir para a proteção das florestas amazônicas e com a construção de sociedades cada vez mais igualitárias, ao mesmo tempo em que realiza seus objetivos de ser um Programa Interdisciplinar, Interinstitucional e Internacional.

Esta publicação - **REFLEXÕES AMAZÔNICAS III** – festeja os 09 anos do TRÓPICO, reunindo pesquisadores dedicados que, em suas respectivas áreas científicas, tornaram, com seus projetos e ações, este Programa uma realidade, não obstante os enormes desafios que a Universidade amazônica passou e passa, até hoje, onde, além da Pandemia, teve que conviver com recursos financeiros absolutamente insuficientes para o cumprimento de seus objetivos. Mas a Universidade sobrevive e sobreviverá, principalmente e quanto mais as sociedades regionais percebam a Instituição como um ente vivo e colaborativo, um espaço de diálogo interativo, de acolhida e de luta contra os desafios da pobreza e da destruição ambiental da maior floresta tropical contínua do planeta.

Nazaré Imbiriba Mitschein

**NOTAS SOBRE A DIALÉTICA ENTRE SENHOR E
ESCRAVO NO MODERNO SISTEMA POLÍTICO-
ECONÔMICO INTERNACIONAL**

Thomas A. Mitschein

Belém, (PA), 2022

I

Na antropologia hegeliana, o homem é focalizado como *“subjektiver Geist”*¹(espírito subjetivo) e, nesta condição, encarado como superior ao seu meio natural. Em sua luta entre vida ou morte ganha quem valoriza mais a própria honra do que sua sobrevivência física. Estabelece-se, assim, a relação entre senhor e escravo. Todavia, considerando que nela o Senhor se afirma somente nos momentos de luta, falta-lhe o elemento da continuidade do seu domínio. Quanto ao escravo, este, por mais tenha aceito sua subjugação do poder do primeiro, demonstra sua subjetividade pelo fato de impor à natureza externa uma forma humana pelo resultado concreto de sua atividade de trabalho.

Esta abordagem do filósofo alemão, publicada em 1807 sua “Filosofia do Espírito”, estava sendo alimentada nitidamente pelos Jacobinos Negros de São Domingos que se relevou como uma espécie de *missing link* das lutas sócio- econômicas no âmbito do moderno sistema político-econômico internacional (Buck-Morss 2009)

No que diz respeito à guerra de gente de cor da ilha caribenha, ela pode ser resumida, através de uma sucinta pincelada, pela do seu principal líder, Toussaint L`Ouverture.

Escravo até os quarenta anos de idade, Toussaint se revela como brilhante estrategista militar e competente e austero administrador e sonha com uma aliança com a França revolucionária em pé de

¹ As traduções de textos neste artigo são do próprio autor Thomas Mitschein – TM.

igualdade. Mas, esta no final de 1801, envia uma grande armada para Santo Domingo para estabelecer o cativoiro como *conditio sine qua non* para garantir a retomada dos fabulosos lucros para os cofres da Grande Nação. Traído, o General negro se entrega e levado à França, onde ele morre poucos meses antes da estrondosa derrota que Jean Jacques Dessalines e seu exército de africanos e mulatos impõe aos invasores externos, constituindo. Em janeiro de 1804, o primeiro estado independente da América Latina e a primeira republica negra do mundo.

Em sua abordagem sobre o fim trágico de Touissant. O historiador caribenha C.L.R. James (íbid, p. 234,245) ressalta a seguinte contradição:

“Touissant lutava para manter a conexão francesa como uma necessidade ao Haiti em seu longo e difícil acesso à civilização. Convencido de que a escravidão jamais seria restaurada em São Domingos, ele, também, estava convicto de que uma população de escravos, recém chegados da África, não poderia integrar à civilização por si mesma.

Se estava convencido de São Domingos de que são Domingos cairia sem as vantagens da conexão francesa, também estava certo de a escravidão jamais poderia ser restaurada. Entre estas duas certezas, ele, em quem a visão penetrante e a decisão rápida passaram a ser uma segunda natureza, tornar-se-ia a personagem do vacilo. Foi a fidelidade revolução francesa e tudo o que ela possibilitou, para a humanidade em geral e para o

povo de São Domingos em particular, que tornou ele que ele era. Mas isso acabou por arruiná-lo no final.

Talvez a sua expectativa de obter mais do que a pura e simples liberdade tenha sido demais para a época. Dessalines se satisfazia apenas com isso. (...) Toussaint tentava o impossível, aquele impossível que para ele era a única realidade que importava.”

Nestes termos, o líder caribenho antecipava um dilema que, nos próximos dois séculos se tornaria um verdadeiro pesadelo para os povos da periferia do mercado mundial: Já que a civilização e seus avanços estão concentrados nos centros da socioeconomia internacional, que fazer, depois da ruptura política com o sistema de dominação colonial, para se apropriar deles em benefício do desenvolvimento da nação.

II

Na América Latina espanhola, a superação do colonialismo europeu se concretizou numa situação histórica, na qual o novo centro de gravitação do capitalismo mundial, a Grã Bretanha, articulava o seu interesse pela liberdade do comércio internacional com a aspiração das elites crioulas se consolidarem como agentes de intermediação nas trocas econômicas entre a metrópole e a periferia; papel que, anteriormente, tinha sido executado pelas autoridades ibéricas.

Contudo, por mais que, após a revolução americana, os setores crioulos tenham cultivado o seu anseio de se livrarem dos privilégios políticos e econômicos dos agentes coloniais, na realidade nua e crua do seu cotidiano, ficavam assustados com a possibilidade das classes subalternas pudessem se opor à estabilidade política interna. Certamente, se lembravam das revoltas de Tupac Amaro II e de Tupac Catari que, nos anos 80 do século XVIII, tinham mobilizado os indígenas de todo o Altiplano em torno da esperança messiânica do retorno do Inca como ponto de partida de uma sociedade justa e sem exploração colonial. Além disso, a mencionada revolução dos *jacobinos negros de São Domingos* (James 2000) que, em janeiro de 1804, levou à constituição do primeiro estado independente da América Latina. (Mitschein, Lima 2015), indicava com nitidez que as elites regionais estavam brincando com fogo. E tais preocupações vieram a tona na assim chamada *Segunda República da Venezuela*. Nela, Tomas Boves (1782- 1814), um *outlaw* espanhol que logrou puxar para o seu lado uma grande parcela de gente de cor majoritariamente escravizada, montando com ela uma frente militar que deu suporte à

retomada do domínio espanhol e se destacava pela sua crueldade e suas atrocidades contra os patriotas. O que fazer diante de uma *guerra de raças* desta natureza?

Ao voltar em junho de 1816 de Haiti, Bolívar decretou “a liberdade absoluta dos escravos que padeceram sob o jugo espanhol nos três séculos passados.” (Cit. in: Arana 2013, p. 197) E naquele momento, não obstante as incertezas que ainda giravam em torno do desenrolar da guerra pela independência, a Deusa da dialética social começava a dar seus primeiros sorrisos ao Libertador nos **LLanos** da Bacia do Orinoco, onde Boves tinha iniciado sua marcha vitoriosa contra os Patriotas de Caracas. Famosa pela sua bovinocultura e seus hábeis vaqueiros, nesta planície acabou surgindo com Jose Antonio Paez um novo líder regional que, na batalha de Mucuritas em janeiro de 1818, venceu as tropas espanholas.

“Paez venceu por pura força de vontade:” 1200 camponeses e índios – descalços, só de tanga, armados com flechas e lanças haviam investido contra 4.000 veteranos das Guerras Napoleônicas bem equipados e garbosamente uniformizados. Tinham passado a perna nos hussardos espanhóis com o uso de fogo, poeira, vento e uma ferocidade aterrorizante, fazendo- os se espalhar pelas campinas em chamas como um rebanho de ovelhas. Foi uma vitória marcante, que tornou Páez famoso. Suas fileiras logo se avolumaram com homens querendo combater sob o seu estandarte e participar do butim tomado dos espanhóis. (Arana 2015, p.216)”

Mas como Bolívar, membro nato da aristocracia mantuana, iria se relacionar com um exército de cavaleiros que, não obstante sua eficácia de combate, vivia o seu dia nas condições mais espartanas possíveis? Uma ideia disso transmite o seguinte texto de Marie Arana (p. 220,221)

“Bolívar acabou por ganhar o respeito e a afeição daqueles cavaleiros sem lei, ainda que se possa facilmente imaginar suas desconfianças iniciais. Ele era um homem de fino trato da cidade, um sujeito que usava camisas brancas imaculadas e água de colônia europeia mesma quando saía em manobras. Era um produto da classe social que mais detestavam, mas também era um produto do invulgar ensino de Simón Rodríguez, com todas as suas glorificações do homem natural. Não demorou que os cavaleiros de Páez descobrissem que seu novo líder era um excelente nadador, um montador, um caminhante incansável, alguém capaz de competir com eles em todas as brincadeiras estúpidas que eles gostavam. Certa vez, saltou dentro de um rio com as mãos amarradas atrás das costas e jurou que mesmo desse jeito conseguiria nadar mais rápido do que qualquer desafiante. Ao ver seu ajudante de ordens saltar da sela por cima da cabeça do cavalo e pousar firme sobre os dois pés, quis fazer o mesmo e realmente conseguiu, ainda que isso tivesse lhe custado várias tentativas de alguns dolorosos fracassos. “Confesso que fiz uma loucura”, disse ele, “mas na época eu não queria que ninguém dissesse que me superava

em agilidade, nem que (...) fazia algo que não pudesse fazer. Não creia que isso seja inútil para o homem que mando nos demais.”

Essa espantosa facilidade, pela qual Bolívar conseguiu ganhar mentese corações dos seus comandados era essencial para a construção de um exército novo², fundamentado na perspectiva da expulsão dos espanhóis da América do Sul e na independência política do subcontinente.

Na realidade, a iniciativa militar acabou se tornando uma amálgama para integrar diversos estratos de um povo que o Libertador, em sua Carta de Jamaica de setembro de 1815, tinha descrito como uma raça nitidamente nova que *nem índio, nem pardo e nem europeu*, é. Mas que se afirmou nas batalhas de Bocaya, Carabobo (24 de junho de 1821), Pichincha (24 de maio 1822), Junin (6 de agosto 1824) e Ayacucho (9 de dezembro 1834), alcançando, assim, um elenco de vitórias que encerrou definitivamente o domínio espanhol na América do Sul³.

² Na própria Europa, este desafio já tinha sido enfrentado por Oliver Cromwell que, durante a revolução inglesa, criou um novo tipo de exército que, constituído em grande parte por voluntários, excluiu do comando os lordes, criando um sistema de avaliação do desempenho dos soldados e oficiais que se baseava no princípio do mérito pessoal. E foi trabalhado especialmente numa França republicana, onde a ideia do soldado cidadão politizado se tornou referencial das campanhas militares que o governo revolucionário de Paris organizou contra os exércitos invasores da reação do Velho Continente.

³ “Malgrado suas idiossincrasias, - escreve Marie Arana (ibid p. 334) sobre as tropas patriotas antes da batalha de Junín no Alto Perú em 6 de agosto em 1824 - era um exército brilhantemente preparado e Bolívar se envaidecia com a visão daqueles 9 mil soldados disciplinados - completamente trajados e armados - serpenteando sobre aquelas terras inclementes. Alguns vinham de lugares tão longínquos quanto Caracas, Buenos Aires ou Liverpool, e tinham combatido em Boyacá, em Maipú ou na batalha de Borodino, de 1812.

Diante de tal êxito no campo militar, o mundo ocidental começava a referenciar Bolívar como um “George Washington da América do Sul” (Arana p.347). Todavia, por mais que o Libertador possa ter se sentido lisonjeado com esta comparação, o que ela negligencia é que Bolívar precisava implementar o projeto da emancipação política numa *colônia de exploração* que, desde o *longo século XVI* (F. Braudel), sofreu massacres e saques de conquistadores europeus que fizeram com que, no âmbito dos povos conquistados, “mesmo as suas camadas mais lúcidas (...) aprendiam a ver a si mesmas (...) como uma subumanidade destinada a um papel subalterno, por serem intrinsecamente inferiores à europeia (Ribeiro, 2007, p. 73).” Enfrentar nestas condições a guerrada independência era, obviamente, muito mais difícil do que numa *colônia de ocupação*, onde os próprios colonos anglo-americanos, em sua grande maioria, se enxergavam por bastante tempo como representantes de um Império Britânico que eles mesmos entenderam como meio adequado para a sua própria expansão territorial no Novo Mundo (Kagan 2006)⁴.

Extensas colunas de índios marchavam atrás carregando suprimentos nos ombros. Em seguida, até onde a vista alcançava, vinha uma ondulante massa de seis mil cabeças de gado. Era uma sólida máquina de guerra: treinada, equipada, conservada em bom estado. Para Sucre, ela se afigurava como a melhor foça patriota que já combatera na América. Para Bolívar, que se deliciava em se sentar com os seus oficiais na hora das refeições e brindar livremente as suas façanhas, era um exército que ele amava de maneira irrestrita.”

⁴ Esta expectativa tinha sido alimentada durante a Guerra dos Sete Anos (1756 – 1766), na qual a vitória do Reino Unido contra a França em solo americano gozou do apoio maciço de uma população de english settlers que da mesma maneira em que dobrava o seu PIB vinte vezes ao ano, aumentava a sua vontade de expandir o seu domínio territorial. E, numa situação em que os colonos encaravam o crescimento do seu peso econômico como meio para a viabilizar maiores voos políticos que, das mais diversas formas, tinham sido aliados pelas autoridades britânicas, eles iniciavam com o grito de guerra contra a pátria - mãe um jogo político-militar que, dificilmente, iriam perder.

Sabemos que o sonho do Libertador era formar uma confederação sul-americana em torno dos territórios que tinham sido dominados anteriormente pela Espanha, desmoronou antes de sua própria morte. Foi substituído pela criação de Estados nacionais, conduzidos por regimes oligárquicos que:

- consolidavam a inserção de seus países na divisão internacional de trabalho como meros fornecedores de matérias primas do setor mineral e da agricultura tropical;
- adotavam a identidade cultural do passado colonial e
- tratavam as massas populares, sobretudo as de origem indígena e africana, como bodes expiatórios dos problemas sociais e econômicos das novas repúblicas.

Enfim, regimes que perpetuavam com a *ambição senhorial* uma disposição sociocultural, introduzida na América Latina pelos agentes do colonialismo europeu durante o longo século XV.

Por outro lado, é bom lembrar que nos EUA, após a independência, conviveram elementos de uma democracia liberal com um sistema de produção escravista que, durante as primeiras décadas do século XIX, devido ao aumento da demanda pelo King Cotton por parte da indústria têxtil no Reino Unido, aumentou a sua renda relativa na economia nacional. Contudo, por mais que tais dados indicam um processo de consolidação da assim chamada segunda escravidão (Blackburn2016, Dale Tommich 2016) nos EUA, os seus respectivos protagonistas no deep and upper South, não tinham condição nenhuma para abortar a dinâmica de um acelerado processo de industrialização que estava tomando conta do país a partir de sua região Norte.

III

No caso específico do Brasil, as condicionantes da formação do Estado Nacional começaram a ser definidos pelo confronto das ambições imperiais da Inglaterra e da França que levou ao “transplante da burocracia portuguesa que acompanhou o rei”, suscitando a implantação de um “aparelho burocrático que dificilmente se poderia ter recrutado localmente, dado ao atraso cultural em que a colônia foi mantida” (Ribeiro 1983, p. 108).” Contudo, é preciso lembrar que, no decorrer das primeiras décadas do século XIX, o Governo central enfrentava varias revoltas em diversas províncias, incentivadas por atores políticos que idealizavam a viabilização de uma republica formada por cidadãos iguais perante a lei, mas não tinham nenhuma ideia clara como conciliar este referencial moderno com o destino dos escravos que representavam o sustentáculo maior da economia do país. No meio destas revoltas, se destacava na Amazônia a Guerra dos Cabanos (1835-1840) que, no dizer de Darcy Ribeiro (1995, 319), “disputou, sem saber, a própria etnia nacional propondo fazer uma outra nação, a dos cabanos, não eram índios, nem negros, nem lusitanos e também pouco identificavam como brasileiros.”

Neste contexto, pertinente lembrar que de que no continente amazônico a escravização das populações indígenas proporcionados pelo poder colonial, convivia com projetos de ordens católicas que se encarregavam para fazer dos povos ancestrais um instrumento cabal para que os europeus poderem conviver com as condições ecológicas da floresta tropical. Neste processo de transfiguração cultural, acabou nascendo uma mão de obra cabocla, produto da mestiçagem entre

índios, quilombolas e brancos portugueses, que, durante o ciclo das drogas do sertão, foi usada para viabilizar a exportação de produtos para a Europa e, a partir dos anos trinta, procurava escapar da posição subalterna que lhe era reservada no âmbito do sistema de dominação vigente.

Citação (Darcy Ribeiro (1995, p. 319, 320)

“A cabanagem punha em causa uma forma alternativa de estruturação do povo brasileiro gestada entre os índios destribalizados da Amazônia. (...) Ganharam muitas batalhas, chegaram mesmo assumir o poder central na região, ocupando Belém, Manaus e outras cidades, mas viviam o antiprivilégio dramático de não poder perder batalha alguma (...) Sua revolta secularmente acumulada contra a o pressão e a discriminação era uma reação suficiente para propor levar a cabo, depois de cada vitória, um projeto de alternativo de coordenação social para as gente díspares engavam na luta libertária. Tal como os negros dos quilombolas, apesar do seu primitivismo, as populações liderados pelos cabanos já estavam contaminadas pela civilização. A mesma civilização presentava pestes mortíferas, escravidão e opressão representava também o único modo praticável para articular-se comercialmente com os provedores dos bens de que de que não poderia prescindir, as ferramentas, os anzóis, o sal e a pólvora”.

De qualquer maneira, as utopias dos indígenas e dos quilombolas eram retroativas, abrindo nenhuma perspectiva para sociedade regional poder cultivar, após o *boom* do borracha, o sonho de uma socioeconômica florestal no coração das Américas.

IV

Na história moderna da América Latina, é imperioso dar uma atenção especial ao México que, sete anos antes do outubro vermelho na Rússia, entrou numa fase revolucionária com claros impulsos igualitários. No que diz respeito à esta singularidade, ela se desdobra como consequência de uma série de turbulências altamente dramáticas que o país vivenciou durante as primeiras décadas após sua independência, alcançada em 1821.

Perdeu em 1848, como resultado da guerra com os EUA, a metade (2 milhões de km²) do seu território nacional. Adotou em 1857 uma constituição liberal que, dirigida contra a íntima ligação entre a classe latifundiária e o poder do estado, suscitou uma guerra civil. Esta, por sua vez, terminou com a vitória das forças republicanas e o fuzilamento do arquiduque Fernando Maximiliano de Habsburgo que, com o apoio da França de Napoleão III, tinha se tornado Imperador do México. No período de 1867 até 1910, influenciado fundamentalmente pelos mandatos presidenciais de Porfírio Dias (1830 – 1915), foi implementada uma expressiva centralização do poder do governo federal. Esta montou uma aliança política entre a aristocracia latifundiária, complementada por um segmento de agricultura de exportação, capitalistas externos que investiram em infraestrutura como na ampliação da rede de trens e um diferenciado setor de produtores industriais e comerciais. De qualquer maneira, promoveu-se nesta época um processo de modernização, enfeitado ideologicamente pelos axiomas de um positivismo que estava separado por distâncias oceânicas da realidade mexicana.

“Com a introdução da filosofia positivista - realça Octavio Paz (1970, p. 133, tradução T.M.) - a nação cortou as últimas ligações com o passado. (...) A reforma negou a tradição e ofereceu uma ideia geral do homem. Contudo, o positivismo não podia nos oferecer literalmente nada. Pelo contrário, ele revelou a nudez clara das ideias liberais: um conjunto de palavras bonitas sem utilidade qualquer. A ideia da reforma, o seu grande plano histórico, pelo qual o México deveria se encontrar como nação através de certos valores universais, não passou de sonho e de utopia. Os seus princípios e as suas leis se transformaram numa armadura rígida que afogou a nossa autenticidade e mutilou a nossa essência.”

Foi justamente neste ambiente político-social, onde a revolução de 1910 acabou ganhando espaço. Incentivada pela fome por terra por parte do campesinato, ela gerou no campo político- militar com Emiliano Zapata (1879 – 1919) uma liderança que lançou com o Plano Ayala um referencial de reformaagrária, baseada no passado indígena em sua qualidade de “cerne mais antigo,mais estável e mais durável cerne da nação” (ibid. p. 143).

Assassinado em 1919 por mando das forças governamentais, ele se tornou líder (quase) mítico da história mexicana. Vivo até hoje na consciência das classes subalternas do país, o seu legado não estava apenas presente na época das reformas de Lázaro Cárdenas (1895 – 1970) que levaram à expropriação de uma grande parte das fazendas controladoras das áreas rurais e garantiram, ainda, uma expansão considerável dos *ejidos* enquantopropriedades comunitárias na tradição indígena.

Na última década do século XX, se manifestava, também, pelas atividades do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que, na madrugada do primeiro de janeiro de 1994, dia da celebração do NAFTA, tomou militarmente sete cidades em Chiapas sem atacar civis, transmitindo para a população esquecida do México um sonoro grito de “Ya basta”. Vale lembrar que as iniciativas do ELZN foram de suma importância para uma esquerda internacional que, após a **Queda do Muro de Berlim**, estava bastante desnorтеada diante do fato de que a credence neoliberal **There is no alternative** (TINA) estava tomando conta das políticas governamentais em qualquer lugar desta assim chamada vila global. Além disso, pela sua postura antidogmática, o zapatismo deu uma contribuição enorme para a abertura do debate

daqueles movimentos sociais que se juntaram em torno do lema “Um Novo Mundo É Possível”. Ou como disse o subcomandante Marcos, porta voz do ELZN, numa entrevista em 1996.

“O zapatismo — não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social- democracia. Nem chega a ter um corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral, que em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar esta rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo.”

V

Tendo interpretado, já antes da primeira guerra mundial, as revoltas sociais na Ásia como indício de que a maior parte da população mundial estava se mobilizando contra as modalidades de exploração econômica e de dominação política do sistema capitalista mundial, Lenin (1970, p. 341-344, tradução e destaque T.M.) define, em 1919, no segundo congresso das organizações comunistas dos povos do Oriente, a revolução socialista como uma empreitada internacional que, dificilmente, avançaria sem o apoio dos movimentos nacionalistas e anti-imperialistas em todas as colônias e países dependentes.

“Se torna cada vez mais claro – ele realça nesta ocasião - que a revolução socialista, por sua vez, tomando conta do mundo inteiro, não será apenas a vitória do proletariado de cada país sobre a sua própria burguesia. Isto seria possível, se as revoluções pudessem se concretizar com rapidez e facilidade. Mas sabemos que os imperialistas não permitirão isto. (...) Por esta razão, a revolução socialista (...), será, também, uma luta de todas as colônias e de todos os países dependentes contra o imperialismo internacional. (...) Obviamente, quem precisa garantir a vitória definitiva sobre o capitalismo é o proletariado dos países mais avançados deste mundo e nós russos estamos iniciando a obra que será consolidada pelo proletariado inglês, francês ou alemão. Entretanto, estamos vendo, com clareza, que sem o apoio das massas trabalhadoras dos povos colonizados, e,

sobretudo, dos povos do oriente, não avançarão para a vitória. Temos que ter clareza que a vanguarda sozinha não chegará à transição para o comunismo. Independentemente do seu nível sociocultural, precisamos acordar nas massas trabalhadoras a vontade revolucionária e a criatividade organizacional; a verdadeira doutrina comunista que se dirige aos comunistas dos países avançados, tem que ser traduzida na língua de cada povo (...) transmitindo que o único caminho para a sua libertação é a vitória da revolução internacional e que o proletariado internacional é o único aliado de todos os trabalhadores e explorados (..) dos povos do oriente.”

E em 1920, a Internacional Comunista (Comintern) - concebida, pelos bolcheviques, como partido mundial centralizado, à qual pertencia a prerrogativa de definir as políticas de seus membros nacionais e constituída com o objetivo explícito de “juntar fraternalmente os homens de cor branca, amarela e negra – os trabalhadores do mundo inteiro” (Cit. in: Braunthal 1974, Band II, p. 554, tradução T.M.) - não ratificava apenas a importância da luta dos povos oprimidos dos países (neo)colônias para a superação definitiva do sistema capitalista internacional. Ao mesmo tempo, por iniciativa do delegado indiano Manavendra Rath Roy, aprovava a ideia de que “os povos atrasados como apoio do proletariado dos países economicamente mais avançados poderiam alcançar a ordem soviética sem passar, necessariamente, pela fase do desenvolvimento capitalista.” (Lenin, 1970, p.340, tradução T.M.) Mas no momento em que os movimentos nacionalistas e anti-imperialistas dos países (neo) colônias

começavam a ser avaliados como aliados integrais da luta pela revolução socialista em nível mundial, precisava-se definir estratégias e táticas coerentes que levassem em conta as especificidades das condições socioeconômicas, políticas e culturais nesta parte do planeta (predominância das populações rurais, presença inexpressiva da lei capitalista do valor etc.); condições, aliás, que fizeram com que os mencionados movimentos estavam, via de regra, sob a influência política de grupos da burguesia e da inteligência urbanas, cujos interesses de autoafirmação nacional, via de regra, não incluíam a vontade de superar a ordem capitalista.

Uma primeira discussão mais sistemática desta problemática iniciava-se durante o mencionado congresso do Comintern em 1920 que chegava a conclusão de que os movimentos burgueses de libertação nacional merecessem apoio somente se os seus representantes não criarem obstáculos para que “os comunistas possam educar e organizar o campesinato e a grande massa dos explorados num espírito revolucionário. Se tais condições não estiverem garantidas, os comunistas precisam combater a burguesia reformista.” (Lenin, 1970, p. 527, tradução T.M.)

Fazia parte desta avaliação o princípio de que o próprio Comintern e as suas organizações precisavam insistir no caráter autônomo dos núcleos proletários nas colônias e nos países dependentes, uma vez que, de acordo com esta avaliação, a luta anti-imperialista, na medida em que se transformasse num movimento de massa com objetivos revolucionários, se tornaria incompatível com a moldura institucional da democracia burguesa. Dois anos mais tarde, no quarto congresso da internacional, aliás, o último, que, ainda, contava com a presença do próprio Lenin, esta abordagem estava sendo

aprofundada a respeito da reforma agrária, por sua vez, a principal questão social nesta parte do mundo. Partindo da premissa de que as forças nacionais da burguesia, devido à sua ligação aos setores latifundiários, semifeudais e aos representantes do capital externo, não mostravam maiores interesses em avançar, de fato, na solução do problema da terra, os delegados atribuíram à classe operária a tarefa de se transformar no motor principal da luta contra o domínio dos países imperialistas.

Mas como o proletariado, nos países periféricos reconhecidamente um ator socialmente frágil, embrionalmente organizado e com pouca instrução educacional, poderia enfrentar, de fato, uma tarefa desta envergadura? Tratava-se de uma questão que ficava sem resposta. Aliás, no quinto congresso do Comintern foi adotada uma linha política que insistia na criação de alianças políticas com as forças nacionalistas de cunho burguês que, apenas dois anos antes, tinham sido abordadas como potencialmente contrarrevolucionárias. Ou seja: Na realidade, as orientações que vieram do Comintern para os PCs das nações oprimidas, eram altamente oscilantes e nitidamente inconsistentes. Por diversas razões, alias. Sem dúvida nenhuma, para os dirigentes, seguidores e simpatizantes da nova Internacional, os povos da periferia e as condições de suas lutas se apresentavam como um campo novo, complexo e de difícil trato⁵, já que todos estavam formados na tradição do marxismo europeu. E este, ao transformar o proletariado “numa grandeza de filosofia da história”

⁵ Uma ideia das dificuldades que os delegados do Comintern enfrentavam em suas tentativas de entender as modalidades e a dinâmica socioeconômicas nos países (neo)colônias transmite o seguinte comentário do já mencionado Roy (cit. in: Claudin 1977 Band I, p. 311,312, tradução T.M.):

(Negt 1984, p. 110), tinha criado um dogma que, literalmente, obstaculizou os processos de luta nas regiões (semi)periféricas do mercado mundial⁶.

“Nós achávamos, que (todos os países) do Oriente, somente pelo fato de estarem politicamente, economicamente e socialmente atrasados, pudessem ser jogados no mesmo saco e que este problema pudesse ser resolvido como problema geral. Mas isto era uma visão equivocada. Sabemos hoje que os países do oriente não podem ser tratados, nem em termos políticos e econômicos e nem do ponto de vista social como unidades homogêneas. Por esta razão, a questão do oriente, caso a internacional comunista queira encará-la de maneira séria, é muito mais complexa do que aquela da luta no ocidente.”

Além disso, elementos daquela “arrogância civilizatória” (Schlesinger) que a socialdemocracia europeia tinha revelado em seu debate sobre os povos colonizados antes da primeira guerra mundial, continuavam oprimindo os cérebros de uma parte considerável também daqueles socialistas europeus que tinham aderido ao Comintern. No entanto, esta arrogância - e é importante acrescentar isto - não era privilégio dos comunistas ocidentais. Estava presente, também, nas fileiras dos próprios bolcheviques que precisavam se relacionar com a

⁶ Vale mencionar aqui G. Zinoviev, revolucionário russo e o primeiro Presidente do Comintern que, no início dos anos vinte, achava que, na Ásia, o Japão com os seus 3 milhões de operários industriais e seus 5 milhões de proletários rurais estava mais maduro para a revolução do que a China com a sua realidade agrária e semicolonial. Defendia esta posição ortodoxa apesar do fato de ter vivenciado, pessoalmente, o outubro vermelho na Rússia e as especificidades do processo revolucionário no âmbito de um país semiperiférico. (Veja: Carr 1973, p. 520).

questão do colonialismo dentro da própria Rússia em consequência das políticas imperialistas que o tsarismo tinha imposto aos povos da Ásia Central, do Cáucaso e da Criméia. A primeira vista, enfrentavam esta questão da maneira mais avançada possível, já que destacaram, logo depois do outubro vermelho, que “em nossas bandeiras, está inscrita a libertação dos povos oprimidos de todoo mundo.” (cit. in: Galissot 1986, p. 221). No entanto, pelas mais diversas razões que aqui não podem ser abordadas, na jovem União Soviética o *honeymoon* entre as nações oprimidas e o poder central acabou depois de pouco tempo, fazendo com que Lênin, em 1922, denunciasse a política governamental do “Comissariado para as questões das nacionalidades”, por sua vez, conduzida por Stalin, como “incapaz de proteger os habitantes não-russos da invasão daquele russo verdadeiro, do chauvinista grão-russo, no fundo um patife e tipo violento, como é normalmente o típico burocrata russo.” (cit. in: Claudin 1977, Band I, p. 296, tradução, T.M.)

Entretanto, por mais que estes aspectos tenham contribuído para dificultar o debate dentro do Comintern sobre as condições de libertação nacional na periferia capitalista; a principal razão dos seus zigzagues e da falta do seu aprofundamento teórico estava ligada à dificuldade de conciliar os interesses de segurança da jovem União Soviética em sua qualidade de estado nacional com a postura enfaticamente internacionalista, com qual os bolcheviques tinham entrado no palco histórico. Esta postura, nas palavras do próprio Lenin (1970, p. 491, tradução e destaque T.M.), exigia “primeiro, que os interesses da luta proletária em cada país estejam sendo subordinados aos interesses da luta proletária em nível mundial, segundo, que a nação que alcance a vitória em sua luta contra a sua própria burguesia, se

torne capaz e pronta para assumir os maiores sacrifícios para derrubar o capital internacional”.

No entanto, a contradição entre a suposta primazia da luta proletária e anti-imperialista no mundo inteiro e as necessidades de segurança nacional do Estado Soviético já se manifestava pouco tempo depois da revolução de outubro. Em 1920, Mustafa Kemal, oficial de renome do Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial e líder do Movimento Nacional Turco, tinha solicitado apoio à União Soviética em sua luta contra a política da *Entente*. Tendo sido atendido pelos governantes de Moscou através do fornecimento de armas em quantidades consideráveis e uma doação financeira de 10 milhões de rublos de ouro, o futuro Presidente da Turquia enfrentou, com êxito, a intervenção militar externa. A primeira vista, a ajuda dos soviéticos à guerra da independência dos turcos se enquadrava perfeitamente bem na estratégia do Comintern que realçava a indispensabilidade de associar as lutas de libertação nacional nos países (semi)-periféricos com a revolução mundial. No entanto, a política internados kemalistas envolvia a perseguição sistemática do movimento camponês que lutava por uma reforma agrária e dos membros do recém-formado Partido Comunista. Pouco tempo antes (!) da ratificação da aliança turco-soviética, em março de 1921, os mais conhecidos quadros comunistas foram presos ou assassinados. Entre os últimos, se encontrava Mustafa Subij, um intelectual que tinha introduzido o marxismo na Turquia e participado no primeiro congresso do Comintern em 1919. Desnecessário de dizer que esta política fugia, de longe, das deliberações do segundo Congresso do Comintern que, como mencionamos anteriormente, tinha tomado a decisão de apoiar as forças nacionalistas do mundo (neo)-colonial somente em situações, nas quais estas dariam aos comunistas a

liberdade de educar as massas camponesas num espírito revolucionário. Mas se, apesar disso, foi colocada em prática, isto se devia ao objetivo do governo soviético de facilitar o seu controle do petróleo no Cáucaso, das linhas marítimas no Mar negro e das fronteiras no sul do país. Esta flagrante contradição entre o proclamado internacionalismo e os interesses do primeiro estado socialista em garantir a sua segurança nacional nem se tornou objeto dos debates no terceiro congresso do Comintern, realizado em Moscou quatro meses depois da ratificação do acordo bi-lateral entre a Turquia e a União Soviética. O assassinato dos comunistas turcos não foi mencionado com uma palavra sequer. Diante disso, cabe lembrar: Ao tornar público, depois do outubro vermelho de 1917, as metas de anexação territorial que o governo tsarista prosseguia durante a primeira guerra mundial, os bolcheviques queriam demonstrar a sua vontade de enterrar, definitivamente, a diplomacia secreta. Segundo Trotski (cit. in: Deutscher 2005, p. 423), o primeiro comissário de assuntos exteriores, esta medida era “a primeira condição mesma de uma política externa honesta, popular, verdadeiramente democrática”. No entanto, diante do isolamento internacional da União Soviética, este referencial utópico acabava sendo entregue, dentro de pouco tempo, ao inferno das boas intenções. Em consequência disso, foi o “espírito russo” (Lênin) que começava a tomar conta do Comintern, transformando, finalmente, a internacional num instrumento da política externa da Rússia Soviética e justificando a sua linha de ação através de uma equação ideológica que identificava as atividades do primeiro país pós-capitalista pela sua autopreservação com a luta dos explorados e oprimidos do mundo inteiro, tanto dos centros como da periferia do sistema internacional⁷.

⁷ Esta tendência já estava presente em 1922 no quarto congresso do Comintern:

No final de sua vida, Lenin assumia a respeito da predominância do fator russo no âmbito do Comintern uma posição nitidamente crítica. Por mais que ele tenha sido o principal responsável pela bolchevização da Internacional, defendendo que nenhum partido operário podia se tornar membro dela sem reconhecer as famosas 21 condições que tinham sido estipuladas como uma espécie de prevenção contra o oportunismo político dentro do movimento dos trabalhadores; durante o quarto congresso da Internacional, que coincidia com o refluxo das ondas revolucionárias na Europa Ocidental, os primeiros avanços econômicos da Nova Política Econômica dentro da própria UDSSR e a superação do isolamento diplomático da União Soviética através do Tratado de Rapallo, ele foi o único que falava, de maneira clara, contra a

“The fourth world congress of the Communist International – realça a resolução “Sobre a Revolução Russa” - expresses its profound gratitude to the creative force of Soviet Russia, and its boundless admiration of the strength which was able, not only to seize state power and establish the dictatorship of the proletariat in the revolutionary struggle, but to continue victoriously to defend the achievements of the revolution against all enemies at home and abroad. (...) All activity of Soviet Russia, her struggle for her own existence and for the achievements of the revolution, is a struggle for the liberation of the oppressed and exploited proletarians of the whole world from the chains of slavery. The Russian proletarians have fully discharged their duty to the world proletariat as the protagonists of revolution. The world proletariat must at length in its turn discharge its duty. In all countries the impoverished and enslaved workers must proclaim their moral, economic, and political solidarity with Soviet Russia.” (Cit. in: Carr 1973, p. 441 e 442, destaque T.M.)

Mas ela se tornava definitiva somente na medida em que, diante da estratégia staliniana do “socialismo num só país”, a contradição entre a União Soviética e o mundo capitalista acabava sendo definida como uma nova contradição básica para a dinâmica da revolução mundial e a própria existência do Estado Soviético como “fator decisivo para a libertação internacional do proletariado.” (Cit. in: Claudin 1977, Band II, p. 339, tradução T.M.)

tendência crescente de transformar a experiência soviética numa espécie de “santinho”, perante o qual “os partidos comunistas do mundo todo deveriam se ajoelhar”. (Lenin 1970, p. tradução T.M.) No entanto, com suas advertências contra o avanço desta tendência Lênin se encontrava literalmente na situação de um santo de casa que não podia fazer milagres, já que não havia soluções mágicas para enfrentar a contradição entre o projeto da revolução mundial *enquanto raison d'être* da terceira internacional e as reais ou supostas necessidades de segurança nacional da Rússia soviética. Neste contexto, cabe lembrar que, em março de 1923, o principal arquiteto da revolução russa (1970, p. 889, tradução T.M.), destacava que o futuro do socialismo seria decidido em escala planetária, mas que a sua vitória, em última instância, estaria garantida pelo fato de que “agigantesca maioria da população da terra vivia na Rússia, na China, na Índia etc.” (ibid) Retomava, portanto, poucos meses antes de sua morte, a importância dos países periféricos para o bloqueio das forças do capitalismo mundial. Contudo, dentro de um sistema global em que “a maldição do progresso irrefreável se revela como irrefreável regressão” e a imaturidade dos dominados esta se sendo alimentada “hipermodernidade do sociedade”, o suposto sujeito revolucionário não tem como tocar o intocado com as próprias mãos.

Ou seja, num momento histórico em que nas periferias do mercado mundial as condições de trabalho continuavam mais determinadas pelo látego do feitor de escravos do que pelo despotismo do regime fabril, os povos colonizados resolveram de não obedecer aos *stakeholders* do impérios da Europa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. A dialética do esclarecimento. São Paulo: ZAHAR, 2006.

ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes. Formação do Brasilno Atlantico Sul. Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

ANDERSON, P. Duas Revoluções. Rússia e China. São Paulo: Boitempo, 2018.

BACON, F. Nova Atlântida: A Grande Restauração. Lisboa:, Edições 70 Brasil, 2009.

BAHRO, R. Die Alternative. Zur Kritik des real existierenden Sozialismus. Frankfurt am Main: Europaeische Verlagsanstalt, 1977.

BRAUDEL, F. As Estruturas do Cotidiano. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2000.

BUCK-MORSS, S. Hegel, Haiti, and Universal History. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2009.

BUONARROTI, F. Babeuf und die Verschwörung fuer die Gleichheit mit dem durch sie veranlassten Prozess und Belegstuecken. Stuttgart: D. Verlag, 1909.

CAMPANELLA, T. A Cidade Do Sol. ebooksBrasil. Fonte Digital www.jahr.org. E-Book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cidadesol.html>>. Acesso em: 03.05. 2019.

CARR, E. H. The Interregnum 1923-1924. Baltimore, Maryland: Penguin Books, 1969.

CLAUDIN, F. Die Krise der kommunistischen Bewegung. Von der Komintern zur Kominform, Bd.1. Westberlin: Olle und Wolter, 1977.

DEUTSCHER, I. Trozki. O profeta armado 1879-1921. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EDER, K. Die Vergesellschaftung der Natur. Studien zur sozialen Evolution der praktischen Vernunft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.

EDITION LE MONDE DIPLOMATIQUE. Chinas Aufstieg. Mit Kapital, Kontrolle und Konfuzius. N. 23, 2018.

ELTIS, D.; RICHARDSON, D. Atlas of the Transatlantic Slave Trade. New Haven, London: Yale University Press, 2010.

EMMANUEL, E. Unequal exchange. A Study of the Imperialism of Trade. New York: Monthly Review Press, 1972.

ENGELS, F. Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft, in: Marx Engels Werke (MEW), Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

ESPIRITO SANTO, A. A verdade da História. Amador. Da revolta ao título de rei. In: CONFECON (Conselho Federal de Economia), 17.11. 2017.

FANON, F. Os Condenados Da Terra. Prefácio de Jean Paul Sartre. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FOUCOULT, M. Ueberwachen und Strafen. Die Geburt des Gefaengnisses. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.

FREITAS, D. O socialismo Missioneiro. Porto Alegre: Editor Movimento, 1982.

HAIRCROW, R. "Ich bin nur dem Nein begegnet". In: Der Freitag, Ausgabe 12/2017.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das

LÊNIN, W.I. Ueber unsere Revolution. In: Ausgewahlte Werke. Band III. Berlin: Dietz Verlag, 1970.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifest der Kommunistischen Partei. In: MARX, E. W. (MEW). Band 5. Berlin: Dietz Verlag, 1974.

MITSCHEIN, T. A. Os Povos Colonizados. A Via Não capitalista Ao Desenvolvimento Industrial e o Legado Frantz Fanon Para o Hemisfério Sul. Publicações Trópico em Movimento. Belém IEMCI/UFPA, 2017. Disponível em: <<http://www.tropicomovimento.net>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MITSCHEIN, T.; LIMA, A. P. A Reinvenção da Amazônia: Divisor de Águas para o Futuro do Brasil e de seus Vizinhos Sul-americanos. Belém: IEMCI/ UFPA, 2015.

MITSCHEIN, T. A.; Rocha, G.; Dias, C. Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia: O Futuro Ameaçada do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA). Belém: NUMA-UFPA, 2012.

MITSCHEIN, T. A. O Direito à Diversidade Socioambiental como Utopia Andino-Amazônica no Século XXI. In: MITSCHEIN, T. A.(org.): Série Debate – Barbárie ou O que? Sobre o futuro da espécie humana no século XXI. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

MITSCHEIN, T. A. Die Dritte Welt als Gegenstand gewerkschaftlicher Theorie und Praxis. New

NEGT, O. Dialética e História. Crise e renovação do marxismo. Porto

Alegre: Institutos Goethe no Brasil, 1984

NEGT, O.; KLUGE, A. Geschichte und Eigensinn. Frankfurt am Main: ZWEITAUSENDEINS, 1981.

SONNTAG, H. R. Gespräch mit Dary Bibeiro. In: Kursbuch 23. Maerz: Verlag Kursbuch/Wagenbach, 1971.

VELTZ, P. Mondialisation, villes, territoires: une économie d'archipel. Zisek VS Peterson. M. Francês: PUF, 1996.

**O BRASIL E A OPÇÃO AMAZÔNICA NUM
MUNDO GLOBALIZADO EM QUE A
DESTRUIÇÃO DAS BASES NATURAIS DA
VIDA HUMANA CASTIGA ESPECIALMENTE
AS CLASSES POPULARES DO HEMISFÉRIO
SUL**

Thomas A. Mitschein

Jadson F. Chaves

I

Conquista e exploração dos territórios periféricos do mercado mundial, iniciadas pelos ascendentes impérios do velho continente já no século XV, foram acompanhadas pela difusão de referenciais civilizatórios eminentemente eurocêntricos que justificavam o domínio político-econômico dos colonizadores europeus. Pela parte dos povos colonizados, funcionavam, no dizer de Darcy Ribeiro (2007. p. 75) “como lentes deformadoras (...) que lhes impossibilitavam a criação de uma imagem autêntica do mundo, de uma concepção genuína de si mesmos e, sobretudo, que as cegava diante das realidades mais palpáveis.” Este processo de alienação, por sua vez a base da internalização da cultura do senhor por parte do escravo, ganhou contornos mais sólidos após a Segunda Guerra Mundial, quando, diante do desmoronamento do colonialismo da Grã Bretanha, da França da Holanda e da Bélgica e de Portugal, os novos líderes terceiro-mundistas apostavam suas fichas na inserção definitiva de suas nações emergentes na órbita da civilização industrial como suposto remédio infalível para superar as heranças malditas do seu passado colonial. Certamente, podiam escolher entre a economia de mercado de capitalismo ocidental e a economia de comando nos moldes soviéticos. Todavia, ambos os modelos, não obstante suas divergências sobre as vias a serem adotados nas viagens do desenvolvimentismo retardatário, compartilhavam o princípio de que tudo o que não se enquadrava na lógica reprodutiva da racionalidade instrumental estava atrapalhando o progresso da nação e merecidamente condenado a morrer. (Mitschein 2010) De qualquer maneira, foi a partir desta lógica generalizada que chegou-se a implantar no mundo inteiro “soluções uniformizantes (...), não hesitando em

transformar a custos elevados, quando não em arruinar, os ecossistemas no propósito de torna-los aptos a receber técnicas exóticas, tais quais do Norte para o Sul” (Sachs 1986, p. 124) Contudo, tais soluções, como cabe acrescentar, encontram fatalmente o outro lado de sua moeda na acelerada destruição dos ecossistemas locais, regionais e globais que, nos dias de hoje, revela a sua dimensão dramática especialmente no âmbito da questão climática. Se os treze bilhões de gás carbônico que – de acordo com os especialistas - os oceanos e a biomassa terrestre podem absorver anualmente forem reconhecidos e respeitados como um limite natural intransponível e se, ainda, todos os 7 bilhões de habitantes (?) desta assim chamada vila global tivessem o mesmo direito à poluição destes sumidouros, neste caso ninguém poderia emitir mais do que 1,9 toneladas. Só que, atualmente, países emergentes como a China ou a Índia já ocupam o seu lugar de destaque entre os TOP TEN dos maiores poluidores da atmosfera. E suponhamos que os 2,5 bilhões chineses e indianos emitissem per capita a mesma quantidade de CO₂ como um cidadão médio norte-americano, neste caso somente as suas emissões de dióxido de carbono chegariam a ultrapassar o volume de CO₂ que, em 2013, o conjunto dos países do planeta tinham depositado na atmosfera. No entanto, por mais que um cenário deste tipo seja um perigo para a humanidade inteira, os seus efeitos mais nefastos afetarão, sem sombra de dúvida, a população de baixa renda daqueles países do Sul que se destacam pela sua alta vulnerabilidade à efeitos de mudança climática como inundações, secas, tempestades e a elevação do nível do mar¹, justificando a hipótese de que especialmente

¹ Como exemplo, basta mencionar a passagem do Tufão Haiyan em novembro de 2013 pelas Filipinas que, poucos dias antes da realização da United Nations Climate Change Conference na cidade de Varsóvia, deixou seu rastro de devastação num país insular com um PIB per capita de aproximadamente US\$ 3000.

o mundo em desenvolvimento esteja correndo com botas de sete léguas na direção de um precipício.

Mas como encarar este perigo de maneira minimamente coerente no âmbito de um sistema político-econômico global que, através da acelerada internacionalização do capital produtivo e financeiro, tem assumido, desde os anos sessenta do século passado, a forma funcional de um *arquipélago* (Veltz 1996). Nele criam-se relações privilegiadas entre as *ilhas* de destaque (*global cities*) que intercambiam dia e noite informações, tecnologias e capitais com uma velocidade inédita, mas no que diz respeito aos espaços *in between*, estes, do ponto de vista de sua relevância econômica, se tornam literalmente terras afundadas. E as *ilhas* que não cuidarem de sua competitividade sistêmica, acabam se juntando com facilidade àqueles que já vivem *dentro da água*. De qualquer maneira, trata-se de um sistema implacável que, após a queda do Muro de Berlim, colocou em xeque todos os modelos de regulação político e social que tinham sido estabelecidos depois da Segunda Guerra Mundial, criando no hemisfério Sul uma dramática polarização socioeconômica entre um reduzido número de NICS que respondem por aproximadamente um quarto do PIB mundial e o grupo dos assim chamados LDCS que, parcialmente, sobrevivem através das magras contribuições da cooperação internacional.

II

Partimos do princípio de que, diante da crescente destruição das bases sócio— ecológicas em seu hemisfério, os protagonistas do Sul, estariam bem aconselhados se se lembrassem da abordagem de um Frantz Fanon (2006) que, nos anos 50 do século passado, se destacava como voz dissonante no âmbito do coro desenvolvimentista de cunho terceiro-mundista.

"Decidamos - escreve médico, psiquiatra de origem caribenha e militante da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) em sua obra principal "Os Condenados da Terra", publicado em 1961, ano de sua morte, (ibid. p. 363, 365, 366, destaque T.M.) - não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. (...) Não se deve, a pretexto de progredir, atropelar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, quebrá-lo e matá-lo. Não, não queremos alcançar ninguém. Mas queremos caminhar todo o tempo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. (...) Logo, camaradas, não paguemos tributo à Europa, criando Estados, instituições e sociedades inspirados por ela. A humanidade espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se queremos transformar a África em uma nova Europa, a América em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. Mas se queremos que a humanidade avance, se queremos

levá-la a um nível diferente daquele em que a Europa a manifestou, então é preciso inventar, então é preciso descobrir. Se queremos responder à expectativa dos nossos povos, é preciso dirigir-se a outro lugar, e não à Europa."

Mas qual seria este "outro lugar"?

Só podia ser o conjunto dos territórios dos próprios (ex)colonizados que, depois da paralisia que lhes tinha sido imposta pelo colonialismo, precisavam ser revitalizados pela "caravana que não deve ser dispersada".

No entanto, por mais que a esperança do intelectual internacionalista de que a descolonização dos povos do Sul pudesse "mudar a ordem do mundo" (ibid. p.52) não tenha se concretizado; a sua abordagem sobre os Condenados da Terra não perdeu sua relevância numa sociedade globalizada em que a óbvia acumulação de riqueza por parte de um reduzido número de protagonistas da economia mundial e a concomitante negação de condições sociais minimamente civilizatórias para a maior parcela da população mundial são as duas faces da mesma moeda. E na medida em que, na segunda década deste século XXI, a grande maioria dos *stakeholders* do arquipélago da economia global continua concentrando as suas energias em estratégias de efetivação de sua competitividade sistêmica, tentando garantir o seu lugar numa roda de *hamster*, onde sempre haverá espaço somente para poucos, neste caso cabe perguntar:

De onde será que virão as alternativas para um sistema internacional de dominação que, no dizer de Samir Amin (1993, p.444,

tradução T.M.), encontra “a sua verdadeira barreira histórica no mundo polarizado que ele mesmo cria?”

Da Comunidade Europeia, dos Estados Unidos e do Japão que abrigam apenas 14% da população mundial, mas abocanham aproximadamente 54% de toda a riqueza globalmente contabilizada, vivendo, portanto, numa zona de conforto relativo que lhes permite de tratar as suas próprias discussões sobre a crise social e ambiental desta sociedade planetária “como uma controvérsia sobre o programa musical no Titanic” (Amery 2005, p.165, tradução T.M.)?

Ou será que acabam nascendo num hemisfério Sul, onde, não obstante a maldição do desenvolvimentismo mimético, não há como desfazer num toque de mágica condições socioeconômicas estruturalmente excludentes, fazendo com que, mesmo no âmbito dos *newly industrialized countries*, predominam dinâmicas políticas potencialmente explosivas e de difícil trato?

Infelizmente, não dispomos de nenhuma bola de cristal que pudesse nos dar uma resposta mais nítida à esta indagação. Mas já que, no dizer de Slavj Zizek (2011, tradução T.M.), “o novo vem sempre de onde a gente não o espera”, defendemos a hipótese de que o Brasil e os seus vizinhos andino-amazônicos poderiam exercer um papel de destaque diante deste desafio, caso os seus protagonistas políticos se conscientizassem das vantagens que a valorização de sua (ainda) extraordinária Sociobiodiversidade poderia proporcionar para os seus próprios povos dentro de um mundo cada vez mais (des)norteado pelo (pre)conceito de que “as sociedades ocidentais constituem o fim da história humana”(Morin 2013, p.31).

III

Descoberto há aproximadamente 60 anos pela tecnoburocracia do Governo brasileiro como possível alavanca para o avanço econômico da nação, o “continente amazônico” se tornou objeto de um modelo de crescimento que os seus idealizadores chamaram de desequilibrado e corrigido (Sudam 1976). Desequilibrado porque favorecia setores produtivos (mineração, extração madeireira, pecuária, pesca empresarial, lavouras selecionadas, indústrias eletrolíticas e eletrotérmicas), dos quais se esperava vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E corrigido porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios sociais e espaciais que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo. Contudo, o que a ação corretiva da mão pública pressupõe, além da capacidade técnica de planejamento, é ter poder de fogo em termos financeiros. No entanto, fatores como o pagamento dos encargos da dívida externa, baixas taxas de crescimento econômico e, certamente, o avanço das credices do fundamentalismo de mercado fizeram com que esse poder de fogo tenha minguado expressivamente. As consequências deste enredo são bem conhecidas: a devastação da extraordinária biodiversidade amazônica e a marginalização social da população regional acabaram se tornando duas faces da mesma moeda. E isto justamente num momento em que os governos dos Sete Países mais Industrializados (G7), pressionados em sua própria casa pela mobilização de crescentes movimentos da sociedade civil em torno da questão da proteção do meio ambiente, aprovaram em dezembro de 1991 o Programa Piloto para a Proteção da Florestas Tropicais do Brasil, lançado oficialmente durante a Eco 92 no Rio de Janeiro. No

entanto, mesmo considerando que os projetos do PPG7 tenham gerado insumos notáveis para a definição de opções sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais da região. Em sua essência, o Programa pouco contribuiu para a proteção das florestas amazônicas. Aliás, por uma razão bastante simples: limitava-se à experimentação de iniciativas piloto, deixando a questão da transformação dos seus achados em práticas generalizadas por conta das instâncias governamentais do Brasil. Ora, estas, ao enfrentarem a duras penas os impactos nocivos da década do desenvolvimento perdido da América Latina, não estavam nem de longe em condições para cuidar de fato de uma Região de Dimensões Continentais. Encurraladas entre as imposições dos representantes do sistema financeiro global - que cobravam políticas de contenção das despesas públicas - e as reivindicações dos movimentos ecológicos do mundo inteiro - que insistiam na implementação de políticas eficazes na preservação da maior floresta tropical contínua deste planeta -, as instâncias da política brasileira encontravam-se no meio de um fogo cruzado entre cobranças nitidamente excludentes. Podiam atendê-las concomitantemente, caso soubessem assobiar e chupar cana ao mesmo tempo. Mas já que não sabiam, seguiam as receitas que vieram dos grão-vizires da banca internacional. Em consequência disso, se instalou na Amazônia, no decorrer da última década do século XX, uma “fronteira experimental” (B. Becker), onde inúmeros atores (inter) nacionais insistiam em testar alternativas ao vigente cenário da destruição socioambiental. Mas embaixo desta redoma artificial, via de regra, distante das raízes socioculturais dos próprios protagonistas regionais, estavam se potencializando os desequilíbrios que a forçada ocupação da Região tinha gerado, manifestando-se através de uma galopante concentração fundiária, de um inchaço desenfreado das áreas urbanas e de

expressivas taxas de desmatamento que acabaram transformando a hiléia amazônica na maior emissora de gases carbônicos de todo o Brasil.

E esta situação continua em vigor! Na região inteira! Apesar do fato de que, na década passada, o Governo Federal tenha implantado uma espécie de capitalismo organizado que gira em torno da função estruturante da mão pública. Mas, obviamente, não foge das imposições de um sistema econômico global que, ao forçar todos os seus *stakeholders* de se submeter à lógica reprodutiva do vigente sistema econômico global, perpetua e aprofunda a polarização social e econômica entre as e dentro das regiões no âmbito do território nacional, deixando, conseqüentemente, a Amazônia em sua condição de refém do mencionado modelo de crescimento desequilibrado que lhe foi imposta nas últimas décadas do século passado. (Mitschein, Chaves 2013)

Contudo, este cenário deixa de ser uma fatalidade intransponível se, no dizer de Roberto Mangabeira Unger (2008, p. 1, destaque T.M.), os principais protagonistas da política nacional resolverem de enxergar a reinvenção da região como uma oportunidade impar para o Brasil se reorganizar no século XXI.

"Transformando a Amazônia - escreve o intelectual brasileiro - o Brasil se transformará. (...) Hoje a discussão do destino da Amazônia serve como alavanca de pressão do mundo sobre o Brasil. Pode, porém, abrir espaço para nós no mundo. Para isso, temos de mostrar como, ao reafirmar nossa soberania na Amazônia, podemos fazê-lo a serviço não só do Brasil mas também da

humanidade. Uma iniciativa nacional a respeito da Amazônia é capaz de esclarecer e de comover o país. Presta-se a uma iniciativa de libertação nacional. No século 19, completamos a ocupação do litoral. No século XX, avançamos para o centro-oeste. No século XXI, reconstruiremos o Brasil ao reinventar a Amazônia. O espírito da empreitada deve ser o de definir a Amazônia como vanguarda, não como retaguarda." (ibid.)

Neste contexto, defende a necessidade de aprofundar no contexto regional um zoneamento econômico-ecológico que, em sua qualidade de "tradução espacial de um pensamento econômico", precisa definir "o que pode - e deve - ser produzido onde", encaminhando, a partir daí, "a solução de todos os problemas fundiários na Amazônia" e formulando um projeto de desenvolvimento em "duas grandes vertentes: para a Amazônia já desmatada e as grandes cidades (onde se concentra ainda mais do que em outras regiões do país, a maior parte da população) e para "a Amazônia onde a mata permanece em pé". (ibid.)

No que diz respeito à "Amazônia já desmatada", recomenda "aproveitar esse espaço para inovar, construindo na agricultura familiar, na pequena indústria e nos serviços um modelo econômico que não repita os erros do passado brasileiro" e, concomitantemente, prioriza a criação de uma relação sinérgica entre "indústrias de ponta, "pós-Fordistas" (que) podem produzir, de maneira, não padronizada, máquinas e insumos que a retaguarda de empreendimentos menores e mais atrasados consigam usar."(ibid.)

E quanto à "Amazônia onde a mata permanece em pé", ele destaca a necessidade imperiosa de institucionalizar regimes de tributação que fazem com que a floresta em pé valha mais do que a floresta derrubada, incentivando iniciativas que dizem respeito à organização da "prestação dos serviços ambientais" e em investimentos maciços no aproveitamento tecnológico da biodiversidade.

Nestes termos, a proposta de Mangabeira Unger vem ao encontro com o paradigma do ecodesenvolvimento (Sachs 2006) que defende o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática para a produção de alimentos humanos, rações para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção e insumos para os mais diversos setores indústrias e, ainda, aborda, os ecossistemas intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as necessidades da reprodução humana. Ou seja, insiste na criação de uma moderna civilização da biomassa, por sua vez a melhor alternativa à maldição da "transposição mimética da civilização europeia" nas terras tropicais (ibid. p. 389).

No entanto, uma empreitada deste tipo não rima com uma política econômica nacional que reserva a setores como educação, saúde, saneamento, ciência e tecnologia, gestão ambiental, agricultura, organização agrária e indústria menos do que 10% do Orçamento Geral da União, mas destina em torno de até 45% ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública do país, suscitando, assim, "uma brutal transferência de recursos públicos ao setor privado, nacional e internacionalmente" (Fatorelli 2012).

De qualquer maneira, o que estes dados mostram é que os principais protagonistas da política brasileira preferem evitar conflitos e

contendas com os *stakeholders* daqueles bancos nacionais, estrangeiros e investidores internacionais que, junto com as seguradoras, detêm 62% do estoque da dívida pública brasileira².

Adotam, assim, uma postura pouco surpreendente numa situação, em que os mercados financeiros, devido ao seu baixo nível de regulação e ao seu próprio tamanho, estão dando as cartas no âmbito da economia global. Mas ao fecharem os olhos diante da imperiosa necessidade do país redefinir as modalidades de pagamento de sua dívida pública mobiliária não apenas deixam as instancias do estado literalmente de mãos atadas diante das acumuladas mazelas sociais e ambientais em todo o território nacional, colocando em risco a possibilidade da sociedade brasileira alcançar um futuro social, econômico e ecológico minimamente sustentável. Ao mesmo tempo, acabam subestimando de forma surpreendente o virtual poder de barganha que está ligado ao fato do Brasil abocanhar dois terços da Bacia Amazônica, por sua vez um dos principais celeiros da bio- e sociodiversidade deste planeta.

Mas o que fazer para transformar este poder virtual numa realidade palpável?

A resposta à esta indagação nós parece óbvia! Torna-se indispensável de conceber e viabilizar um programa sólido e convincente que, no dizer de Mangabeira Unger, faz do "soerguimento

² Segundo o economista Adriano Benayon (2013), as despesas com os serviços da dívida somaram de 1988 até o presente "a colossal quantia de R\$ 10 trilhões em preços atualizados", um montante que representa aproximadamente o dobro do PIB do Brasil de 2010.

da Amazônia prioridade brasileira na primeira parte do século 21" (ibid. p.1, destaque T.M.),

- transmitindo com clareza para a sociedade nacional que a transformação das áreas já desmatadas - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km² - num espaço de inovação técnico-econômica em torno da elevação sistemática da "produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e das águas" (Sachs 2006, p. 231), proporcionará ao Brasil a oportunidade de criar o embrião de uma moderna civilização da biomassa, pelo seu turno insumo de suma importância para iniciar a revisão de um modelo de acumulação que desperdiça de forma estrondosa as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais em todas as regiões do território nacional;
- formando com os seus vizinhos latino-americanos um bloco de cooperação regional que esteja determinado para se afirmar no jogo das relações geopolíticas e geoeconômicas em nível internacional através da criação de instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, meios de comunicação independentes, um inteligente sistema de segurança militar e da ampliação das capacidades técnico-científicas dos seus membros associados e
- mostrando aos protagonistas de um mundo globalizado cada vez mais sujeito à destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que a atuação

brasileira/sulamericana em suas regiões tropicais privilegiará a preservação dos extraordinários serviços ambientais que as suas florestas estão gerando em benefício da humanidade toda.

IV

Não vendemos gato por lebre. Temos uma noção bastante clara do fato de que, atualmente mais do que nunca, o *mainstream* da política brasileira está separado por *distâncias oceânicas* de uma estratégia que pudesse viabilizar uma original civilização da biomassa na Amazônia nos moldes levantados. Contudo, se, mesmo assim, insistirmos na intensificação do debate sobre esta opção é porque compartilhamos a ideia de Bertolt Brecht de que o mundo contemporâneo pode ser descrito para as mulheres e os homens de hoje somente como um mundo mutável. Embora esta colocação do escritor alemão esteja valendo para classes subalternas desta assim chamada vila global inteira, ela tem um sentido especial para a população de uma Amazônia que, no decorrer das cinco décadas passadas, tem se encontrada literalmente entre a cruz e a espada. Finalmente, vive num habitat que tem sido abordado na época da implementação do mencionado modelo de crescimento desequilibrado como área de suporte ao progresso econômico da nação e, pelo PPG7, como reserva biogenética a ser preservada pelo bem das futuras gerações da terra toda. Ambos os referenciais que acabaram transformando a maior floresta tropical do planeta num simples meio para alcançar um determinado fim, por sua vez, alheio aos anseios originários da maior parte dos próprios amazônidas, são elementos integrais de uma civilização ocidental que, presa na armadilha de um saber que tem renunciado ao sentido através

da substituição do conceito pela fórmula (Adorno, Horkheimer 2006), passa longe do imperativo categórico de estabelecer uma relação mais equilibrada entre economia e ecologia em nível planetário.

Diante deste quadro global virtualmente catastrófico, fazemos questão de encerrar esta abordagem com a seguinte colocação do jornalista britânico George Monbiot (2019, destaque T.M.)

“Our system – characterized by perpetual economic growth on a planet that is not growing – will inevitably implode. The only question is whether the transformation is planned or unplanned. Our task is to ensure that it is planned, and fast. We need to conceive and build a new system, based on the principle that every generation, everywhere has an equal right to enjoy wealth.”

REFERÊNCIAS

Adorno, Horkheimer: A dialética do esclarecimento, ZAHAR, São Paulo 2006.

Fanon, F.: Os Condenados Da Terra. Prefácio de Jean Paul Sartre, EDITORA U F J F, Juiz de Fora 2006.

Fatorelli, M. L.: A inflação e a dívida pública, in: Le Monde Diplomatique, Ano 4, Número 64, junho 2011

Fearnside, P.: A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais, INPA, Manaus 2003.

Fatorelli, M. L.: A inflação e a dívida pública, in: Le Monde Diplomatique, Ano 4, Número 64, junho 2011

Fearnside, P.: A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais, INPA, Manaus 2003.

Mangabeira Unger, R.: Projeto Amazônia - Esboço De Uma Proposta, Belém 2008.

Mitschein, T. A.: O Direito à Diversidade Socioambiental como Utopia Andino-Amazônica no Século XXI, in: Mitschein, T. A.(org.): Série Debate – Barbárie ou O que? Sobre o futuro da espécie humana no século XXI, NUMA-UFPA, Belém 2010.

Mitschein, T. A.; Rocha, G.; Dias, C.: Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia: O Futuro Ameaçada do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA), NUMA-UFPA, Belém 2012

Mitschein, T. A.; Chaves, J. F.: O Direito à Cidade na Floresta Amazônica, in: Mitschein, T. A.; Gilberto de Miranda Rocha, Mario Vasconcelos Sobrinho: O Direito à Cidade na Floresta Amazônica,

UFPA/NUMA, Belém 2013

Mitschein, T.M. A reinvenção da Amazônia - Divisor de águas para o futuro do Brasil e seus vizinhos latinoamericanos, IEMCI-UFPA, Belém 2015

Mitschein, T., A.: Os povos colonizados. A Via Não-capitalista Ao Desenvolvimento Industrial E O Legado De Frantz Fanon Para O Hemisfério Sul, UFPA/IENCI, Belém 2015

Monbiot, G.: Only Rebellion will prevent na ecological apocalypse, in: The Guardian, 15.4. 2019

Morin, E.: Entrevista. O future da humanidade, in: Le Monde Diplomatique, rasil, Ano 6, Número 65, dezembro 2012

Ribeiro, D.: As Américas e a Civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos, Companhia das Letras, São Paulo 2007.

Sachs, I.: Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir, CORTEZ EDITORA, São Paulo 1986

Sachs, I.: Rumo À Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento, Vertice, São Paulo 2006

SUDAM: II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia, Ministério do Interior, Belém 1976

Veltz, P.: Mondialisation, villes, territories: une économie d'archipel, PUF 1996

**PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE A
POLUIÇÃO POR ODORES DE UM ATERRO
SANITÁRIO NA AMAZÔNIA ORIENTAL
BRASILEIRA**

José Guillermo Machuca Espíritu

Breno Cesar de Oliveira Imbiriba

Jade Rebeka De Souza Ramos

Luciano Louzada do Couto

Thomas Adalbert Mitschein

RESUMO

A poluição por odores do aterro é um componente dos poluentes que afetam o meio ambiente humano. Questões e reclamações de odores do aterro foram feitas por meio da mídia, reclamações oficiais e protestos de pessoas que moram perto da Central de Processamento e Tratamento de Resíduos (CPTR) Marituba ou comumente chamado aterro sanitário de Marituba. Este estudo tenta obter o feedback das pessoas que vivem perto do aterro sanitário; para isso foi conduzido um estudo por meio de um questionário aplicado aos moradores do entorno do aterro em um raio de 4 km do aterro. O estudo envolve uma pesquisa de percepção para determinar a influência do aterro sanitário no nível social, de saúde, bem-estar, influência do governo na problemática, percepção da qualidade do ar e desconforto. Os resultados dos questionários mostram que os riscos que a população percebe de viver próximo ao aterro de Marituba estão relacionados à sua saúde física e aos efeitos no ambiente físico e social. Os moradores estão insatisfeitos com a qualidade do ar devido a maus odores que causa a CPTR Marituba na área. No contexto da discussão sobre a autopercepção do impacto da CPTR Marituba, isso mostra que os odores e proximidade com o aterro, produz uma emoção negativa e de descontento na população. O estudo encontrou consenso de que o cheiro intenso do aterro de Marituba causa desconforto aos moradores assim como também é uma possível causa de doenças respiratórias. Além disso, a população atribui a presença de moscas como uma maior possibilidade de contrair uma doença gastrointestinal assim também como doenças transmitidas por vectores como Zika, dengue e Chikungunya. Por outro lado, os resultados das entrevistas mostram

que há uma variação temporária na qualidade do ar, sendo o cheiro pior no período noturno, depois de ter acontecido chuvas e na estação de inverno. Os resultados desta pesquisa devem ser levados em conta na definição de políticas públicas para a localização de novos aterros sanitários e na implementação de ações para mitigar o impacto negativo dos aterros existentes.

Palavras-chave: Percepção da comunidade, aterro sanitário, intensidade do odor, poluição por odor, Amazônia.

COMMUNITY PERCEPTION OF ODOR POLLUTION FROM A LANDFILL IN BRASILIAN EASTERN AMAZON

ABSTRACT

Landfill odor pollution is a component of the pollutants that affect the human environment. Landfill odor issues and complaints were made through the media, official complaints and protests from people who live near the Marituba Waste Processing and Treatment Center (WPTC) or commonly called Marituba landfill. This study tries to get feedback from people living near the landfill; For this, a study was conducted through a questionnaire applied to the residents around the landfill within a 4 km radius of the landfill. The study involves a perception survey to determine the landfill's influence on social, health, well-being, government influence on the problem, perception of air quality and discomfort. The results of the questionnaires show that the

risks that the population perceives to live near the Marituba landfill are related to their physical health and the effects on the physical and social environment. Residents are dissatisfied with the air quality due to bad odors caused by Marituba WPTC in the area. In the context of the discussion on the self- perception of the impact of Marituba WPTC, this shows that odors and proximity to the landfill, produces a negative and discontented emotion in the population. The study found a consensus that the intense smell of the Marituba landfill causes discomfort to residents as well as being a possible cause of respiratory diseases. In addition, the population attributes the presence of flies as a greater possibility of contracting a gastrointestinal disease as well as diseases transmitted by vectors such as Zika, dengue and Chikungunya. On the other hand, the results of the interviews show that there is a temporary variation in air quality, with the smell being worse at night, after rains and the winter season. The results of this research must be considered in the definition of public policies for the location of new landfills and in the implementation of actions to mitigate the negative impact of existing landfills.

Keywords: Community perception, landfill, odor intensity, odor pollution, Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A gestão integral dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) continua sendo um tema pendente para a América Latina e o Caribe (ALC). Segundo o Banco Mundial (BM), a geração dos RSU nesta área do mundo deverá aumentar de 130 milhões de toneladas produzidas em 2012 para 220 milhões de toneladas em 2025 (HOORNWEG; BHADA-TATA, 2012).

Na América Latina e o Caribe (ALC), a agenda da gestão integral dos RSU possui aspectos que ainda precisam de atenção prioritária, devido ao predominante subfinanciamento para a disposição final do RSU; Segundo Hoornweg e Gianelli (2009) o gasto médio dos municípios para a gestão do RSU é de 2-8% do orçamento dos municípios. Isso se traduz em vários problemas: a falta de pessoal treinado na gestão de resíduos sólidos (especialmente fora das megacidades da ALC); a cobertura da coleta de RSU, que embora seja alta (93%), apresenta diferenças extremas entre países, como os casos do Haiti e da Guatemala; a taxa de disposição adequada de RSU, ainda é baixa, já que apenas 54% dos RSU estão depositadas em aterros sanitários (ONU, 2012). No Brasil, a média nacional de disposição adequada dos RSU é de cerca de 42% (ABRELPE, 2016), no México, de 74,5% (SEMARNAT, 2016), e o Chile, país que reporta a maior disposição na ALC, é de 78% (SUBDERE, 2018).

Além do exposto, o aumento da população, das taxas de geração dos RSU e a baixa educação ambiental da população que despeja seus resíduos em locais públicos, vias públicas, ao ar livre, córregos, rios e lagoas se traduz na deterioração das condições

sanitárias urbanas com consequentes problemas de saúde pública e contaminação ambiental (OPAS-AIDIIS-BID, 2010). Outras questões relevantes como a interferência do setor privado na gestão dos resíduos sólidos urbanos (recolha e disposição), a inclusão dos catadores (separadores informais de resíduos sólidos) e a influência da disposição dos RSU no contexto de mudança climática, ressaltam a importância da geração dos RSU na ALC (HERNÁNDEZ-BERRIEL *et al*, 2016).

A determinação da influência da poluição do ar na saúde humana é extremamente complexa e difícil, a convivência dos seres vivos, em especial a do Homem, com a poluição do ar tem trazido consequências sérias para a saúde. Os efeitos dessa exposição têm sido marcantes e plurais quanto à sua abrangência na população em geral (ALMEIDA; RODRIGUES, 2003). A poluição atmosférica provoca doenças respiratórias, tais como asma, bronquite e enfisema pulmonar e desconforto físico, donde se destacam a irritação dos olhos, nariz e garganta, dor de cabeça, sensação de cansaço e tosse; também agrava doenças cardiorrespiratórias e contribui para o desenvolvimento de cancro do pulmão. Estes problemas têm alto custo social, como gastos nos tratamentos de saúde, perda de horas de trabalho e redução da produtividade (MIRANDA, 2007).

Um outro aspecto da contaminação atmosférica refere-se a odores que são frequentemente uma questão fundamental para os aterros sanitários, especialmente aqueles que recebem resíduos biodegradáveis. Odores normalmente estão associados a atividades como o manuseio de resíduos odoríferos e a cobertura de resíduos biodegradáveis ou com a presença de componentes residuais em gás de aterro ou lixiviados (HPA, 2011).

As emissões odoríferas são frequentemente acompanhadas por relatos de problemas de saúde das comunidades (STEINHEIDER, 1999). Indivíduos afetados podem relatar uma ampla gama de sintomas de saúde não específicos, atribuindo-os à exposição a odores, incluindo náuseas, dores de cabeça, sonolência, fadiga e problemas respiratórios. Os sintomas de saúde relatados em associação com emissões odoríferas podem surgir em concentrações detectáveis olfatórias bem abaixo dos níveis associados a efeitos tóxicos ou limiares para a irritação da membrana mucosa (HPA, 2011).

As respostas individuais aos odores são altamente variáveis e são influenciadas por muitos fatores, incluindo sensibilidade, idade e exposição prévia ao odor. Fatores psicológicos e sociais, além do nível de preocupação de um indivíduo com o dano potencial à sua saúde, também terão um papel importante na resposta de um indivíduo. Existem estudos publicados que mostram uma forte correlação entre o incômodo percebido pelo odor e os sintomas subjetivos (DALTON *et al.*, 1997; DALTON, 2003). A presença de odores detectáveis pode causar incômodo entre a população local, possivelmente levando a estresse e ansiedade. Algumas pessoas podem sentir sintomas como náusea ou tontura como uma reação aos odores, mesmo quando as concentrações desses produtos químicos são insuficientes para serem diretamente prejudiciais à saúde. (HPA, 2011).

Na Região Metropolitana de Belém, Pará, Brasil; o destino do Resíduo Sólido Urbano (RSU) coletado é a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos (CPTR) Marituba ou mais conhecido como aterro de Marituba, de criação no ano de 2015, que causou descontentamento na população do entorno. De acordo com VASCONCELOS JUNIOR e CORRÊA (2017) o empreendimento

não foi adequado de forma técnica às normas estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no que tange ao distanciamento de reservas naturais, ao solo, aos lençóis freáticos etc., para que o aterro opere de forma apropriada.

A Prefeitura do Município de Belém (PMB) deposita cerca de 30.000 toneladas de resíduos sólidos por mês na CPTR Marituba e o total de recebimento de resíduos sólidos no aterro é de cerca de 40.000 toneladas de resíduo\mês, ou seja, Belém equivale a 75% desse total por isso a necessidade de uma área tão grande destinada ao aterro. Além da PMB outras duas prefeituras da RMB também depositam seus resíduos no aterro (Marituba e Ananindeua) (VASCONCELOS JUNIOR; CORRÊA, 2017).

Neste aterro sanitário há coleta seletiva, e é realizada pela Associação de Catadores e Recicladores de Materiais Recicláveis de Marituba (ACAREMA). A ACAREMA tem 35 pessoas associadas, sendo que parte delas trabalha no aterro e o restante na sede da associação na cidade de Marituba. Os catadores separam os resíduos enviados ao aterro e o resultado deste trabalho é responsável pela sobrevivência deles (SANTOS; FONTEL; PEREIRA, 2018).

O anterior aterro, o aterro do Aurá, conhecido como Lixão do Aurá, desativado em julho de 2015, causou os mesmos impactos ambientais dentre os quais, se destacou o forte odor, causado pela decomposição de matérias de origens distintas (alimentos, animais etc.), o que ocasionou o aparecimento de moscas, ratos, entre outros agentes transmissores de doenças. O lixão de Aurá operou por cerca de 20 anos atendendo os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Barbara e recebendo por dia quase duas mil toneladas de

resíduos. Neste lixão os RSU não recebiam nenhum tipo de tratamento. (SANTOS; FONTEL; PEREIRA, 2018). Lobato e Tavares (2012) relatam na sua pesquisa que o solo e rios próximos foram contaminados pelo chorume produzido pelo lixão.

O município de Marituba se destacou nas mídias de comunicação local, devido aos diversos protestos realizados pela população local que exigem providências ao governo municipal, no que concernem as inadequações do empreendimento que gerencia o aterro sanitário, instalado no ano de 2016, e que causou problemas de saúde principalmente doenças respiratórias devido ao forte odor (SANTOS; FONTEL; PEREIRA, 2018).

O projeto inicial da CPTR Marituba sofreu alterações, uma vez que durante a sua execução não apresentou resultados esperados devido as condições climáticas da região. Após de despejar os RSU pelos caminhões, uma caçamba passa para aterrar o local e assim evitar que a chuva infiltre e gere chorume, além de diminuir o odor. Devido ao clima chuvoso da região, o trabalho tinha que ser paralisado porque o risco de acidente é muito alto. As obras de terraplanagem eram feitas só no verão (quando a incidência de chuvas é menor) porque o material precisava estar seco. A solução encontrada para que o lixo aterrado não desabasse, foi cobri-lo com lonas, e não com grama como se tinha pensando anteriormente, porque assim impedem a impermeabilização da chuva). A Revita passou um ano sem armazenar o chorume e só fazia tratamento de uma parte do mesmo, pois segundo denúncias da população ao Ministério Público do Estado (MPE), uma parte do chorume gerado no aterro tem sido descartado diretamente na Natureza, provocando danos ambientais (SANTOS; FONTEL; PEREIRA, 2018).

Em março de 2017, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade -SEMAS apresentou uma notificação onde foram estabelecidos prazos para a regularização do aterro sanitário e descritas as medidas técnicas emergenciais para a correção das falhas detectadas pela equipe que inspecionou o empreendimento (VASCONCELOS JUNIOR; CORRÊA, 2017).

A população que mora no entorno do aterro, nas proximidades do rio Uriboca tem sofrido diretamente com o forte odor, doenças da pele, e contaminação do ar e da água pelo mau tratamento dos RSU, empresários e pequenos comerciantes reclamam que a contaminação da água e o mau cheiro tem prejudicado o comércio local (VASCONCELOS JUNIOR; CORRÊA, 2017).

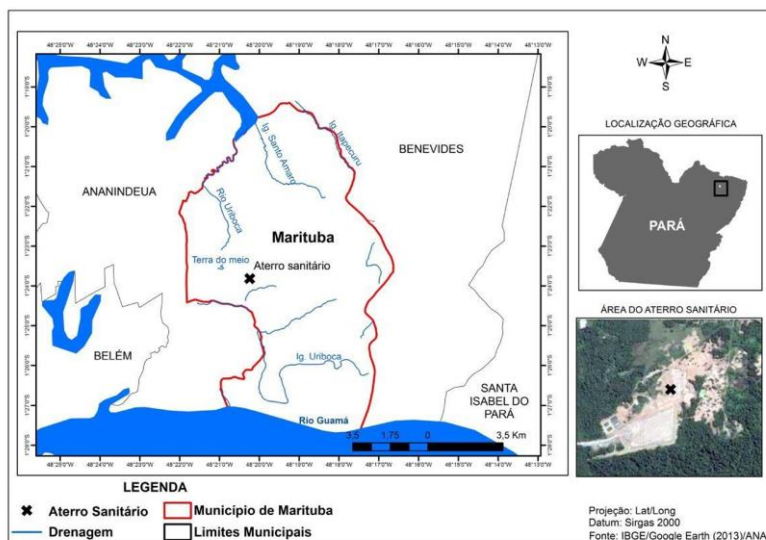
De acordo com Santos, Fontel e Pereira (2018) diversos protestos foram realizados por moradores do município, movimentos sociais, e outros segmentos da sociedade civil, a fim de sinalizar o poder público quanto aos problemas enfrentados no município, cuja reivindicação dá nome ao movimento chamado “fora lixo!”, a qual exige a retirada definitiva do aterro. Este trabalho tem como objetivo avaliar, de maneira sistemática utilizando questionários, a percepção de qualidade do ar dos moradores do entorno de um aterro sanitário em uma área urbana em uma grande metrópole tropical úmida, os impactos causados na vida dessas pessoas e a como eles julgam a reação popular e a gestão pública dessa situação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Local de Estudo

O local de estudo é a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos (CPTR) Marituba ou também conhecido como Aterro Sanitário de Marituba (ASM), localizado na rodovia BR-155, 6959, com coordenadas geográficas de latitude $1^{\circ} 23' 53.47''$ S e longitude $48^{\circ} 20' 25''$ W; a aproximadamente 4 km do centro de Marituba, na Região Metropolitana de Belém (RMB), e ocupa uma área de 111 ha, sendo 78 ha destinados às Unidades de Processamento/Tratamento e Infraestrutura de Apoio e 32 ha de Área de Preservação Ambiental (REVITA, 2011), a área aterrada atual possui uma altura de 40 metros e se planeja fazer 3 células de expansão (SANTOS; FONTEL; PEREIRA, 2018). Tem um tempo mínimo de operação de 15 anos e 5 meses de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (REVITA, 2011) (Figura. 1).

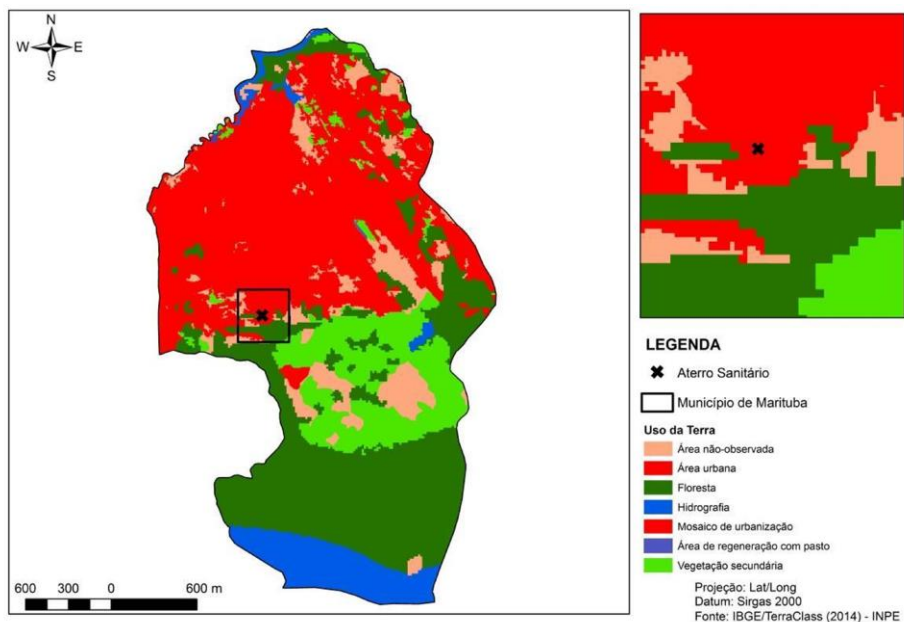
Figura 1 -Localização da CPTR Marituba



Fonte: PONTES et al. (2017).

O uso e cobertura da terra no entorno do Aterro Sanitário é constituída de: Área urbana; Floresta; Vegetação Secundária, hidrografia, entre outras) e como é perceptível o Aterro foi construído dentro de uma área urbana do município de Marituba (Figura 2) (PONTES et al., 2017).

Figura 2 - Uso e cobertura da terra no entorno da CPTR Marituba



Fonte: PONTES et al. (2017).

2.2 Pesquisa de Questionário

Foi realizado um estudo qualitativo para recuperar as experiências dos moradores das áreas próximas ao aterro. Um total de 161 questionários foram realizadas em um raio de 4 km máximo do aterro durante os dias 23, 26 e 30 de junho e o 12 de julho de 2018 e foi feito em parceria com o Programa Interdisciplinar Tropic em Movimento, com ajuda dos estagiários, membros e com o pessoal do Laboratório de Física Atmosférica da Faculdade de Meteorologia ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

As entrevistas foram feitas com um questionário de 41 perguntas, direitas, de opção múltipla, em algumas perguntas o entrevistado poderia responder uma ou várias opções, e um apartado com os comentários do entrevistado que não entravam nas respostas preestabelecidas e outro apartado com observações do entrevistador. O tempo aproximado de aplicação de cada questionário foi de aproximadamente 10 minutos

Este é dividido em 4 partes:

1. Demografia - para a classificação das pessoas em sexo, idade, estado civil, escolaridade etc.
2. Qualidade do ar - avaliação direta da percepção do impacto com relação a intensidade, hora de maior influência, sazonalidade, variação ao longo do tempo, impacto no dia a dia, e vantagens/desvantagens da presença do aterro.
3. Influência do Governo - avaliação da presença do governo na negociação dos possíveis problemas.
4. Impacto na saúde - avaliação da percepção do impacto na saúde devido ao aterro sanitário.

2.3 Área de Aplicação do Questionário

A região dentro de um raio de 4 km ao redor do Aterro Sanitário tem população de 76.628 habitantes (Censo IBGE 2010). Com este total da população estimou-se que, para ter um erro máximo de 6,5%, com grau de confiança de 90%, eram necessários 161 questionários.

Notou-se também o fato de que certas áreas de entrevista eram de alguma periculosidade, dificultando assim o acesso tranquilo à certas ruas pelo que os questionários foram concentrados em avenidas e ruas principais.

2.4 Receptores Sensíveis

Os entrevistados (receptores sensíveis) do estudo envolveu exclusivamente os residentes da área de estudo, de ambos sexos, de diferentes idades, que tivessem pelo menos 1 ano de moradia na região. Foram entrevistados nas proximidades de suas casas durante a pesquisa, os entrevistados foram de diferentes bairros dos municípios de Ananindeua e Marituba.

3 RESULTADOS

Os 161 questionários foram aplicados em quatro dias de visitas de campo. Todos os questionários foram aplicados no período da manhã, em dois sábados e em dois dias de semana.

3.1 Demografia

Os entrevistados são homens e mulheres em similar proporção (52% e 48% respectivamente), e a faixa etária mais alta é entre 21 e 30 anos (28%) A grande maioria dos entrevistados (93%) já habitava a região ao redor do aterro a mais de 3 anos, ou seja, vivenciaram toda a trajetória desde a implementação do aterro, dos problemas e soluções na questão do impacto do na comunidade. O 73% dos entrevistados são de cor de pele parda. A grande maioria dos entrevistados (41%) completaram até o ensino médio (Tabela 1).

Tabela 1 - Resumo da demografia dos entrevistados

	No.	(%)
Sexo		
Homens	83	(52)
Mulheres	78	(48)
Idade		
0-20	19	(12)
21-30	45	(28)
31-40	34	(21)
41-50	27	(17)
51-60	23	(14)
+60	13	(9)

Anos morando na região		
0-1	10	(6)
2	3	(2)
3-5	17	(11)
6-10	30	(19)
11-15	13	(8)
+16	88	(55)
Cor da pele		
Preta	21	(13)
Parda	117	(73)
Branca	23	(14)
Escolaridade		
Primária	13	(8)
Fundamental	43	(27)
Médio	66	(41)
Técnico	25	(16)
Graduação	9	(6)
	<u>Pós</u>	
<u>graduação</u>	<u>5</u>	<u>(3)</u>

3. 2 Percepção Do Impacto No Ar

Inicialmente pode se observar a notoriedade com que a população atribui a queda de qualidade do ar na região ao aterro (99%), causado pelo mau cheiro (83%). Na graduação do problema, ele incomoda muito (90%).

Um dos resultados mais importantes nesse estudo é a relação entre a meteorologia e a percepção da qualidade do ar. A pior qualidade do ar ocorre durante a madrugada (36%), seguido por noite e manhã,

(28% e 19% respectivamente). Também se atribui que os piores momentos ocorrem imediatamente depois das chuvas (77%) e durante o período de Inverno (85%).

Quanto à questão do odor, 73% da população diz que o problema do mau cheiro afetou algo no seu dia a dia. O maior impacto ocorre durante as refeições (39%) moradores declaram que tiveram que tomar medidas como comer dentro da casa (quem comia no quintal ou no corredor) e o sono (35%), porém 45% deles tenta tomar alguma medida para remediar o problema. Repetidos relatos individuais discorrem sobre o cheiro enjoativo na hora da refeição e de dormir, e que tentativas como fechar as janelas durante a noite, forrar a casa, usar ar-condicionado, comer dentro da casa (quem comia no quintal ou no corredor) inclusive usar aromatizantes ambientais para tentar amenizar o problema do mal cheiro.

A população é quase unânime (99%) com relação ao fato de que não há nem uma vantagem em morar nas proximidades da CPTR Marituba.

Moradores do bairro Albatroz de Marituba que fica a menos de 1 km da CPTR Marituba declaram que muitas pessoas venderam suas casas porque o cheiro era insuportável. Eles também declaram que a única ação ou orientação do governo que eles receberam foi uma cesta básica e água potável porque eles reclamaram que a água dos seus poços foi contaminada. Nesse bairro são poucos os moradores, mas eles protestaram bastante devido a que eles recebiam diretamente os maus odores devido à cercania do bairro com o aterro.

Finalmente, destaca-se que os arredores da CPTR apresentam problemas ambientais adicionais, relacionados, à presença de um canal de esgoto, à existência de pequenos lixões e a água estancada, o que os moradores consideram afeta também o ambiente físico e a saúde (Tabela 2).

Tabela 2 - Resumo da percepção do impacto do aterro na qualidade do ar

	Continua	
	No.	(%)
O aterro piorou a qualidade do ar?		
Sim	159	(99)
Não	2	(1)
De que forma?		
Malcheiro	133	(83)
Poeira	14	(9)
Fumaça	13	(8)
Outros	1	(1)
O problema incomoda?		
Não	0	(0)
Pouco	6	(4)
Mais ou menos	10	(6)
Muito	145	(90)
Pior horário		
Madrugada	57	(36)
Manha	30	(19)
Tarde	29	(18)
Noite	45	(28)

Continuação

É pior em situação de		
Sol	7	(4)
Chuva	124	(77)
Calor	2	(1)
Vento	26	(16)
Outros	2	(1)
Piora em alguma época?		
Sim	118	(73)
Não	43	(27)
Qual época?		
Verão	24	(15)
Inverno	137	(85)
Afetou o dia a dia?		
Sim	118	(73)
Não	43	(27)
O que afetou?		
Sono	57	(35)
Refeição	63	(39)
Lazer	17	(11)
Estudo	9	(6)
Trabalho	13	(8)
Outros	2	(1)

3.3 Percepção Sobre A Influência Do Governo E Da Sociedade e Impacto Na Saúde.

Para a maioria dos entrevistados (91%) não houve nenhuma ação do governo para lidar com o problema do mau cheiro. Isso sugere uma falta de diálogo entre o governo e a população, tanto para orientar quanto para agir. Dos poucos que sabiam de alguma ação do governo (9%), a absoluta maioria (93%) não viu nenhum resultado positivo.

Continuando nesta direção, a grande maioria das pessoas (92%) não viu nenhuma melhora na atuação do governo no último ano (2017).

No entanto, a maioria da população (78%) lembra de ações da comunidade para lidar com o problema da CPTR Marituba, porem a grande maioria (76%) não acreditou que houve algum efeito positivo duradouro dessas ações populares.

Sobre a provável causa do problema, as opiniões dividem-se igualmente entre atribuir o maior problema ao tratamento do resíduo, a localização do aterro e a falta de fiscalização (38%, 31% e 30% respectivamente). A questão dos resíduos sólidos é complexa e não se espera que o cidadão médio tenha opiniões pré-formuladas sobre o assunto, explicando a distribuição uniforme entre as três opções (Tabela 3).

Tabela 3 - Resumo da percepção da influência do governo e a sociedade no problema, e a percepção do impacto na saúde.

	No.	(%)
Houve alguma ação do governo?		
Sim	14	(9)
Não	147	(91)
Ação do governo surtiu algum efeito?		
Sim	11	(7)
Não	150	(93)

Atuação do governo no último ano		
Melhor	13	(8)
Mesmo	113	(70)
Pior	35	(22)
Houve alguma ação da comunidade		
Sim	126	(78)
Não	35	(22)
Ação da comunidade surtiu algum efeito?		
Sim	38	(24)
Não	123	(76)
Atribui o problema do aterro à		
Local	50	(31)
Tratamento	61	(38)
Fiscalização	48	(30)
Outros	2	(1)
Causou algum problema de saúde?		
Sim	84	(52)
Não	77	(48)
Recebeu atenção médica?		
Sim	72	(45)
Não	89	(55)
Receber atenção médica resolveu o problema de saúde?		
Sim	123	(76)
Não	38	(24)

4 DISCUSSÃO

Os moradores da área adjacente a CPTR Marituba têm a percepção de que os odores provenientes do aterro influenciam em doenças respiratórias, principalmente para crianças e idosos. Os entrevistados consideram que a inalação dos maus odores da CPTR Marituba gera doenças do tipo respiratório como garganta irritada, falta de ar, tosse; sendo estes os principais problemas de saúde que os afligem.

No entanto, os entrevistados relatam que os maus odores não são permanentes, mas que a sua presença está associada às condições meteorológicas como depois da chuva assim também nas horas da noite quando o cheiro é mais intenso. Além disso, comentários diretos feitos pelos entrevistados indicam que os moradores distinguem claramente os odores provenientes da CPTR Marituba daqueles oriundos de outras fontes, como o canal de esgoto ou lagoas de águas pluviais estagnadas, também localizadas em seus setores residenciais.

Com o exposto, mostra-se que os odores não afetam apenas a saúde, mas o bem-estar, devido ao desconforto que geram, tanto no interior das casas como no exterior. Portanto, os moradores evitam passear nas áreas verdes do bairro por causa do aborrecimento causado pelos maus cheiros.

Ao investigar os moradores sobre outros efeitos à saúde causados pelo aterro, eles comentam doenças como vômitos, náuseas, problemas da pele, dores de cabeça assim também comentam doenças

transmitidas por vetores em específico por mosquitos como são Zika, Dengue e Chikungunya.

Finalmente, os moradores consideram que a presença de muitas moscas, não só gera desconforto, mas também aumenta a possibilidade de transmissão de doenças do tipo gastrointestinal (vômitos, náuseas, diarreia).

Independentemente se os gases do aterro realmente causaram algum problema de saúde (algo que apenas uma investigação detalhada na área da saúde pode avaliar) pode-se constatar que houve incomodo suficiente atribuído ao aterro para que as pessoas fossem ao posto de saúde, e mesmo que tais gases possivelmente não causassem algum problema sério, este aparentemente afeta a qualidade dor ar que é respirado pela população circundante.

CONCLUSÃO

Os resultados dos questionários mostram que a população percebe uma relação negativa entre viver próximo ao CPTR Marituba e a sua saúde física e mental e a qualidade do ambiente em que vivem.

Encontrou-se que a inalação dos maus odores causa desconforto na população e é considerada como uma possível causa de doenças respiratórias. Além disso, a população atribui a presença de moscas como uma maior possibilidade de contrair uma doença gastrointestinal assim também como doenças transmitidas por vectores como Zika, dengue e Chikungunya.

Embora a intensidade dos odores e sua capacidade de causar desconforto correspondam a avaliações subjetivas e, portanto, podem variar de pessoa para pessoa, neste caso, o estudo encontrou consenso de que o cheiro intenso da CPTR Marituba causa desconforto aos moradores. Por outro lado, os resultados das entrevistas mostram que há uma variação temporária na qualidade do ar, sendo o cheiro pior no período noturno, depois de ter acontecido chuvas e na estação de inverno.

Os moradores estão insatisfeitos com a qualidade do ar devido a maus odores que causa a CPTR Marituba na área. No contexto da discussão sobre a autopercepção do impacto da CPTR Marituba, isso mostra que os odores e proximidade com o aterro, produz uma emoção negativa e de descontento na população.

Por último, destaca-se que os supostos achados nesta pesquisa podem ter implicações para a saúde pública, uma vez que evidenciam o

impacto negativo no bem-estar devido à proximidade da CPTR Marituba, além dos efeitos na saúde física que eles poderiam ocasionar e que só uma pesquisa na área da saúde poderia confirmar.

Os resultados desta pesquisa devem ser levados em conta na definição de políticas públicas para a localização de novos aterros sanitários e na implementação de ações para mitigar o impacto negativo dos aterros existentes.

Embora da relevância da temática abordada nesse trabalho, estudos sobre percepção da comunidade sobre a poluição por odores de aterros na Região Amazônica são escassos ou inexistentes na literatura. Portanto este trabalho ajudaria a acrescentar as pesquisas respeito aos aterros sanitários nas áreas urbanas e a afetação na qualidade de vida dos moradores na região metropolitana de Belém e da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.P.; RODRIGUES, J. Um modelo gaussiano incorporado em SIG para estudo de impactos ambientais – aplicação a um caso na zona de Coimbra. [Coimbra]: Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra, 2003.

DALTON, P. Upper airway irritation, odor perception and health risk due to airborne chemicals. *Toxic Lett*, 140-141. 239-48. 2003.

DALTON, P.; WYSOCKI C.; BRODY M.; LAWLEY H. The influence of cognitive bias on the perceived odor, irritation, and health symptoms from chemical exposure. *Int Arch Occup Environ Health*, v. 69, n.6, p. 407-17, 1997.

HEALTH PROTECTION AGENCY (HPA). Impact on Health of Emissions from Landfill Sites. Advice from Health Protection Agency.

London. ISBN 978-0-85951-704-1. 2011.

HOORNWEG D., BHADA-TATA P. What a waste. A global review of solid waste management. Urban development series knowledge papers. The World Bank. Urban Development Series, March 2012, No. 15.

HERNANDEZ-BERRIEL M.C., AGUILAR-VIRGEN Q., TABOADA-GONZALEZ P., LIMA.MORRA R., ELJAIIEK-URZOLA M., MARQUEZ-

BENAVIDES L., BUENROSTRO-DELGADO O. Generación y composición de los residuos solidos urbanos en América latina y el Caribe. *Rev. Int. Contam. Ambie.* 32 (Especial Residuos Sólidos) 11-22 DOI:10.20937/ RICA. 2016.32.05.0. 2016.

HOORNWEG D., GIANNELLI N. Managing municipal solid waste in Latin America and the Caribbean. Integrating the private sector, harnessing incentives. *Gridlines*, 28, 1-4. Washington, DC: World Bank. 2009.

LOBATO, C. C. S; TAVARES, L. C. Problemas causados pelo Lixão do Aurá. Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas-Tocantins, 2012.

MIRANDA, A. Efeitos da Poluição Atmosférica – exposição e saúde. Aveiro: Universidade de Aveiro: Departamento de Ambiente e Ordenamento, 2007.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS (ONU). Estado de las ciudades de américa latina y el caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana. Brasil, 196 pp. ISBN: 978-92-1-132469-3. 2012.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS), ASOCIACIÓN INTERAMERICANA DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL

(AIDIS), BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). Informe de la Evaluación Regional del Manejo de Residuos Sólidos Urbanos en América y el Caribe 2010. 2010.

PONTES, A. K. S.; SOARES, I. R. C.; SILVA, P. V. C.; MORAES, E. T. I.; SANTOS, J. T. S. Análise da paisagem e formas de uso do solo, no aterro sanitário de Marituba/PA, através da ferramenta SIG. 2017.

REVITA. Relatório de impacto ambiental: resumo das informações sobre a central de processamento e tratamento de resíduos classe II. 2011.

SANTOS, S.L.; FONTEL, Q.J.; PEREIRA, S.V.C. O tratamento de resíduos sólidos na região metropolitana de Belém. In: CONGRESSO

SUL-AMERICANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUSTENTABILIDADE, 1., 2018, Gramado, RS. Anais... Gramado, RS: CONRESOL, 2018.

SECRETARIA DE MEDIO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES (SEMARNAT). SEMARNAT. Informe de la situación del Medio

Ambiente em México. Compendio de Estadísticas Ambientales. Indicadores Clave, de Desempeño Ambiental y de Crecimiento Verde. Edición 2015. SEMARNAT, México. 2016.

STEINHEIDER B. Environmental outdoors and somatic complaints. Zentralblatt für Hygiene und Umweltmedizin (International Journal of Hygiene and Environmental Medicine), 202, 101-19. 1999.

SUBSECRETARÍA DE DESARROLLO REGIONAL Y ADMINISTRATIVO (SUBDERE). Programa Nacional de Residuos Sólidos. SUBDERE,

Gobierno de Chile. Chile. julio de 2018.

VASCONCELOS JUNIOR, M. R. V; CORRÊA, R. do S. da S. Impactos Socioambientais Causados pelo Aterro Sanitário no Município de Marituba – PA. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. 2017.

**URBAN PUBLIC TRANSPORT SYSTEM: ANALYSIS OF
QUALITY MODELS IN THE VIEW OF BUS MANAGERS
AND USERS IN THE METROPOLITAN OF BELÉM-MDB
IN THE STATE OF PARÁ-BRAZIL**

Jadson Fernandes Chaves

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Thomas A. Mitschein

Abstract: This study of relevance in the area of public transport in the bus modality comes to analyze the satisfactions regarding the quality offered in the urban public transport sectors in the Metropolitana de Belém-MDB based on the vision of users and managers. Throughout the work, a review of the concepts of quality is made in various aspects such as: evolution, services, transport services, consumer behavior, quality processes, among others. Regarding the methodological aspect, two field surveys were carried out that showed the satisfaction rates of users and managers, where in the users' view unacceptable levels were described, which when compared to the general average obtained 54.81% of dissatisfaction and contrasting with the index in the view of the managers that was with 66.74% of satisfaction. In defining the construction of the models of the various existing GAPs, they were based on 27 variables that reflect the most intrinsic aspects of quality within the scope of urban public transport. Therefore, as final results, two general global models were created through the technique called Principal Components-PCA analysis, which were demonstrated through the scores obtained at the levels of perceived quality, both by the population and by the managers. In this way, the results can serve as management, control and planning tools for actions that refer to public transport, which, without a doubt, can contribute to improving the quality of transport services offered to the MDB population.

Keywords: Public transport, buses, quality, principal components analysis

INTRODUCTION

The urban transport development model adopted in Brazil follows North American molds, the policy was based on an unbridled search for gasoline consumption from the 50s of the last century, in the Vargas era, through the National Road Plan that accentuated the preponderance of the road modal over the others (NAZARÉ, 2001). On the other hand, the culture of car use in society is intrinsic, which is linked to an image of status and power.

The option for this policy marked the paths of urban growth in the country, guided by the transformations of urban spaces and a growing fleet of vehicles, which cause all kinds of impacts on the routine of the population (SPECHT, BRANDLI & SILVA, 2009). These impacts refer to an accelerated and unbridled urban growth that is in line with an incipient planning and management of public passenger transport systems, instability of legislation, preference in investment for individual transport tending to diseconomies, decreased quality of life and latent environmental liabilities in the concerning the transport scenario (CNT, 2006).

In the Amazon, urban treatment becomes fundamental for environmental and transport policy, as the process of regional urbanization leads to challenges regarding the sustainability of transport, however, the environment is not an aggregator element in the variable of urban planning and ordering of public actions in city spaces controlled by government officials. Data from the National Association of Public Transport (ANTP) show that in more than five thousand

Brazilian municipalities there are several daily trips, using various means of transport, among which we can highlight: bicycle, motorcycle, private car and public transport, the latter being represents 28,9% of the total displacements with almost 60 million trips a day. This means that for every ten trips/day, three correspond to the public transport mode. Still on this type of displacement, it can be noted that 25% of Brazilian municipalities have the collective bus service. See table 1 below.

Table 1 - Urban and metropolitan transport of people in Brazil, Modal division 2012.

Main Mode ¹	travel days	%
On foot ²	89.000.000	43,6
Bicycle	15.000.000	7,4
motorcycle ³	2.000.000	1,0
Públic (4)	59.000.000	28,9
Self (5)	39.000.000	19,1
Total	204.000.000	100

Source: ANTP Estimate (2012), Based on origin-destination data from several cities, information on public transport and data on vehicle fleet and population.

1. Classified according to the single mode or, in the case of more than one mode, the “heavier” mode (railway to foot mode)).
2. Only trips over 500 meters long.
3. Motorbike for personal (non-commercial) use only.
4. Includes taxi.

Metropolitana de Belém - MDB, in the State of Pará, with 2,046,843 inhabitants, according to estimates by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE in 2007, divided into five municipalities, is the integration with the largest population in the State. With an average annual growth rate of 2.5% per year, most municipalities have high rates of urbanization, such as the capital of Pará, Belém, (99.35%), Ananindeua (99.76%) and Marituba (87, 16%). At the same time, the urban space of Belém becomes vertical and expands towards the surrounding municipalities (VASCONCELOS, ROCHA & LADISLAU et al, 2009). See table 2 below, which shows the degree of urbanization of the MDB from the 1970s onwards.

The Superintendence of Urban Mobility -SEMOB, the body that manages the transport of the largest city in the MDB, carried out in February (2019) a survey of turnstile readings¹, carried out in 20 bus companies in the MDB, where he found that on average there were 772,556 tickets/ day and 5,407,892 tickets/week. This large volume of travel, locomotion and the low quality of services offered, shows the effect of urban mobility in a large agglomeration such as MDB, which needs specific strategic planning molded into a quality transport model to address the problem.

Another important fact is the decrease in the use of buses and the tendency to use other modes of transport, which, in some way, are a concern, such as alternative transport, not yet authorized, which are

¹ Survey carried out to obtain data on transported passengers and ticket costs.

causing even greater impacts on quality of life. of urban transport users in this region (BRASIL apud TOBIAS, 2009).

Therefore, in view of the aforementioned assumptions, the hypothesis of the growing need to improve the quality of urban transport services must be considered, if it is influenced by the absence of public policies regarding actions by both the public and private sectors in the transport area. public.

This study aims to analyze the quality models of urban public transport in bus modes in the MDB, seeking the views of users and managers, described in the field research.

Table 2 - Urbanization rate of the municipalities that make up the MDB (1970 - 2007).

MUNICIPALITIES	Year					
	1970	1980	1991	1996	2000	2007
Ananindeua ¹	12,98%	10,40%	84,00%	88,02%	99,76%	99,76%
Belém ¹	95,18%	88,33%	68,22%	74,43%	99,35%	99,35%
Benevides	25,30%	29,84%	12,21%	10,37%	58,83%	53,83%
Marituba	-	-	-	-	87,18%	87,16%
Santa Bárbara do Pará	-	-	-	28,79%	35,23%	30,76%

(1) Preparation and calculation of SEPOF/DIEPI/GEDE.

Source: Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE (1970,1980,1991,2000,2007).

This research will make use of the intention of proposing alternatives to improve the quality of life of the public transport user in the MDB.

GOALS

General

To evaluate the satisfaction of the quality offered in the Urban Public Transport System-bus in the users' view and managers through quality models in Metropolitan of Belém-Pará-Brazil.

Specific

- ✓ Identify the different types of transport quality services in the view of different authors;
- ✓ Carry out a survey through on-site research with the various MDB bus users and managers;
- ✓ Evaluate the various quality GAP's through modeling, in the view of MDB's bus users and managers;
- ✓ Propose alternatives to improve the quality of public transport.

METHODOLOGICAL PROCEDURE

The objects of the study are the users and managers of urban public transport-bus in 5 five municipalities of the MDB (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara).

The study orientation followed five methodological steps such as;

- ✓ The first step consisted of a bibliographic review in secondary sources such as quality authors, master's theses, doctorate, magazines, newspapers, internet, where the theoretical foundations of the quality process were presented in the view of transport services and the theory of behavior. of user. As for government agencies such as: SEMOB, Department of Traffic of the State of Pará-DETRAN, Brazilian Institute of Geography and Statistics-IBGE, National Department of Traffic-DENATRAN, and among others, structural aspects of the MDB and its indicators of transpose
- ✓ In the second stage, we opted for the primary survey with MDB bus users and managers, where questionnaires were applied with types of closed questions, also called fixed alternative. In this case, the interviewee had to choose one of the alternatives proposed by the research team. It is important to highlight that the interviewees were chosen randomly and spontaneously.

✓ In the third phase, the codification, treatment, and condensation of the information were carried out, where the STATISTIC PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCE Software - SPSSR

- 22.0 was chosen, due to the safety in the construction of the database and the speed of the results.

✓ In the fourth phase of the study, after the systematization of the results, the methodology of Principal Components Analysis-PCA of the variables involved in the process was chosen, to identify the various relationships of the proposed models. The vast majority of current professional mathematical or statistical software have packages for working with ACP incorporated in their set. In this job did option:

- By the use of SPSS 22.0 and MINITAB 5.0 and STATISTIC 6.0

✓ In the last phase, the result of the study and its contributions to improving the quality of transport in the MDB were addressed.

LITERARY REVIEW

QUALITY IN SERVICES AS A PREORDERING FACTOR

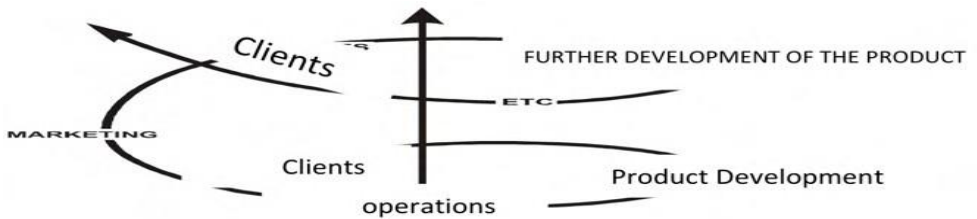
For (JURAN, 1995) about the concept of performance, quality shows some peculiarities, such as quick response to customer calls, effectiveness when it comes to advertising campaigns, uniformity in production processes and an information system suited to the needs of the market. Therefore, these characteristics are fundamental to the product's performance in terms of product satisfaction, that is, they compete with each other in the market. With all this market competition, the main focus must be on product performance with equal or superior quality to the competition. In the characteristic referring to dissatisfaction with the product, quality is reported in situations such as late deliveries, loss of contracts, rework and scrap at firms, wrong invoices and changes in the structure of engineering projects. However, the combination of all these problems results in dissatisfaction with the product, causing returns, rework and dissatisfaction. To then expose a simple definition for quality, which is fitness for use². The example in Figure 1 is the summarized version of

² "This definition should be expanded soon, because there are many uses and users, so a convenient way to show some of the many uses and users is through the "Quality Progress Spiral". The spiral shows a typical sequence of activities employed to bring a product to market. In large companies there are departments responsible for these activities. As a result, each department carries out a process of the operation, produces a product project and provides it to other departments or customers". (JURAN, 1995, p.6).

what happens in a large company. It is important to highlight that some customers are internal and belong to the same company, that suppliers and others are external. Thus, the existence of a deficiency represents a threat to the future of sales and, consequently, can generate higher costs.

The products and services offered in the market today are certainly different from what was presented in other decades. This can be seen by the demand of buyers, as satisfactory quality is required to meet the needs and desires of end customers. However, an important fact is that buyers recognize that the price paid represents only the initial cost of the product, with the life cycle cost of the product being the biggest concern in high priced markets. Actions related to services constitute an increasingly comprehensive area from the point of view of total quality control programs, being used abundantly in companies. Historically, the main characteristic of service-related activities was the tendency to remain dependent on skills, attitudes, training of people and the focus on applications to quality controls (FEIGENBAUM, 1994).

Figure 1 - spiral of quality progress



Source: JURAN, 1995.

FRAME 1- Relationships evidenced through the spiral.

Provider	Products (Goods and services)	Clients
Client	Information of needs	Development of product
Product development	Projects of product	Operations
Operations	Goods and services	Marketing
Marketing	Goods and services	Clients

Source JURAN, 1995.

The reason for satisfaction in relation to the purchase of a product or service is given in the characteristics of the purchased good and dissatisfaction begins with the non-conformities of the products and is a decisive point for the satisfaction or not of the customers. However, most products or services that are not salable face competition, as they sometimes offer a better service (JURAN, 1993).

With regard to customers, most of them formulate their needs in relation to the goods they want to buy, and their real needs are the services that such goods can offer. It is important to decipher customer needs. For this, it is understood that there must be communication with customers³. In this scenario, the main processes for discovering customer needs can be translated into the phrase: be a customer first,

³ “Communicating with customers is the most widely used process for discovering customer needs. It is adaptable to many types of supplier-customer relationships” (JURAN, 1995,p.52).

that is, put yourself in their shoes, communicate with the customer, research the usefulness of products (JURAN, 1995).

The definitions of the characteristics of intangibility and heterogeneity demonstrate that in the evaluation of the quality of services with regard to customers, they are largely subjective. As a result, it is very difficult to measure. This leads to the realization that services cannot be stored. Services are produced so that consumption is immediate, that is, the practice of continuous quality control is prohibited (RUBISTEIN, 2004).

In the definitions of service organizations, a system that seeks to improve quality is important for any organization that launches a product or is involved with a service, or with research, wants to improve the quality of the service offered by its workforce, simultaneously, increase your productivity and lower your costs. Therefore, the incompetence of a service organization can raise consumer prices and lower their quality of life (DEMING, 1990).

Transport activities can be defined as services, in view of some characteristics that are peculiar to them, such as: intangibility

– the result of transport services is not the production of tangible good, but the generation of benefits to users transported in the time-space component. The heterogeneity characteristic is declared as long as the trips differ in time, origin, destination, route and the inseparability that points out that the services must be consumed at the time of production, that is, there is no stock for the services produced (LIMA Jr apud RUBISTEIN, 2004). LIMA JÚNIOR & ZEITHAML

et al apud TOBIAS, 2009, mention some aspects focused on the quality of transport services such as:

- a) The quality of services is more difficult to measure by customers than the quality of products, due to the characteristics of intangibility, that is, the inseparability between production and consumption. In this sense, the service is produced instantly;
- b) The perception trend of service quality stems from comparisons to consumer expectations and service performance;
- c) The servicequality assessment product must express the service result and the service delivery process flow;
- d) In the denotation of quality control, it reports the operational variables, with an indication for the production of services;
- e) It emphasizes the quality perceived by the customer, denoting the service production processes: focus on customer expectations, service specification, operation and communication. So, the transport sector differs from other sectors in lines, such as the identification of consumers in the process, minimization of the effects of external variables on the quality of service. (PARASURAMAN et al apud TOBIAS, 2009); Targeting the human capital of the process in the face of customer interactions with the service: highlights that the evaluation of the services provided is decisive at the moment when the client uses.

A point to consider is that when thinking about quality in transport service, transport is an event of transporting service, and therefore has different characteristics from products. Therefore, the

concept of transport quality is linked to business marketing (TOBIAS, 2009).

Properly applied service quality can emerge as a highly influential force and become a competitive advantage and decisively influence the users' eyes, filling gaps that will contribute to the satisfaction of their needs and desires as customers. This tends to happen if services are seen as strategic actions of organizations (RODRIGUES, 2006).

MULTIVARIATE ANALYSIS MODELS

For (MINGOTI apud RAMOS 2010) the Principal Component Analysis technique was initiated by Karl Pearson in 1901 and is based on Hotelling's 1933 article. The main factor is based on explaining the variance and covariance structure of a random vector, composed of p -random variables, based on the premise of creating linear combinations of the original variables. Therefore, these linear combinations are commonly called principal components and there is no correlation between the variables.

Second (ALVIM, CARVALHO et al 2007) PCA summarizes information from a large number of variables into a reduced number of new variables, called factors or components.

Such factors will be orthogonal, which will imply statistical independence between them and will be obtained via linear transformations. Therefore, each factor (or component) will be formed by the linear combination of the original variables. The PCA explores

the total variance existing in the set of variables under study, seeking to explain as much as possible of the variance found in the original data that uses a reduced number of components.

MODELING IN THE USER'S VIEW OF PUBLIC TRANSPORTATION IN MDB

In this phase of the study, 27 variables referring to the opinion of users in the field research were first used, from the most diverse views. However, tests were performed in the MINITAB 5.0 software with all variables involved simultaneously. The preliminary result showed that several distinct groups were created from there, showing the preference of some categories. Initially, a statistical technique was applied that stimulates the similarity between the variables involved called 'WARD DEDOGRAM'. In it, it was possible to observe the junction of some preference groups in the user's view. (see figure 2).

General Global Assessment of Transport Quality Index in the view of MDB's public transport users

Thus, from the groups formed, a general global evaluation model was generated in the view of the public transport managements of MDB.

$$\hat{Y}_{uGlobalGeral} = 1,49 \times \hat{Y}_{GE1} - 0,50 \times \hat{Y}_{GE2} - 0,43 \times \hat{Y}_{GE3} - 0,38 \times \hat{Y}_{GE4} - 0,44 \times \hat{Y}_{GE5}$$

The variable that represents **the group 1** is the most significant variable for the first component in relation to the model presented.

MODELING IN THE VISION OF PUBLIC TRANSPORT MANAGERS AT MDB

The same methodology adopted with the users of public transport was applied with the managers of the System, using questionnaires with the 27 variables referring to the opinion of the quality of the services provided. Therefore, according to the previous study, the groups were created based on the similarity of the variables, showing the preference of some categories, the statistical technique was applied that stimulates the similarity between the variables involved called WARD DENDGRAM, in which it was possible to observe the junction of some preference groups in the view of MDB's public transport managers. (see figure 3).

General Global Assessment Index of the quality of transportes in the view of m DBManagers

Then, from the groups formed, a general global evaluation model was generated in the view of the managers of the public transportof MDB.

$$\begin{aligned} \hat{Y}_{AGlobalGeral} = & \\ -0,77 \times \hat{Y}_{GE1} - 0,71 \times \hat{Y}_{GE2} + & \\ 0,05 \times \hat{Y}_{GE3} + 0,56 \times \hat{Y}_{GE4} & \\ - 0,57 \times \hat{Y}_{GE5} - 1,12 \times \hat{Y}_{GE6} & \end{aligned}$$

The variable that represents the **group 3** is the most significant variable for the first component in relation to the model presented.

DISCUSSION AND CONCLUSION

The search for a new model of management and regulation of public urban public transport services cannot be based solely on the vision of the government and the companies operating the transport system. In this context, the role of organized civil society is of vital importance, given that, historically in Brazil, urban social movements have always made a difference in relation to the rights of the population. This may be one of the ways to improve the quality of services offered in public transport. Some alternatives may lie in the adoption of participatory planning and management actions, with active users and inspecting public transport services. This participation can range from simple consultations with communities to participation in budget decisions and participatory city councils (GOMID, 2003).

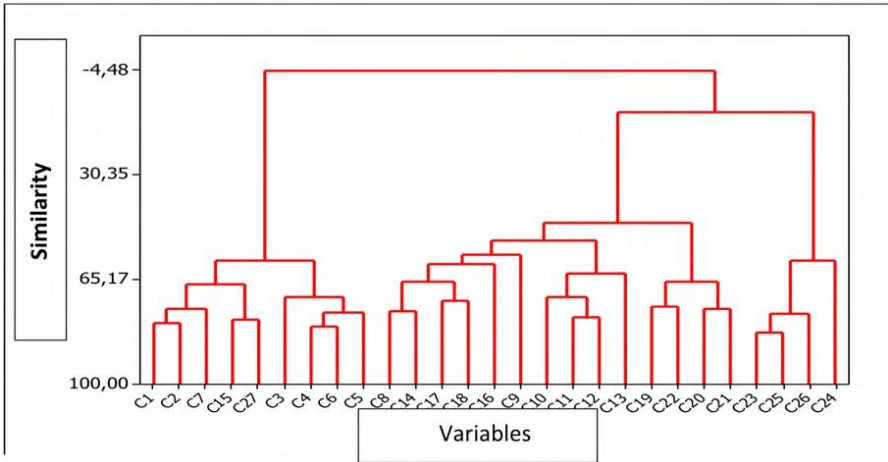
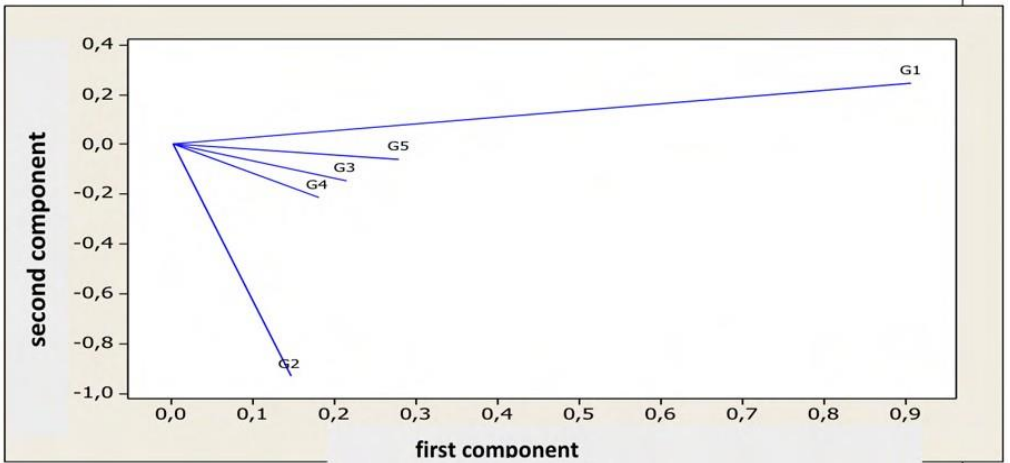
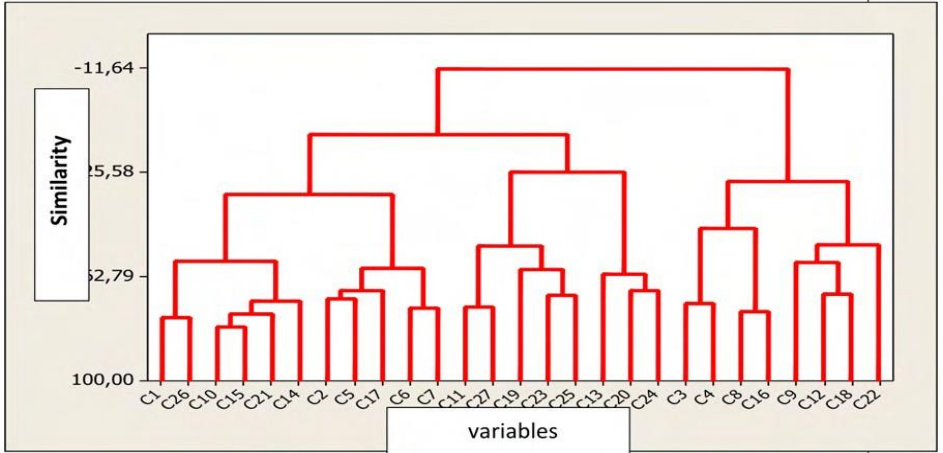


Figure 2: Dendrogram of the quality of public transport from the user's point of view.

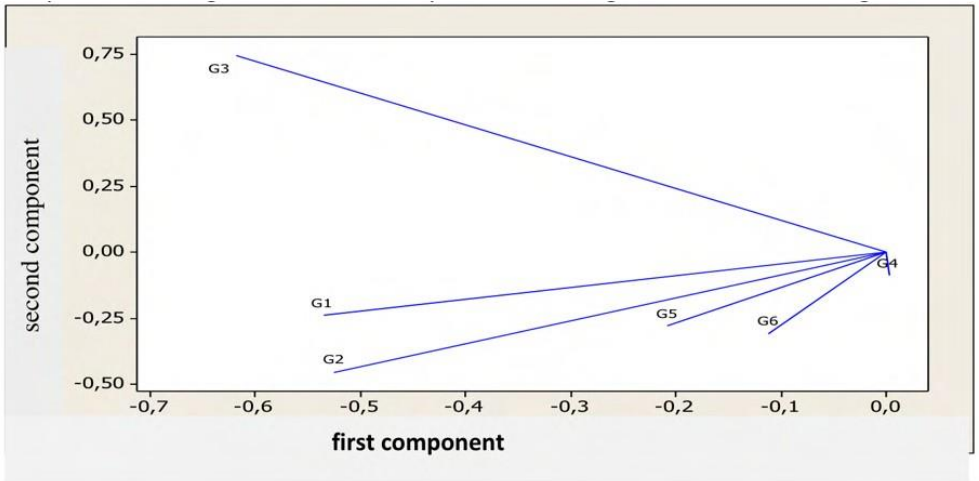


Graph 1 - Showing the 1st 2nd and 2nd component of the overall-user global model.

Figure 3: General dendrogram of the quality of public transport in the view of managers.



Graph 2 - Showing the 1^a and 2^a components of the general model - managers.



Another fundamental point refers to the urban transport policy with a focus on social inclusion, which must be based on people's mobility conditions, not on the car fleet as a vector of mobility, that is, on the equipment itself. In this context, it must be taken into account that the public transport service must create conditions for the user to enjoy it and choose it. A choice based on quality and that also generates quality of life, avoiding common problems in large urban centers, such as traffic accidents, air pollution and congestion and traffic jams, caused, in many cases, by the intense use of private cars (GOMID, 2003).

Based on the objectives established for the present study, it is possible to evaluate, from the results obtained:

Users of urban public transport are not satisfied with the quality of services offered, both by public and private authorities. The general average of dissatisfaction with terrible or bad indicators reached a level of 54.81%, while acceptance was 38.83%. Such indicators are worrying, considering that they point to a failure in the provision of these services and to the need for intervention actions based on planned actions.

Regarding the view of public transport managers, the services offered are within acceptable levels of quality. Among the managers interviewed, 66.74% said that the quality of service is at an acceptable level and 27.58% is unsatisfactory. The data demonstrate conflicting points of view between them and the users: while most users (54.81%) disapprove of the services, most managers believe

that they are good (66.74%). What can be concluded that the services are being provided without hearing the opinion of those who enjoy the services, which can subsidize public transport planning and management actions.

Regarding the results of the applied technique of Principal Component Analysis. It was possible to create global general models in the user and managers view. First, two were generated **General Dendrograms** in the view of users and managers, where 5 groups of users and 6 groups of managers were formed, related to several variables with similarities that presented explanatory variance above 70%. From then on, the models were created through the scores obtained by the applied ACP technique. Through the scores it was possible to know and reach, in summary, the following conclusions:

In the view of the public transport user;

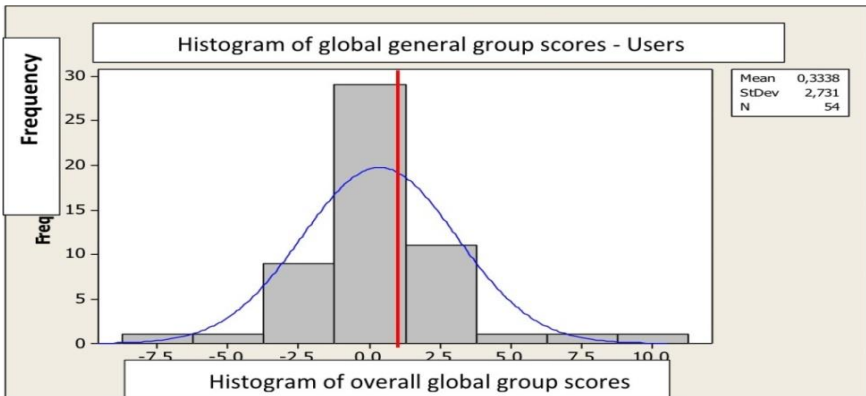
- A model was created from the groups formed global and general of quality in the eyes of MDB users.

$$\begin{aligned} & \hat{Y}_{uGlobalgeneral} \\ & = 1,49 \times \hat{Y}_{GE1} - 0,50 \times \hat{Y}_{GE2} - 0,43 \times \hat{Y}_{GE3} - 0,38 \times \hat{Y}_{GE4} \\ & - 0,44 \times \hat{Y}_{GE5} \end{aligned}$$

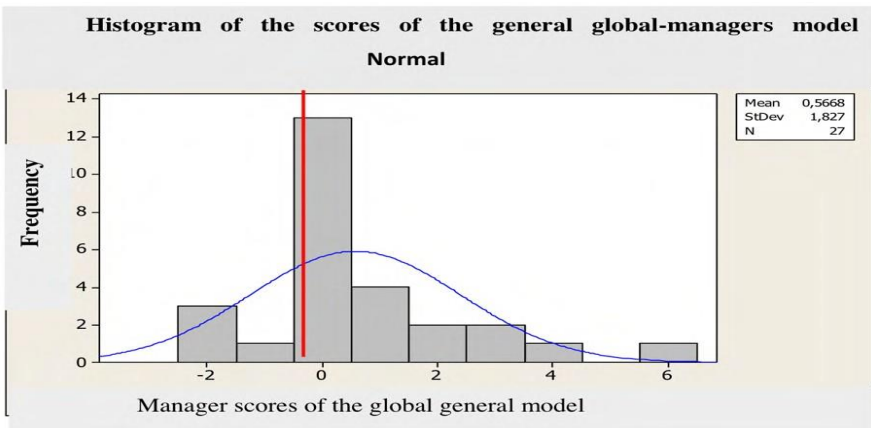
From this model, it can be said that the most significant variable are those composed by the EG1 group

The graph below reveals the summary of the quality scores against the overall global model in the users' view, showing that the data is mostly concentrated in the rejection zone. Therefore, for them the situation is not satisfactory.

Graph 3 - Histogram of the scores of the global general groups - users.



Graph 4 - Histogram of global general model scores - managers.



- the global and general model of quality was created from the groups formed in the eyes of the **managers in the MDB**.

$$\hat{Y}_{AGlobalGeral} = -0,77 \times \hat{Y}_{GE1} - 0,71 \times \hat{Y}_{GE2} + 0,05 \times \hat{Y}_{GE3} + 0,56 \times \hat{Y}_{GE4} - 0,57 \times \hat{Y}_{GE5} - 1,12 \times \hat{Y}_{GE6}$$

From this model, it can be said that the most significant variable are those composed by the EG6 group.

The graph reveals the summary of the quality scores in relation to the overall general model in the managers' view, which shows that most data are concentrated in the positive acceptance zone. Therefore, for them the situation is good, contrary to the user's view.

RESULTS, SUGGESTIONS AND PERSPECTIVES FROM THE STUDY

From the point of view of improving the results presented, it is possible to point out some contributions, suggestions and improvements to reach a more satisfactory indicator as:

- a) Politically enable the redistribution of space and circulation of pedestrians, cyclists and public transport passengers;
- b) Preventive maintenance plan - (PMP) (From an information

system coupled to the SEMOB inspection system with the operating companies).

c) Construction of a management and monitoring system for the public transport services offered from the geoprocessing of data and creation of an integrated database.

d) Consolidate training strategies for managers and system operators covering the following areas: behavioral, human and technological;

e) The models proposed in this study may serve as a basis for planning, control and management actions in the public and private sectors;

f) Stimulate campaigns in relation to the reach of civil society, on the awareness of sustainable urban transport;

g) In conjunction with the public sector, encourage actions that combat violence in collectives and bus stops. This would have a very important impact on the end-user satisfaction level;

h) The consolidation of a new model of management and regulation of public services of urban collective transport, cannot have an emphasis only on the public power and the operators of the system, but it has to couple the desires and aspirations of the organized civil society in these scenarios;

i) From the moment that the provision of public services is the responsibility of the private sector, it is conditional on the public sector to regulate activities to achieve the interests of society as a whole;

- j) The creation of an accessible public transport model that allows efficient quality and guarantees the population's accessibility to the entire urban space should directly impact the quality of the services offered;
- k) The construction of urban transport information systems can greatly improve the quality of the services offered, for the identification of bottlenecks that exist in areas that deserve action, in the identification of projects, in the planning and in the formulation of new control indicators;
- l) Reformulation of the tariff model used. In the current model, operators are remunerated according to the total cost of the operation. If the cost goes up, the fares tend to go up, so the model leads to a vicious circle, as the number of passengers transported falls, the fare increases.

REFERENCES

ANTP - Associação Nacional de Transporte público. Custos da Mobilidade. Setembro de 2012. Disponível em: http://portal1.antp.net/site/simob/Lists/csts_0409/. Acesso em: 26/09/2012, 23:27:00.

ALVIM, Ana Márcia Moreira; CARVALHO, Paulo Fernando Braga; OLIVEIRA, Patrícia Aparecida Brugger. Análises das Dinâmicas Econômicas e Populacionais de Divinópolis. V17. Belo Horizonte, 2º semestre 2007.

CNT - Confederação Nacional dos Transportes. Relatório Atlas do transporte. 1ª Edição. São Paulo, 2006.

DEMING, William Edwards. Qualidade: A revolução da administração. Rio de Janeiro: Editora, Marques Saraiva, 1990. FEIGENBAUM, Armand v. Controle da Qualidade Total. São Paulo: makron books, 1994.

FERREIRA, Rogério Martins, PAIM, Fernando Antônio de Pádua, RODRIGUES, Valéria Guimarães Silvestre. Análise de cluster não supervisionado em R: agrupamento hierárquico. Embrapa Nacional. São Paulo, 2020.

GOMID, Alexandre de Ávila. Transporte Urbano e Inclusão Social: Elementos para Políticas Públicas. Brasília, julho, 2003. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. Rio de Janeiro, 2000.

. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2004

. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2006.

. Contagem populacional. Rio de Janeiro, 2007.

JURAN, Joseph.M. Juran na liderança pela Qualidade: um guia para executivos: 2ed são Paulo, pioneira 1993. JURAN, Joseph.M. Juran Planejando para a Qualidade.3º edição. São Paulo: Pioneira.1995.

MINGOTI, S. A. – Análise de dados através de métodos de estatística multivariada – Uma abordagem aplicada – UFMG 2010. NAZARÉ, Ramiro Fernandes. Globalização, o transporte e a Amazônia Brasileira. Belém, Editora Cejup, 2001.

RODRIGUES, Maurício Olbrick. Avaliação da Qualidade do Transporte Coletivo da Cidade de São Carlos. USP/ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS, 2006 (DISERTAÇÃO DE MESTRADO).

RUBINSTEIN, Elías. Avaliação da Qualidade Demandada para o Transporte Público Coletivo por Ônibus na Cidade de Montevidéu. UFRS/ESCOLA DE ENGENHARIA, 2004 (DISERTAÇÃO DE MESTRADO).

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. 4ª edição. Rio de Janeiro. Editora Record, 2008.

SPECHT, Luciano Pivoto. BRANDLI, Luciana Londero e SILVA, Rejane da. Modelagem da preferência do usuário para escolha do transporte público universitário. Santa Caratina. 2009.

SEMOB - Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém: Relatório de gestão de transporte. Belém, 2019.

TOBIAS, M.S.G. A Percepção dos atributos de transporte por ônibus

frente aos modais alternativos: A preferência declarada do usuário. Belém: Unama, 2009.

VASCONCELOS, Mário; ROCHA, Gilberto de Miranda; LADISLAU, Evandro. O Desafio Político da Sustentabilidade Urbana. Belém-Pa: Numa/Ufpa, Edufpa, 2009.

ATTACHMENTS

Some questions that were asked and survey results >

The following question was asked for MDB public transport users.

Table 3 - How would you rate the current situation of the services offered on MDB buses in relation to the past?

Code	Variables	Evaluation	
		Good, Great, Regular	bad, terrible
C1	Bus Frequency	38,70%	54,30%
C2	Time interval between one bus and another	41,20%	52,20%
C3	Congestion and congestion	32,50%	60,80%
C4	travel on board	42,30%	52,70%
C5	Vehicle capacity	26,80%	64,90%
C6	Trips Accomplished	43,10%	47,30%
C7	Waiting time at bus stops	34,30%	61%
C8	Thefts and robberies on buses	20%	75,30%
C9	Thefts and robberies at bus stops	19,20%	75,60%
C10	Driver drives the buses	28,80%	68,10%
C11	Vehicle Conservation Status	36,90%	58,40%
C12	State of Conservation of the Roads	42,90%	53,20%

C13	Traffic accidents involving buses	31,70%	57,90%
C14	Treatment given to the elderly, disabled and pregnant women	41,80%	54,50%
C15	Comfort on the buses	43,60%	52,70%
C16	Heat inside the buses	12,50%	82,90%
C17	Access to Information	58,20%	37,90%
C18	Listening to Radio, TVs and DVs	62,90%	29,40%
C19	Internal and external cleaning of buses	36,40%	58,70%
C20	Distance from bus stops	68,30%	28,10%
C21	Treatment given to the user in general	56,10%	40,80%
C22	Ticket price	56,60%	39,70%
C23	Relationship CTBEL	36,10%	51,40%
C24	Access to the Information System	24,70%	70,40%
C25	SETRANSBEL relationship	36,40%	49,10%
C26	Situation 0800, ombudsman, complaints	31,40%	51,70%
C27	Line quantity in the neighborhoods	44,90%	50,90%
GENERAL AVERAGE		38,83%	54,81%

Source: Field Research.

The following question was asked to MDB's public transport managers.

Table 5 below shows that, in the managers' view, the quality offered is at an acceptable level, very different from the managers' opinion, since the general average of acceptance was 66.7%.

Table 4 - How would you rate the current situation of the services offered on MDB buses in relation to the past?

Código	Variables	Evaluación	
		Good, Great, Regular	bad, terrible
C1	Bus Frequency	85,10%	14,90%
C2	Time interval between one bus and another	78,70%	17,00%
C3	Congestion and congestion	6,40%	91,50%
C4	travel on board	48,90%	48,90%
C5	Vehicle capacity	70,20%	27,70%
C6	Trips Accomplished	83,00%	10,60%
C7	Waiting time at bus stops	68,10%	25,5%
C8	Thefts and robberies on buses	46,8%	53,20%
C9	Thefts and robberies at bus stops	23,40%	61,70%
C10	Driver drives the buses	85,10%	14,90%
C11	Vehicle Conservation Status	93,60%	4,30%
C12	State of Conservation of the Roads	61,70%	36,20%
C13	Traffic accidents involving buses	59,60%	27,70%
C14	Given to the elderly, disabled and pregnant women	85,10%	12,80%
C15	Comfort on the buses	91,50%	8,50%

C16	hot inside the buses	38,30%	55,30%
C17	Access to Information	83,00%	17,00%
C18	Listening to Radio, TVs and DVs	34,00%	48,90%
C19	Internal and external cleaning of buses	83,00%	6,40%
C20	Distance from bus stops	68,10%	12,80%
C21	Treatment given to the user in general	83,00%	17,00%
C22	Ticket price	40,40%	55,30%
C23	Relationship CTBEL	91,50%	4,30%
C24	Access to the Information System	51,10%	38,30%
C25	SETRANSBEL relationship	78,70%	10,60%
C26	Situation 0800, ombudsman, complaints	87,20%	6,40%
C27	Line quantity in the neighborhoods	76,60%	17,00%
GENERAL AVERAGE		66,74%	27,58%

Source: Field research.

**COMO ENFRENTAR A GESTÃO MUNICIPAL NO PARÁ
ENTRE 2021 E 2024 – UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO
AOS DESAFIOS NA METROPOLITANA DE BELÉM**

Thomas A. Mitschein

I

O efeito estufa e a acelerada erosão da biodiversidade representam duas ameaças que afetam a humanidade toda.

Na Amazônia estão intimamente interligadas, uma vez que a derrubada e a queima das florestas aumentam a concentração dos gases carbônicos na atmosfera e destroem a extraordinária diversidade da flora e fauna amazônicas. Põem em xeque, também, o funcionamento da floresta como uma espécie de bomba natural que coloca diariamente 20 bilhões de toneladas de água na atmosfera, garantindo, assim, as chuvas numa região que vai de Cuiabá ate Buenos Aires e de São Paulo ate os Andes e, por sua vez, responde por aproximadamente 70% do PIB da América do Sul. Além disso, se levarmos em conta que já estamos próximos de um ponto de não retorno da savanização de uma grande parte da floresta amazônica, corremos o risco de que os notáveis avanços das frentes de expansão da fronteira estejam liberando inúmeros micro-organismos, presentes em espécies de morcegos do bioma amazônico, causando, no dizer do renomado cientista Carlos Nobre, “uma massiva epidemia.” Face ao exposto, torna-se claro que a reversão do cenário da destruição socioambiental na Hileia amazônica se apresenta especialmente para os habitantes da região como uma questão de vida e morte.

II

Diante da profunda crise que caracterizam as receitas da universalização da civilização ocidental, um crescente número de cientistas sociais tem dedicado nas últimas décadas uma atenção maior à esfera regional como esfera de desenvolvimento. No âmbito do debate sobre esta problemática se destaca o paradigma do ecodesenvolvimento. Este, ao definir o aproveitamento não-predatório dos recursos naturais de cada ecorregião como desafio planetário, aborda a revisão dos vigentes estilos de vida no hemisfério Norte e a superação definitiva da maldição do desenvolvimentismo mimético no hemisfério Sul como duas faces da mesma medalha. Para o continente amazônico sugere a implementação de uma civilização original da biomassa, *capaz de matar dois coelhos com uma cajadada só*: Ao priorizar o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática como alimento humano, rações para animais, adubos, bioenergias, fármacos, fibras, plásticos e produtos do amplo elenco da química verde acaba incentivando a criação de *forward e backward linkages* entre as áreas rurais e as cidades, proporcionando, assim, a tão cobiçada multiplicação de efeitos de ocupação, emprego e renda. E pelo fato de entender os ecossistemas ainda intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as mais diversas áreas da reprodução humana está justificando de uma maneira didaticamente clara a imperiosidade de sua proteção. De qualquer maneira, trata-se de um referencial de ação que, pelo estabelecimento de uma relação sinérgica entre as áreas degradadas/desmatadas e os ecossistemas primários, permite construir uma aliança de primeira linha com os indígenas, descendentes dos

primeiros habitantes da região que, em sua grande maioria, ainda são os guardiões da floresta, uma vez que, conforme estudos científicos, em seus territórios o desmatamento e a ocorrência de incêndios são muito menores do que nas áreas fora do seu perímetro.

III

Tendo sido o palco espaço estratégico da assim chamada valorização da região durante o ciclo dos governos militares, o Pará se apresenta atualmente com uma característica bastante peculiar. Contribui para o PIB nacional com modestos 2, 1%, mas joga na área do comércio exterior como time grande, ocupando entre os estados exportadores do Brasil um lugar de destaque.

Ganha, portanto, hard cash para o país inteiro; porém, nesta condição, está sendo prejudicado pela Lei Kandir que, desde setembro de 1996, isenta do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinados aos mercados externos. No caso paraense, a pauta destes mesmos produtos é dominada pela mineração, pela indústria madeireira e pela pecuária que conjuntamente representam hoje as locomotivas da economia do Estado, mas, ao mesmo tempo, revelam baixos níveis de agregação de valor, gerando, portanto, tênues efeitos de ocupação e emprego e renda. E já que os setores mineral e madeireiro estão alocando os seus investimentos conforme a ocorrência geográfica das matérias primas que são do seu interesse, estão potencializando de forma dramática a polarização socioeconômica no âmbito do Estado.

Uma polarização, aliás, que se manifesta por meio da concentração da produção de crescentes parcelas do PIB estadual num número decrescente de suas unidades municipais, consolidando uma urbanização selvagem que

- segrega, porque nega à esmagadora maioria da população

o direito à cidade como direito das classes populares de compartilhar as riquezas materiais e culturais de uma sociedade urbana,

- uniformiza, porque sujeita especialmente a população jovem às mensagens de uma cultura global comercializada e
- tem se tornado a principal fonte do aumento dos índices de criminalidade e de violência até nos Municípios de menor porte.

Contudo, mesmo considerando que esta tendência ganhou uma virulência maior a partir da implantação dos grandes projetos no setor mineral, na indústria madeireira ou na área agropecuária, ela veio à tona já durante os anos 60 na Capital paraense. Naquele momento, Belém começava a se tornar um mero receptáculo dos efeitos nocivos de uma política de modernização que acabou minando o status quo ante no Pará: Deixou de viabilizar as promessas da modernidade, antecipando, assim, com a informalização do mercado de trabalho, a favelização do espaço urbano e a omissão do Estado local diante das vigentes mazelas sociais e ambientais três fatores que, do ponto de vista de sua dinâmica, estão intimamente interligados e, caracterizam, hoje, o crescimento dos assentamentos humanos em todo o Estado.

Por outro lado, é preciso reconhecer que tem aumentado na Metropolitana de Belém o número de instituições técnico-científicas que, ligadas à esfera pública como a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a

Universidade do Estado do Pará (UEPA) ou oriundas do setor privado como o Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) ou a Universidade da Amazônia (UNAMA) – estão envolvidas das mais diversas formas na discussão sobre o futuro da maior floresta tropical do planeta a partir do uso sustentável dos seus recursos naturais.

Neste contexto, vale mencionar o Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá que, instalado no Campus da Universidade Federal do Pará, se dedica ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e à promoção da inovação, direcionada ao aumento da produtividade e da competitividade do Pará nas áreas de Biotecnologia, Tecnologia da Informação e Comunicação, Energia, Monitoramento Ambiental e Tecnologia Mineral. O PCT envolve iniciativas como: o Centro Agroalimentar de Compostos Bioativos da Amazônia, Instituto Tecnológico Vale de Desenvolvimento Sustentável, Laboratório de Qualidade do Leite da Região Norte do Brasil, Laboratório de Engenharia Biológica, Laboratório de Sensores e Sistemas Embarcados, Laboratório de Referência em Fitossanidade e Manejo, Laboratório de Óleos Vegetais e Derivados, Laboratório de Instrumentação para Produtos Agroindustriais.

Oferecendo terrenos de 2.500 a 10.000 m² para a implantação de médios e grandes empreendimentos de base tecnológica e centros empresariais ou de PD⁴ ele segue a concepção dos assim chamados clusters que, ao defenderem a fórmula do "cooperar para competir", procuram se afirmar nos mercados (inter)nacionais através da criação

⁴ Todas as informações sobre o PCT têm como fonte: www.pctguama.org.br.

de um ambiente de inovação e de aprendizagem mútua em certos elos de ligação de uma determinada cadeia produtiva.

Abre-se mão de discutir, aqui e agora, as chances reais do PCT se tornar uma espécie de Silicon Valley em plena selva amazônica. Mas mesmo se tivesse condições para se afirmar nesta linha de ação, gerando resultados de excelência no âmbito da pesquisa técnico-científica que se transformassem em boas ideias comerciais e, ainda, recebessem o *backup* de protagonistas do setor financeiro, possíveis êxitos neste campo, como revelam inúmeros exemplos mesmo nos países centrais do capitalismo ocidental, não são garantia para multiplicar efeitos de emprego, ocupação e renda justamente para aqueles setores sociais que vivem fora da geração de riqueza baseada no conhecimento. E isto – como é óbvio - vale especialmente para o espaço urbano da MDB, onde, como demonstrado anteriormente, o déficit educacional se destaca por dimensões estrondosas.

Diante desta realidade, os atores políticos e sociais de Belém e dos seus municípios vizinhos que procuram uma alternativa ao atual estágio de deterioração civilizatória do maior polo urbano do Pará, estariam bem aconselhados se abrissem seus olhos para o já mencionado referencial do (eco)desenvolvimento. E por mais que seja indispensável reconhecer a distância oceânica que separa os principais *stakeholders* da política nacional de uma proposta desta natureza, isto não significa que governos municipais ou estaduais precisam andar simplesmente à reboque das forças externas. Esta condição não inviabiliza de antemão as unidades de gestão local como polos de disputas públicas sobre a escolha de políticas econômicas que se

adequem às especificidades das ecorregiões amazônicas. Finalmente, os Municípios, em sua qualidade de instâncias autônomas na organização político-administrativa do Brasil, representam uma esfera virtualmente privilegiada para a elaboração e a implementação de iniciativas inovadoras nos campos social e ambiental. Iniciativas, aliás, para as quais a narrativa sobre a criação de uma civilização original da biomassa se apresenta como um denominador comum para o amplo e diverso elenco de territórios de uma Bacia Amazônica, dentro da qual Belém se destaca pela seguinte contradição: compartilha, sem dúvida, todos os efeitos negativos das aglomerações urbanas desta assim chamada vila global. Mas, ao mesmo tempo, se destaca, no âmbito do arquipélago da economia paraense, por duas vantagens comparativas que são de suma relevância: dispõe com os seus aproximadamente 2 milhões de habitantes de um mercado interno considerável e, ainda, concentra o maior número de entidades técnico-científicas por km². Ambas merecem ser aproveitadas de forma sistemática e inteligente através da formulação de políticas que apostem nas vocações amazônicas do Pará e de sua capital⁵ a partir da criação de parcerias operativas entre

⁵ No caso do Pará, mencionamos, a título de exemplo, as seguintes vocações (re)produtivas:

- A cadeia dos recursos pesqueiros, envolvendo atividades de processamento como a filetagem, a produção de ração a partir dos resíduos e a transformação da pele do peixe em couro, um produto que associa um alto índice de valor agregado com investimentos de baixo custo para sua confecção final;
- Projetos agrosilvipastoris que podem contribuir para a diversificação da indústria de derivados de leite e de carne no âmbito estadual;
- Uma fruticultura que aposte em sabores tropicais como Mangaba (*Hancornia speciosa*), Bacuri (*Plantonina insignis* Mart.), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) ou Açaí (*Euterpe oleracea*);

instâncias públicas, entidades de uma sociedade civil em processo de formação e o setor privado.

-
- Um setor moveleiro que esteja disposto de desenvolver um design amazônico, centrado na bio- e sociodiversidade regionais;
 - O aproveitamento das sementes das oleaginosas para a indústria cosmética e fitoterápica;
 - Iniciativas de avoided deforestation, relacionadas com aos ainda incipientes mercados de carbono;
 - O amplo campo da segurança alimentar, ligado especialmente à agricultura familiar;
 - Um turismo diferenciado que parte das particularidades ecológicas e histórico-culturais de cada território e
 - Um setor de serviços que precisa interconectar e, conseqüentemente, fortalecer uma miríade de empreendimentos locais/regionais, dedicados ao aproveitamento múltiplo da biomassa terrestre e aquática nos moldes mencionados.

IV

Face ao exposto, sugere-se para a futura gestão municipal de Belém a transformação de cinco medidas emergências em políticas públicas sustentáveis:

(1) Promoção de segurança alimentar, saúde familiar, moradia e empoderamento das mulheres na periferia urbana

Num centro urbano como Belém, onde, no ano de 2010 a renda mensal de aproximadamente 40 da População Ocupada (POC) não ultrapassa o teto de 1 SM, fatores como a subnutrição bem como a vivência em ambientes físicos altamente deficientes e o acesso precário à serviços sociais fundamentais (saúde, educação etc.) fazem parte do cotidiano de uma parcela considerável da população que, por sua vez, enfrenta o risco de se tornar vítima da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). Esta precariedade castiga especialmente as mulheres que, além de responsáveis pelos serviços reprodutivos em casa, estão assumindo, devido a altos índices de separação dos seus parceiros, cada vez mais o papel de principal arrimo financeiro da família. Sujeitas tanto na família como na sociedade de um modo geral à um sistema de poder que obstaculiza o seu pleno desenvolvimento físico e intelectual, as mulheres de baixa renda sofrem uma condição de violência que merece ser qualificada de estrutural (Galtung 1972/1990) e da qual, em sua esmagadora maioria, não se libertarão individualmente. Neste sentido, o

gênero feminino do planeta favela (Mike Davies) está literalmente condenado a procurar saídas coletivas do seu calvário através da experimentação de formas de organização própria que, num primeiro momento, devem girar em torno de necessidades imediatas como segurança alimentar, cuidados básicas de saúde e melhorias palpáveis do seu ambiente físico.

Propõe-se a criação de cooperativas de consumo a serem apoiadas em termos técnicos e financeiros pela Prefeitura de Belém e pela Universidade Federal do Pará. Insiste-se de priorizar inicialmente aqueles oito subúrbios (Cabanagem, Benguí, Guamá, Tapanã, Jurunas, Outeiro, Icoaraci e Sacramenta) que, no período de 2013 ate 2016 acumularam 70% das ocorrências de homicídios na capital paraense e se destacam por baixíssimos níveis de renda familiar bem como uma precária infraestrutura social.

(2) Investimento em merenda escolar de cardápio amazônico

Através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o governo federal repassa para estados, municípios e escolas federais valores financeiros de caráter complementar para a cobertura de 200 dias letivos, tendo como base de cálculo o número dos alunos matriculados nas diferentes redes de ensino.

Em Belém, conforme Relatório do TCM, quase 60% das/dos aluna(o)s não consomem a merenda oferecida ou a aproveitam no máximo duas vezes por semana. Esta rejeição, de acordo com o mencionado relatório, está diretamente a problemas de gestão como o número reduzido de manipuladores de alimentos nas

próprias escolas, a precária capacitação dos mesmos manipuladores, a inadequada manutenção das cozinhas escolares, a falta de programas de higiene e de controle de pragas nas salas de manipulação da merenda escolar.

Por outro lado, é preciso realçar que, numa época em que os famosos chefs do Brasil inteiro estão descobrindo e apreciando as delícias da cozinha paraense em sua qualidade de cozinha original, a Fundação Municipal de Alimentação Escolar (FMAE) deveria orientar as/os seus nutricionistas de desenvolver cardápios de cunho amazônico, criando, assim, a base para viabilizar uma regra normativa do próprio PNAE que aconselha de aproveitar pelo menos 30% dos valores repassados para a aquisição direta de produtos da agricultura familiar. Não pode haver dúvida de que uma iniciativa desta natureza fortaleceria as atividades deste segmento do setor primário na própria MDB bem como em Municípios próximos de territórios vizinhos. Contudo, uma política desta natureza pressupõe uma interação estreita entre as secretarias de educação, economia e meio ambiente dos Municípios envolvidos com o intuito de preparar um diálogo permanente entre alunos, pais, mestres, nutricionistas, merendeiras e produtores locais de alimentos em benefício de uma merenda escolar que esteja determinada para garantir uma alimentação saudável para as/os aluna(o)s das redes públicas de ensino e repassar passo a passo para as entidades da agricultura familiar a responsabilidade de abastecer as escolas com os seus produtos.

(3) Fortalecimento de entidades associativistas das/dos catadoras/es no âmbito da cadeia produtiva do reaproveitamento de resíduos sólidos

Atualmente, as/os catadoras/es de Belém e da MDB como um todo se apresentam como (neo)extrativistas dos ecossistemas urbanos na floresta amazônica. Aliás, por razões bastante convincentes:

1. Considerando que, via de regra, não frequentam cursos de capacitação técnica, o conhecimento e as habilidades aplicados no âmbito de suas atividades de seu sustento próprio são adquiridos empiricamente;
2. Referências de conduta social, baseados no princípio da ajuda mútua e da solidariedade, são insumos indispensáveis para a organização do processo de trabalho;
3. A matéria prima usada, por mais que tenha um considerável potencial de aproveitamento industrial, não está sendo disputada por outros atores da sociedade;
4. Além da disposição sobre sua mão de obra, não têm nenhum direito legal em relação ao processo produtivo,
5. O objetivo principal de suas atividades é a satisfação das necessidades reprodutivas da família.

Diante disso, cabe destacar que estes (neo)extrativistas urbanos como suas/seus irmãs/irmãos nas zonas rurais da floresta amazônica, precisam se organizar coletivamente em torno do

aprimoramento de sua capacitação técnico-profissional no campo do associativismo empreendedor que envolve necessariamente projetos de agregação de valor às matérias primas coletadas e da escolha de representantes na esfera pública que defendem o princípio da sustentabilidade.

Contudo, é preciso levar em conta que as/os catadora(e)s, em sua esmagadora maioria, iniciaram as suas atividades a partir de uma condição de altíssima vulnerabilidade social e têm pouca familiaridade com o horizonte de uma economia solidária (Paulo Singer) que, ancorada em princípios como autogestão e transparência, deve nortear também as suas práticas associativistas.

Isto posto, propomos uma cooperação entre a Prefeitura e a UFPA, visando o fortalecimento das entidades associativistas das/dos catadoras/es no âmbito da cadeia produtiva de reciclagem através da indispensável ampliação das práticas de coleta seletiva.

(4) geração de ocupação, emprego e renda através da (re)aboração da cidade como insumo indispensável para tornar Belém uma metrópole amazônica de carbono zero

Nas últimas décadas, a crescente demanda por opções de moradia nos bairros centrais de Belém levou à uma crescente verticalização do espaço físico-habitacional, dando a sua contribuição para a transformação do maior polo urbano do Pará numa ilha de calor, caracterizada por um enorme desconforto térmico que afeta a população toda. De qualquer maneira, a

multiplicação de prédios altos no núcleo central da capital, por sua vez acompanhada pela favelização de suas áreas periféricas, suprimiram, de forma drástica, a sua cobertura vegetal, colocando em xeque os serviços ecossistêmicos (regulação do (micro)-clima, absorção de radiação solar, armazenamento de CO₂, sombreamento, melhoria da qualidade do ar, filtro de poeira etc.), proporcionados por esta mesma cobertura. Enfim, gerou um conjunto de tendências altamente nocivas para a qualidade de vida da população, cuja reversão exige a ampliação e a conservação de áreas verdes variadas através da viabilização de uma arborização urbana que visa a recuperação da vegetação densa que a MDB perdeu no período de 1984 até 2015 bem como o enriquecimento da vegetação secundária e rasteira com o plantio de espécies de origem regional. Uma política desta natureza pressupõe a produção de mudas em grande escala bem como o engajamento sistemático da população local, envolvendo o treinamento e a contratação de uma força de trabalho que tem que cuidar da cobertura vegetal ainda existente e replantada. Deve incluir, também, o fomento de uma agricultura urbana que, especialmente na região das ilhas abre a oportunidade de experimentar o cultivo de sistemas agroflorestais. De qualquer modo, o que esta política de rearborização da cidade precisa transmitir com nitidez é o firme objetivo de compensar progressivamente a emissão do dióxido de carbono (CO₂), o vilão do aquecimento global que, na MDB, está sendo gerado primordialmente pelos veículos automotores. Desta maneira, daria um passo essencial para transformar o maior polo urbano do

Pará numa Metrópole amazônica com emissão zero de carbono.

(5) Construção de um denso e operativo mutirão no campo da educação pública em torno do uso das potencialidades endógenas de desenvolvimento das ecorregiões amazônicas

No âmbito do ensino fundamental e médio, avaliado pelo domínio da leitura, da escrita e da matemática, o Pará e a Região Norte toda revelam um quadro de deficiências literalmente dramático. (ver publicações do Movimento Educação para Todos) Diante desta realidade, não surpreende que a precariedade da educação pública acabou se tornando objeto de crescentes preocupações de entidades patronais como a Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA (2012). Esta, em suas diretrizes e recomendações para a formação da força de trabalho na sociedade paraense, chama a atenção sobre a necessidade imperiosa das instituições de educação pública no Estado proporcionarem melhorias de uma educação básica que deve focalizar “o aprendizado e o grau de especialização da mão de obra local” (ibid.) especialmente nas regiões que hospedam os grandes projetos (mineração, indústria madeireira, agropecuária). Contudo, por mais que esta preocupação proceda, num Estado socioeconomicamente tão heterogêneo como o Pará o indispensável processo de renovação do sistema educacional tem que ir além das demandas específicas dos projetos de grande porte. Na realidade, precisa construir um operativo e denso mutirão no campo da educação pública, determinado para

- transformar as escolas de ensino fundamental e médio

em agências de (eco)desenvolvimento que, no âmbito de disciplinas como história, geografia, biologia, química ou sociologia, devem inserir na grade curricular as modalidades da ocupação histórica e contemporânea da região bem como modos sustentáveis de uso dos ecossistemas tropicais;

- operacionalizar ligações sólidas entre as escolas de ensino médio e cursos técnicos e tecnológicos para incentivar a formação de profissionais a partir das potencialidades endógenas de desenvolvimento de cada ecorregião e
- consolidar e ampliar as capacidades de trabalho das universidades regionais em torno da “valorização do trinômio biodiversidade-biomassa- biotecnologia” (Sachs 2016, p. 396)

Enfim, o que tem ser viabilizado é uma renovação do sistema educacional em torno do aproveitamento das potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais e microrregionais. Nesta empreitada, não pode-se abrir mão da “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire que, ao insistir numa alfabetização que è “simultaneamente uma leitura do mundo e uma leitura do texto”(Freire 2001, p.211), criar às/aos aluna(o)s condições entender que o atual cenário da destruição socioambiental na região amazônica está intimamente ligado às modalidades de sua inserção num sistema político-econômico (inter)nacional, cuja lógica reprodutiva nega à esmagadora maioria dos habitantes da região uma base de

sustento minimamente civilizatória em áreas tão essenciais como educação, saúde, saneamento, moradia, segurança alimentar e renda familiar e, ainda, acelera a devastação da maior floresta tropical contínua do mundo. Ou seja, trata-se de uma alfabetização que, centrada na vocação humana que “é a de saber do mundo através da necessidade e do gosto de mudar o mundo” (ibid., p. 213), se apresenta como conditio *sine qua non* para os jovens poderem desenvolver os meios simbólicos para rejeitar o mundo que lhes está sendo imposto pelas regras do sistema vigente.

REFERÊNCIA

MIKE D. PLANET OF SLUMS. LONDON: VERSO, 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ: Pará Investimentos 2012 = 2016. Belém: FIEPA, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia dos sonhos possíveis. In: FREIRE, A. M. (org.). São Paulo: UNESP, 2001.

Thomas A. Mitschein. Gilberto Rocha, Claudionor Dias: Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia. O Futuro Ameaçado do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA), NUMA/UFPA, Belém 2012.

MITSCHEIN, T. A; LIMA, A.P; IMBIRIBA, N. A reinvenção da Amazônia. Divisor de águas para o futuro do Brasil e de seus vizinhos sul-americanos. Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2016.

MITSCHEIN, T. A. (org). Reflexões Amazônicas – Encarando o mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta. Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2017.

MITSCHEIN, T. A; J. F. CHAVES. Violência na Metropolitana de Belém – Caminhos de Saída... Belém: Publicações Trópico em Movimento, IEMCI/UFPA, 2019.

NOBRE, A. O pô de fadas na Amazônia. In: El País, 23.8. 2014.

NOBRE, C. “A Amazônia já tem todas as condições de gerar uma massiva epidemia”. In: Amazônia – Notícias e Informações, 25. 8. 2020

SACHS, I. Rumo à ECOSOCIOECONOMIA. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA PERIFERIA DO MERCADO MUNDIAL

Notas sobre a Subalternização da Mão de Obra da África Subsaariana

“Espere pelo inesperado”
Edgar Morin

Thomas A. Mitschein

À GUISA DE UMA INTRODUÇÃO

“A burguesia – escrevem Marx e Engels no Manifesto Comunista (MEW Bd. 4 p. 466, tradução T.M.) - leva a que, através da rápida melhoria dos instrumentos de produção, e da facilitação da comunicação de todos, até mesmo as mais bárbaras nações sejam levadas de encontro à civilização. Os preços baixos de suas mercadorias são a artilharia pesada, com a qual destroem todas as muralhas da China, com a qual forçam à capitulação até a mais persistente xenofobia dos bárbaros. A burguesia obriga todas as nações a se ajustarem ao seu modo de produção, a menos que queiram ser destruídas. Ela obriga a todas a introduzir a assim chamada civilização, isto é, tornar-se burguês. Numa palavra, ela cria um mundo à sua imagem.”

Mas o que significava esta abordagem sobre a fatalidade da internacionalização do modo de produção capitalista para aquele enorme exército humano da periferia ultramarina do mercado mundial que, em 1850, representava aproximadamente três quartos de uma população mundial de 1,262 bilhões de pessoas?

Em suas primeiras reflexões sobre esta problemática Marx apostava, com todas as letras, nos lados civilizatórios da expansão colonial do capitalismo industrial.

“A Inglaterra,” ele escreve em 1853, “precisa cumprir na Índia uma missão dupla: uma destrutiva e uma inovadora – a destruição da antiga ordem

social da Ásia e a criação das bases materiais de uma ordem social de cunho ocidental na Ásia”. (MEW 9, p. 221, tradução T.M.).

Ou seja: Apesar de todas as barbaridades praticadas na Índia, o colonialismo inglês, ao revolucionar “o despotismo oriental”, se tornava para o teórico alemão (MEW 9, p. 132, 133, tradução T.M.) “o instrumento inconsciente da história” puxando, assim, a Ásia para o caminho do progresso socioeconômico. Tal progresso, porém, ganharia a sua face humana somente no momento em que nos países economicamente avançados uma grande revolução social entregasse a condução das forças produtivas modernas às mãos do proletariado. Nestes termos, revelava uma visão que identificava o progresso histórico com os avanços das forças produtivas nos centros do mercado mundial no sentido de que “o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (Marx 1980, p. 5).

Esta visão claramente eurocêntrica, resultado da deificação do desenvolvimento das forças produtivas, se tornou o pai nosso entre os socialistas do velho continente que vieram depois do autor de “O Capital”.

Vale mencionar, neste contexto, os representantes da Segunda Internacional que somente deram maior atenção às condições de vida e ao futuro dos povos colonizados apenas no momento em que a corrida imperialista entre os principais estados europeus suscitava a possibilidade de um confronto armado de dimensões mundiais, fazendo com que os operários virassem recrutas de exércitos nacionais, lutando

e morrendo nos campos de batalha pelos interesses de suas respectivas classes dominantes.

Diante deste perigo, a Internacional Socialista realizou sete anos antes do início da Primeira Guerra Mundial um Congresso na Cidade de Stuttgart (Alemanha) que priorizou a assim chamada Questão Colonial. Fazemos questão de mencionar, aqui, a Karl Kautsky (1907, p. 76, tradução e destaque T.M.), teórico- mor da ortodoxia marxista na socialdemocracia alemã.

“Os levantes dos próprios nativos contra a dominação externa sempre poderão contar com a simpatia do proletariado combativo. No entanto, diante do acumulado poder das nações capitalistas, não se deve esperar que um único destes levantes possa alcançar, atualmente, o seu objetivo. Somente vão piorar o destino dos nativos. Por mais que a socialdemocracia se sinta solidária com as suas rebeliões não tem como promovê-las considerando que, também, não incentiva revoltas sem perspectivas do proletariado na própria Europa.”

Mas ao fazer da resistência dos nativos contra o regime colonial uma variável dependente do estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, Kautsky introduzia uma profunda dose de infâmia no conceito da maturidade (Max Horkheimer), uma vez que, no dizer de Oskar Negt (1984 p. 83), “o protesto contra exploração, humilhação e opressão tem sua justificativa a partir da ameaça atual da dignidade

humana e não a partir da reflexão sobre aquilo que é socialmente possível.”¹

Ou seja, na medida em que a socialdemocracia europeia encarava a realidade da colônia a partir do “relógio histórico” (Negt, Kluge 1982 p. 568, tradução T.M.) dos centros do capitalismo mundial, criava uma hierarquia entre o proletariado industrial enquanto suposto sujeito da história que estava predestinado a implementar “o reino da liberdade”(Marx) e os povos colonizados que, ao viverem em condições de não-simultaneidade com a lei capitalista de valor, representavam nada mais do que criaturas sofridas. E como tais, precisavam ser libertadas ou ajudadas de fora para dentro.

Para os povos colonizados, esta visão representava expressis verbis um contrassenso, uma vez que estava desligada completamente das condições de dominação, às quais estavam sujeitos.

Diante disso, era apenas uma questão de tempo para que surgissem novas abordagens sobre as perspectivas de suas lutas. E não é por acaso que os primeiros sinais de um enfoque novo foram dados na Rússia, um país que, do ponto de vista do desenvolvimento de suas forças produtivas, se encontrava no início do século XX “na fronteira entre os países civilizados (...) e os países não-europeus. (Lênin, 1970, p. 868, tradução T.M.)

1 “Para alguém que está sendo levado à força – escrevem Oskar Negt e Alexander Kluge (1981. p. 567, tradução e destaque T. M.) - a ideia de que a sua situação não esteja madura para a rebelião, serve para nada. Tentar resistir, para ele, independe da avaliação intelectual que faz da sua situação histórica ou do seu estágio de desenvolvimento (...). Para ele, é a última chance para se salvar e, certamente, tentará resistir contra o seu destino se puder. E uma trajetória histórica envolve (...) inúmeras situações concretas deste tipo.”

Contudo, por mais que depois do Outubro Vermelho de 1919 os bolcheviques tenham focalizado as lutas sociais e políticas nos países (neo)coloniais, como elemento indispensável da revolução socialista mundial. Diante do isolamento da Rússia Soviética, o Comintern, criado em março de 1920 em Moscou, acabou entrando, no dizer do próprio Lenin (1970), num processo de russificação que transformou o debate sobre o futuro das regiões não-europeias numa variável dependente das determinações políticas da USSR. Impediu-se, assim, a criação de um espaço teoricamente aberto e intelectualmente criativo, capaz de debater as modalidades e as dinâmicas das lutas anti-(neo)coloniais; lutas, influenciadas, por sua vez, pelas mais diversas formas de articulação da lei capitalista de valor com uma miríade de históricos modos (re)produtivos na periferia do mercado mundial e que, via de regra, estavam separadas por distâncias oceânicas das elucubrações político- ideológicas das organizações socialistas ou comunistas de cunho europeu.

Diante deste flagrante dilema, uma (re)avaliação das contradições sócio- políticas na periferia do mercado mundial dependia fundamentalmente do surgimento de líderes e intelectuais autênticos nesta parte do planeta, capazes de se oporem ao endêmico mimetismo que, também, oprimia a maior parte dos cérebros de uma esquerda internacional que, diante dos avanços da industrialização retardaria na USSR, tinha o costume de aceitar as palavras do marxismo-leninismo de cunho soviético como verdades divinas. Mas entre aqueles que, dentro do próprio Sul, enfrentavam este desafio com lucidez e determinação, merece destaque o médico e psiquiatra Frantz Fanon que, após a Segunda Guerra Mundial, denunciava o colonialismo ocidental como gerador gigantesco de uma desordem sócio-mental e,

ainda, aconselhava as lideranças das nações recém-descolonizadas a “não imitar a Europa”, insistindo na necessidade imperiosa de dirigirem os seus “músculos e cérebros numa outra direção.”

Focaliza-se, mais adiante, o legado deste intelectual de origem caribenha, nascido em Martinica, ilha de um arquipélago que, a partir do século XVII, tinha sido transformado num dos maiores produtores de açúcar do mercado mundial pela implantação de um regime de exploração, baseado no plantio da cana de açúcar e na escravidão da mão de obra de origem africana.

1 DA REVOLTA DOS ESCRAVOS DE SÃO TOMÉ AOS JACOBINOS NEGROS DO HAITI

“Há séculos – escreve Fanon (2010, p. 361) – a Europa deteve a progressão dos outros homens e os subjugou aos seus desígnios e à sua gloria; há séculos, em nome de uma suposta “aventura espiritual”, ela estrangula quase a totalidade da humanidade.”

Esta avaliação vale especialmente para os povos nativos da África subsaariana que, durante o século XVI, estavam, no dizer de Ugo Pipitone (1995, p. 316), literalmente condenados a se tornarem escravos ou caçadores de escravos.

Neste contexto, vale lembrar que, àquela época, foi o império lusitano que se destacou pela introdução de um regime formal de transferência da mão de obra escrava para o Novo Mundo: em 1519, a partir de São Tomé, ilha à frente da costa da África Ocidental, estipulou “pela primeira vez na história do Ocidente – regras para triagem, embarque, alimento, transporte, marca a ferro em brasa e treino do africano para o escravismo moderno. Problemas de abastecimento das feitorias, dos armadores do pessoal a bordo se solucionam pela substituição alimentar. Inhame, banana, azeite de dendê, coco, pimenta-malagueta - cultivados naquelas regiões e de muito integrados na dieta guineana – tomam o lugar dos biscoitos de trigo, do queijo, do azeite de oliva, e do alho europeus na matalotagem dos marinheiros e do tráfico negreiro” (Alencastro 2016, p. 65).

Contudo, as formas de opressão em São Tomé provocaram, cinco anos antes da virada daquele século, uma revolta em massa, fazendo com que cerca de cinco mil escravos atacassem o polo militar-administrativo deste “laboratório tropical” (ibid. p. 63). E por mais que este levante tenha sido derrotado de forma impiedosa, contribuiu para a formulação de uma narrativa que, além de supor que entre os negros existia uma “consanguinidade insurrecional” (ibid.p. 65), abordava a África como “o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio.” (ibid., p. 53).

Uma narrativa, aliás, que, nem no Século das Luzes, foi desafiada de forma verdadeira. Vale trazer à memória que Jean Jacques Rousseau (1712 – 1788), por mais que tenha afirmado que “o direito da escravidão é nulo, não só porque é ilegítimo, mas porque é absurdo e nada significa,” fechou literalmente seus olhos diante do *code noir*, a famosa norma jurídica que legalizava a tortura e a mutilação física (Sala Molins 1987) dos escravos na França e em suas colônias ultramarinas.

E entre tais colônias se destacava Santo Domingo, um território de 30.000 km² no Mar das Caraíbas que tinha se tornado a pérola da coroa francesa. Ultrapassando a oferta de açúcar para o mercado mundial de todas as colônias britânicas das Ilhas Antilhanas (Moya Pons 2001), esta mesma colônia abrigava, em 1789, 500.000 escravos de origem africana, representando cerca de 90 % da população local. Não surpreende, portanto, que este imenso proletariado externo do mercado mundial (D. Ribeiro) tenha sentido o impacto da Revolução Francesa e de sua mensagem sobre a liberdade como direito natural para todos os seres humanos.

Dois anos após da Queda da Bastilha em Paris, inicia-se uma revolta que, nos próximos 13 anos levaria à derrota definitiva de tropas espanholas, inglesas e francesas em Santo Domingo. Diante desta façanha dos Jacobinos Negros de São Domingos (James 2000), torna-se indispensável fazer uma referência sucinta ao seu líder principal, Toussaint L'Ouverture.

Escravo até 43 anos de idade, Toussaint revelou-se um brilhante estrategista político, aproveitando-se, com astúcia, da intensa disputa entre os protagonistas dos Estados europeus envolvidos na exploração desta parte do seu espaço ultramarino.

Num primeiro momento, tornou-se aliado da aristocracia espanhola que, diante da revolta dos escravos, apostava na reintegração da parte francesa da Ilha ao seu império colonial. Mas, em abril de 1793, quando os dois recém chegados delegados do Diretório governamental de Paris decretaram em São Domingos o fim da escravidão, procurando atrair os sublevados negros à sua luta contra a invasão dos ingleses (por sua vez decididos a se apropriar da então mais próspera colônia da França), Toussaint não se deixa envolver pela proposta, duvidando de sua sinceridade; vislumbrava que os governos europeus "não se deram davam ao trabalho de esconder que, em última instância, o negro só poderia esperar o chicote do feitor ou a baioneta" (James 2000, p. 136).

Contudo, depois da ratificação do decreto da abolição da escravatura pela Convenção francesa em janeiro de 1794, Toussaint junta-se às forças republicanas, consolidando a formação de um exército local, constituído, primordialmente, por soldados nascidos na África que obedeciam às ordens de comandantes que, em sua maioria,

eram antigos escravos. De qualquer maneira, dispunha de uma força armada que, organizada em torno da guerra contra o cativo, estava bem treinada militarmente, logrando expulsar em 1798 as tropas britânicas da Ilha².

Rejeitando a insinuação inglesa de que a Grã Bretanha pudesse apoiar um São Domingos politicamente independente, Touissaint iniciou a partir desta vitória a reorganização da Colônia. Determinou a regularização das atividades no setor primário nos seguintes termos: 50% dos resultados da produção entrariam integralmente no tesouro público e a metade restante seria dividida em partes iguais entre a mão de obra utilizada e os proprietários das unidades produtivas. Estabeleceu relações comerciais com os Estados Unidos e proclamou, em 1801, uma Constituição que decretou a abolição definitiva da escravidão, procurando estabelecer uma cooperação fraternal com a França da Grande Revolução, dando à ela “o papel de irmã mais velha, guia e mentora.” (James 2000, p. 242). Entretanto, por mais que esta visão tenha gerado efeitos palpáveis no âmbito da sociedade local, uma vez que, no auge da liderança de Touissaint, os conflitos entre brancos e negros estavam sob controle e as atividades na agricultura tinham sido recuperadas notavelmente, ela não rimava nem minimamente com a ansiedade do governo francês pela retomada do fluxo dos fabulosos lucros da produção açucareira para os cofres da Pátria-

² "Mas que homens são esses negros! Como lutam! E como morrem! É preciso guerrear contra eles para conhecer a sua coragem temerária em arrostar o perigo quando já não podem mais correr a estratagemas. Vi uma sólida coluna, despedaçada pela metralha de quatro tiros de canhão, avançar sem retroceder nenhum passo. Quanto mais companheiros caíam, maior que parecia a coragem dos que restavam. Avançavam cantando, pois os negros cantam o tempo todo, fazem músicas para todas as coisas. Aquela era uma canção de homens bravos, e dizia o seguinte:

Madrasta. Decidido a resolver este problema de uma vez por todas, Bonaparte, no final de 1801, envia uma Grande Armada para reintroduzir o cativo em Santo Domingo.

Enganado pelos oficiais do exército da “Grande Nação”, Toussaint acaba sendo aprisionado e levado para a França, onde, em virtude de “maus tratos, frio e fome” (ibid. 329), morre poucos meses antes da estrondosa derrota que Jean Jacques Dessalines e seu exército de libertação impuseram aos invasores franceses, criando, no primeiro de janeiro de 1804, com a República do Haiti o primeiro Estado independente da América Latina.

Contudo, a partir daí os governos haitianos enfrentavam um desafio de difícil solução: precisavam traçar caminhos futuros para um país que, no âmbito das relações de poder do sistema político-econômico internacional daquela época, estava condenado ao isolamento. E, ainda, enfrentava em casa a difícil convivência entre negros e mulatos que, pouco tempo após a independência³, se manifesta através de expressivos conflitos⁴.

Em 1806, após o assassinato de Dessalines, o Haiti foi dividido em duas unidades independentes. No Norte, berço da revolta dos escravos, governava o general negro Henri Christophe (1767-1820) que consolidou o regime de produção agrícola de Toussaint, arrendando as

³ Ao ataque, granadeiro, quem morrer, problema seu. Esqueça a mãe. Esqueça o pai. Ao ataque granadeiro, quem morrer, problema seu”.

⁴ “As vantagens de ser branco eram tão evidentes – escreve o historiador C.L.J. James (2000, p. 530) - que o preconceito de raça contra os negros impregnou a mente dos mulatos, que tão amargamente se sentiram pelo tratamento preconceituoso que recebiam dos brancos. Os escravos negros e os mulatos se odiavam.”

fazendas aos seus oficiais e responsabilizando-os pelo crescimento da produtividade de trabalho no âmbito do sistema plantation. Em 1811, transformou o seu território no Reino do Haiti, criando uma nobreza africana, à qual dava no recém construído palácio de Sans Souci, em Milot, o espaço adequado para a mimetização dos estilos de vida da aristocracia nas cortes europeias. (Carpentier 2014).

No Sul, se tornou Presidente Alexandre Petion (1770 – 1818), cuja trajetória de vida reflete com nitidez as mencionados tensões entre negros e mulatos numa colônia que tinha se sustentado fundamentalmente a partir do trabalho escravo dos africanos. Filho de mãe negra e de colono francês, Petion se formou na Academia Militar de Paris e, após sua volta à Ilha, participou do levante de 1791 e da guerra contra os britânicos. Todavia, depois da vitória contra a bandeira inglesa, tomou partido do general mulato Rigaud (1761 - 1811) que havia perdido o confronto armado pelo domínio da Ilha com as tropas de Touissant. Após esta derrota voltou com Rigaud à França. Retornou a Santo Domingo com a frota invasora de Napoleão. Mas, em outubro de 1802, mudou de lado voltando-se às forças nacionalistas, fazendo parte, em 29 de novembro de 1803, do grupo dos generais que determinou a independência política do país.

Conhecedor da vontade dos trabalhadores haitianos de se tornarem proprietários de um pedaço de terra própria, Petion iniciou como Presidente do Sul uma reforma agrária que envolvia todos os soldados do seu exército, fossem eles negros ou mulatos. Desta maneira, abriu gradualmente a porta para a transformação da agricultura de exportação para uma agricultura de subsistência que, da mesma forma em que criou um campesinato livre, reduziu expressivamente a revenue das instâncias governamentais.

Em 1820, após a reintegração do Norte à jovem República, esta política foi generalizada por seu sucessor Jean Pierre Boyer (1776 – 1850) que criava, assim, uma base sólida de lealdade popular numa situação em que o governo do Haiti enfrentou, por parte do antigo poder colonial, a exigência absurda de pagar 150 milhões de francos para indenizar os colonos franceses pela perda de suas propriedades (terras e escravos (!)) e para estabelecer o reconhecimento diplomático do país por parte da França. Este país, determinado a reforçar a sua posição nas negociações, ordenou em 1825 ao comandante de uma frota de doze navios de guerra ancorada nas águas de Porto Príncipe o bombardeio da capital haitiana. Diante desta ameaça, Boyer aceitou aceitando o pagamento do mencionado valor que representava dez vezes a receita anual fiscal de Haiti. Tomou para este fim um crédito de um banco francês que, por sua vez preparou as bases do estrangulamento econômico dos herdeiros dos jacobinos negros que, no dizer de Eduardo

Galeano (2010), “impuseram uma tremenda derrota às tropas de Napoleão Bonaparte”.

Ou como escreveu o intelectual uruguaio (destaque T. M.):

“O Haiti foi o primeiro país livre das Américas. Os Estados Unidos haviam conquistado antes a sua independência, mas tinham meio milhão de escravos a trabalhar nas plantações de algodão e de tabaco. Jefferson era o dono de escravos, dizia que todos os homens são iguais, mas também dizia que os negros foram, são e serão inferiores. A bandeira dos homens livres levantou-se sobre as ruínas. A terra haitiana foi devastada pela monocultura do

açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia morrido no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém nascida foi condenada à solidão. (...). Nem sequer Simon Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar pode reiniciar a sua luta pela independência americana, quando a Espanha já havia o derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios, muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois de sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o salvara. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti, mas convidou a Inglaterra. Os Estados Unidos reconheceram o Haiti apenas sessenta anos depois do fim da guerra de independência, enquanto Etienne Serres, um gênio francês da anatomia, descobria em Paris que os negros são primitivos porque têm pouca distância entre o umbigo e o pênis. Por essa altura, o Haiti já estava na mão de ditaduras militares carniceiras, que destinavam os famélicos recursos do país ao pagamento da dívida francesa. A Europa havia imposto ao Haiti a obrigação de pagar à França uma indenização gigantesca, a modo de perdão por haver cometido o delito da dignidade."

2 O RETALHAMENTO DA ÁFRICA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Respondendo por um quinto do comércio internacional, mais de dois quintos da venda de bens manufaturados e, ainda, dispendo de um terço da marinha mercante do mundo, o Reino Unido se apresentava em meados do século XIX como “centro comercial do universo” (Kennedy 1989, p. 151), fazendo com que “os ingleses estivessem convencidos de que, segundo os princípios da economia política clássica, tinham descoberto o segredo que garantia tanto a prosperidade crescente como a harmonia mundial” (ibid, p. 156). Contudo, não eram poucos os países que desejavam alcançar a condição do poder econômico e político dos britânicos, levando em conta que, como ressaltava Friedrich List (1789 – 1846), “a guerra ou a possibilidade mesma da guerra torna o estabelecimento de uma capacidade industrial uma exigência indispensável para uma nação de primeira categoria.” (cit. in: Kennedy, ibid, p. 512).

Para o economista alemão, candidatos à condição de “nação de primeira categoria” eram a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Entretanto, na realidade política do final do século XIX, este grupo, ainda, envolvia a Rússia, o Império Austro-Húngaro, a Itália e o Japão que tinham entrado na disputa pela melhoria de sua posição relativa no cenário internacional. De qualquer maneira, os avanços industriais e comerciais de todos os *late comers* daquela época acabaram afetando diretamente as modalidades de funcionamento do universo político-econômico global.

Naquele contexto, é pertinente lembrar que, abstraindo-se a experiência dos países ibéricos na América Latina, os representantes do capital mercantil europeu organizaram a exploração do polo periférico muito mais pela instalação de entrepostos militares e comerciais do que pela colonização e pelo controle direto de vastas áreas territoriais. Os ingleses, no auge de sua hegemonia industrial, naval, comercial e financeira, praticavam com perfeição esta linha de ação - através de uma política que combinava medidas de *soft power* (créditos, diplomacia etc.) com intervenções militares - fazendo com que as regiões periféricas se mantivessem abertas ao comércio mundial, beneficiando, assim, os outros países do centro metropolitano que podiam avançar na modernização de suas próprias estruturas socioeconômicas, já que a continuidade da acumulação capitalista (segurança das vias marítimas etc.) em nível internacional estava garantida pelo líder do mercado mundial.

Entretanto, diante da queda de sua competitividade industrial e comercial, a Grã Bretanha, a partir das últimas décadas do século XIX, entrava na disputa com os seus concorrentes pela partilha das regiões ultramarinas, que na visão dos seus dominadores representavam uma carta na manga, sobretudo em tempos de dificuldades econômicas. Foi diante deste segundo plano que se acirrou uma corrida imperialista pela ocupação da África, cujas linhas divisórias foram definidas durante a Conferência de Berlim (15.11.1884 – 26.02.1885), onde foi traçado o retalhamento territorial do continente africano pelo Reino Unido, França, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Bélgica (ver Mapa).

Mapa - Divisão territorial da África em 1914



Fonte: <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/modulo2/capitulo5/conteudo/arquivos/map7.jpg>

2.1 O Colonialismo Belga e o Coração das Trevas (J. Conrad) na Bacia do Congo

Criada em 1832 como monarquia constitucional, a Bélgica, país minúsculo da Europa Ocidental, contava no período de 1885 a 1905 com um chefe de Estado, Leopoldo II, cismado pela ideia de estabelecer um império colonial. Bastante hábil no aproveitamento das contradições entre os impérios europeus, conseguiu ser agraciado em Berlim, por meio de sua Associação Internacional Africana - AIA, (fundada em 1876 em Bruxelas como organização filantrópica) com uma área de 2.342.927,27 km² na Bacia do Congo que, grosso modo, corresponderia nos dias de hoje ao território da República Democrática do Congo (RDC). Esta imensa área passou a ser, até 1908, propriedade privada na mão de Leopoldo II.

Determinado a transformar a sua aventura congoleza num instrumento de enriquecimento pessoal, o interesse econômico do rei belga se dirigia, num primeiro momento, ao marfim. Ao montar no Interior do território um regime de exploração (caça de elefantes, carregamento do produto aos pontos de logística fluvial), baseado, por sua vez, na inserção coercitiva da mão de obra africana, o monarca passa a suscitar conflitos com protagonistas do Islam, já presentes na região onde, desde o início do século XVIII, haviam estabelecido na Ilha de Zanzibar um império comercial que cobria a demanda dos mercados árabes e indianos por escravos e marfim. Conseqüentemente, o projeto colonial de Leopoldo II precisava se relacionar com local *warlords* como Tippu Tip (1832 – 1905), um afro-árabe que fez fortuna através da venda de escravos para as fazendas de cravo em Zanzibar e da comercialização de marfim para compradores da costa do oceano Índico. Ou com Misri (1830 – 1891) que governou o sudeste de

Katanga através de milícias, equipadas com armas de fogo de origem ocidental, financiadas, por sua vez, através da comercialização de cobre e marfim.

Leopoldo II, portanto, enfrentava problemas que faziam do estabelecimento de uma força militar própria uma *conditio sine qua non* para dar continuidade à sua empreitada colonialista. Porém, tal necessidade gerava custos dificilmente compatíveis com a renda particular do monarca da Bélgica. Nesta situação, encontrou sua salvação a partir da crescente demanda por insumos de látex nos centros industriais do mercado mundial, uma vez que a Bacia do Congo era rica em espécies de borracha nativa. (Dressler, Schmidt, Zika 2014). Associado à empresa Anglo-Belgian India Rubber Company (ABIR), encarregada de organizar a exploração de todos os produtos florestais da região para um prazo de 30 anos, acabou aumentando, no período de 1890 a 1901, a exportação de borracha natural do Congo de 100 para 6 mil toneladas (!), arrumando, assim, uma fortuna fabulosa para o proprietário do Estado Livre do Congo, o que lhe permitiu investir em grandiosas obras públicas na Bélgica.

Contudo, a imagem de Leopoldo II como suposto estadista filantrópico, trabalhada pelos seus asseclas em casa, se chocou de forma flagrante com um regime coercitivo que transformou a sociedade regional numa espécie de campo de concentração, dentro do qual, pelas condições vigentes de exploração, cerca da metade da população foi mutilada ou perdeu a vida. Mas quem iria denunciar estas atrocidades, encabeçadas por um Chefe de Estado, inserido numa Europa Ocidental, cujas classes dominantes, no âmbito de suas relações com a população das regiões ultramarinas do mercado mundial, se

comportavam, no dizer de Eric Hobsbawm (1996, p. 199) como “os senhores da humanidade”?

Foi o governo do Reino Unido que acabou atribuindo ao seu Cônsul para a África Ocidental, incluindo o Estado Livre do Congo, Roger Casement (904) a tarefa de elaborar um Relatório sobre os flagrantes abusos aos direitos humanos nesta parte da África Central.

Desta maneira, o famoso Relatório Casement contribuiu para deslanchar uma onda de críticas à política de Leopoldo II no Congo que, com os devidos atrasos, resultaram, em 1908, na transformação do Estado Livre em uma colônia da Bélgica. Esta, por sua vez, foi administrada por uma estreita aliança entre as instâncias do governo nacional, a igreja católica e grandes empresas de mineração, o que impediu deliberadamente o surgimento de uma elite negra própria, negando aos jovens congolezes o acesso às escolas de ensino superior.

Interrompida entre 1940 e 1944 pela ocupação da Bélgica por parte da Alemanha nazista, nos anos pós-guerra o governo retomou a sua política colonial anterior, apresentando em 1953, a contragosto, aliás, um plano de descolonização para um prazo de 30 anos (!), levantando a possibilidade de introduzir um regime político-econômico que deixaria as representações ministeriais na mão dos nativos, reservando as decisões relacionadas à burocracia estatal e à economia ao antigo poder colonial. Contudo, esta iniciativa se tornou inviável num momento histórico em que na África toda fervilhava em uma crescente onda anti-imperialista, materializada pela independência de Gana em 1957 e potencializada, um ano depois, através da Conferência Pan-africana, em Acra, capital ganesa, que girava em torno do lema de preferir uma independência perigosa a uma servidão tranquila.

No Congo, a dinâmica desta mesma onda ganhou uma velocidade acelerada. Certamente, é pouco surpreendente que numa colônia na qual o princípio do “divide et impera” tinha sido aplicado religiosamente pelo poder externo, o momento da abertura do regime colonial tenha levado ao surgimento de um grande número de grupos políticos, alinhados, primordialmente, às suas origens e lealdades regionais/ tribais.

Nas eleições de 1960, dos 137 assentos previstos no novo parlamento, 33 (24%) foram ganhos pelo Movimento Nacional Congolês (MNC), fundado um ano antes e liderado por Patrice Lumumba (1925 – 1961), um intelectual autodidata, oriundo de uma tribo menor do Estado de Kasai. Defendendo, nos moldes ideológicos do Panafricanismo, um nacionalismo militante, Lumumba conseguiu construir uma coligação política, envolvendo Joseph Kasa-Vubu (1910-1969), político do povo Bakongo, que assumiu a Presidência do país.

Desconfiado das verdadeiras intenções dos oficiais belgas que continuavam controlando, no Congo, os postos-chaves do exército, Lumumba acabou substituindo-os por nativos. Surgiu, a partir daí, um clima generalizado de tensão racial levando à eclosão de motins e vandalismo, e proporcionando a fuga de um crescente número de brancos. Nesta situação, a Bélgica pediu ao governo congolês a permissão de reestabelecer a ordem através do envio de novos contingentes de soldados. Negando este pedido, Lumumba, por sua vez, solicitou à ONU ajuda militar, insistindo que a missão multilateral incluísse como meta a expulsão das tropas belgas de sua pátria. Inclusive, deixou claro, que, em caso de não atendimento desta reivindicação iria se aliar à União Soviética. Esta, por sua vez, atendeu ao pedido do suporte militar. Participou da tentativa de derrubar o

governo secessionista de Moises Tschombé (1919 – 1969) de Katanga que, poucos dias depois da independência do Congo, tinha se declarado Presidente desta Província mais rica do novo Estado, resultado da exploração de recursos minerais como cobre, cobalto e urânio por grandes empresas do Ocidente. Todavia, com esta iniciativa, além de ter proporcionado massacres e fugas em massa nas áreas de combate, Lumumba tinha preparado o início do seu próprio fim no âmbito das relações de poder no próprio Congo.

Na capital, Leopoldville, o coronel Joseph Desiré Mobutu (1930 – 1997) discordou da política do seu Primeiro Ministro, se inserindo num complot que envolvia os serviços secretos da Bélgica, da França, dos EUA, e de uma ONU altamente partidária, além de protagonistas congolezes que priorizavam a ideia de se livrar o mais rápido possível de Patrice Lumumba. Acabaram entregando-o aos seus inimigos na capital de Katanga, onde, em janeiro de 1961, foi executado por um pelotão de fuzilamento, comandado por um oficial belga.

Quatro anos mais tarde, o mencionado Mobutu assumiu o governo através de um golpe militar. Iniciou uma campanha de autenticidade que mudou os nomes da capital, do rio, da moeda e do país para Kinshasa e Zaire respectivamente. Durante os longos 32 anos, nos quais se manteve no poder, instalou um regime ditatorial de enriquecimento pessoal que recebeu apoio dos EUA, da França, da Bélgica e, desde 1972, também de uma República Popular da China que, no âmbito de sua rivalidade com a União Soviética, tentou estabelecer uma aliança afro-asiática.

Todavia, o governo cleptocrático de Mobuto começava a tremer em suas bases no momento em que na arena internacional o

desmoroamento do bloco soviético e o avanço das determinações do Consenso de Washington se juntavam, na África Central, à galopante pauperização do povo do próprio Zaire, traduzida, por sua vez, na alta da inflação, na desvalorização da moeda nacional, no colapso das contas públicas e no crescimento dos mercados informais nas áreas urbanas. E, esta crise, concomitantemente, foi acompanhada no país vizinho, Ruanda, de uma explosão de violência tribal entre hutus e tutsis, o que levou 800.000 pessoas à morte.

Diante deste genocídio, acabou se fortalecendo a Frente Patriótica Ruandesa (FPR.) que, fundada por Paul Kagame em 1986, em Uganda, com refugiados tutsis, interveio na guerra civil ruandesa, impondo a viabilização de um cenário de pacificação. Todavia, considerando que o governo de Zaire armou e treinou em seu território refugiados hutus, o novo homem forte de Ruanda, em cooperação com Uganda e Burundi, deu suporte militar ao líder opositorista Laurent Kabila (1939-2001) forçando Mobutu a deixar definitivamente o país em maio de 1997.

Contudo, depois desta (assim chamada) Primeira Guerra do Congo (1996-1997), o novo Presidente, conhecido na primeira década pós-colonial pela sua colaboração com a excursão congoleza de Ernesto Che Guevara⁵ não negou apenas as prometidas liberdades democráticas à população. Ao mesmo tempo, rompeu a relação com os seus anteriores parceiros Ruanda e Uganda⁶, potencializando, assim, a

5 Retomou o nome Congo como descrição oficial do país, mandou os seus aliados africanos se retirarem militarmente do país e abriu mão da prometida proteção dos Tutsis dentro do seu próprio território.

6 Aconselho a leitura do Capítulo “O Coração nas Trevas de Che Guevara” do livro de Jorge G. Castanheira “Che Guevara – A vida em vermelho” (2002).

insatisfação popular especialmente na região de Kivu, onde, em janeiro de 1998, os Tutsis banyamulenge deslançaram com o apoio ruandês uma guerra civil que envolveu, também, Angola, Zimbábwe e Namíbia, já que os seus governos tinham atendido a solicitação de Kabila por suporte militar contra os rebeldes.

Esta Segunda Guerra do Congo (1998 – 2003) - chamada na literatura como Guerra Mundial Africana (Castellano da Silva 2012), devido ao número dos stakeholders envolvidos e à elevada mortandade - por mais que tenha sido oficialmente encerrada com a intermediação da África do Sul e levada à instalação de uma missão militar da ONU, não superou a violência e as instabilidades político-militares de um país que, abençoado com um extraordinário elenco de riquezas naturais (diamantes, ouro, cobre, urânio, cassiterita, coltan, cobalto), está sujeito, desde a entrada do colonialismo europeu, à práticas generalizadas de espoliação que mantém a esmagadora maioria da população num estado de extrema pobreza.

3 DOS CONDENADOS DA TERRA DE FRANTZ FANON À AFROTOPIA DE FELWINE SARR

As duas guerras mundiais proporcionaram o desacoplamento da Rússia e da China do mercado mundial e, ainda, levaram ao desmoronamento dos impérios coloniais da Europa. Mas, mesmo considerando que partes das elites destes mesmos impérios encaravam a descolonização política na Ásia e na África com bastante resistência – basta mencionar episódios como a tentativa dos holandeses de reconquistar o seu domínio político na Indonésia em 1947 e 1948, as guerras da França na Indochina (1946 - 1954) e na Argélia (1954 - 1962), ou a crise de Suez em 1956 - o colonialismo clássico era incompatível com a Pax Americana no mundo ocidental⁷ e com o funcionamento de um sistema global altamente polarizado pelo conflito sistêmico entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Contudo, por mais que as duas superpotências tenham transformado o mundo recém-descolonizado num objeto de acirradas disputas que giravam em torno da manutenção e/ou ampliação de suas zonas de influência em qualquer território desta parte do planeta, os líderes das nações emergentes mostravam pouca inclinação para se alinharem de forma automática a um dos dois blocos em questão. Externaram a sua postura de non-alignment em 1955, na Conferência de Bandung, Indonésia, onde os delegados asiáticos e africanos se

⁷ Nesta época, os Estados Unidos, além de dispor de quase dois terços das reservas internacionais de ouro, eram responsáveis pela metade da produção industrial e do transporte mundial. Ou seja, em termos econômicos, “o mundo estava em suas mãos” (Kennedy, *ibid.* 343) e o comércio internacional incompatível com a manutenção de monopólios colônias.

apresentaram como representantes de um assim chamado Terceiro-Mundo, introduzindo na pauta da política internacional o conflito Norte-Sul e defendendo as suas linhas de ação, via de regra, com posições ideológicas altamente heterodoxas que misturavam ideias nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas. Mas, não obstante suas especificidades políticas, compartilhavam a ideia de que a inserção plena do Sul na órbita da civilização industrial era indispensável para superar de uma vez por todas, as mazelas sociais que o Sul herdara da época colonial.

No âmbito deste coro desenvolvimentista se destacava a voz dissonante de Frantz Fanon, conhecedor íntimo da luta anticolonial pela sua participação ativa na Frente Nacional de Libertação da Argélia, (FLN).

“Não percamos tempo - ele escreve em sua obra principal, “Os Condenados da Terra” (2010, p. 358), publicado em 1961, no ano de sua morte – em estéreis litâneas ou em mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que fala sem parar do homem e ao mesmo tempo o massacra em todos os lugares em que o encontra. Há séculos, a Europa deteve a progressão dos outros homens e os subjugou aos seus desígnios e à sua glória, há séculos, em nome de uma suposta “aventura intelectual”, ela estrangula a quase totalidade da humanidade. (...) A Europa se recusou a toda humildade, a toda modéstia, mas também a toda solicitude, a toda ternura. Ela só se mostrou parcimoniosa com o homem, mesquinha, carniceira, homicida. (...) Podemos fazer tudo hoje,

com a condição de não imitar a Europa, com a condição de não ter a obsessão de alcançar a Europa. (...) O Terceiro Mundo está hoje como uma massa colossal, cujo projeto deve ser tentar resolver os problemas para os quais essa Europa não deu solução."

Mas como os povos recém descolonizados dariam soluções aos seus dramáticos problemas sociais e econômicos numa situação em que, nas palavras do próprio Fanon, "a apoteose da independência se transforma em maldição da independência" (ibid.p, 117) e "a potência colonial, com meios enormes de coerção, (...) diz: "Já que vocês querem a independência, podem tomá-la e morram".

Nesta situação, os líderes dos ex-colonizados enfrentavam uma alternativa de difícil trato: ou se submetiam às imposições de uma "estrutura neocolonialismo " (ibid. p. 194) que condenava a esmagadora maioria da população à "miséria insuportável"; ou insistiam na implementação de regimes autárquicos, procurando "responder à grande fome nacional, à grande miséria nacional com os meios miseráveis de que dispõe(m)." (ibid. p. 118).

No entanto, Fanon colocava pouca fé em políticas da segunda via, uma vez que, conforme ele, exigiam de "músculos atrofiados (...) um trabalho desproporcional." (ibid. p. 118). Além disso, não nutria ilusão nenhuma sobre as tendências de usurpação do poder nas novas nações por parte da nova elite, desligada, por sua vez, das necessidades básicas do povo e disposta a se submeter às determinações das potências (neo)-coloniais. Insistia, por esta razão, na conscientização política das classes populares, destacando que num país

subdesenvolvido as lideranças políticas devem “fugir da capital nem da peste”, concentrando as suas atividades nas áreas rurais para “ativar os territórios mortos, as regiões que ainda não despertaram para a vida.” (ibid. p. 215). Ou, como escreve Jean Paul Sartre (ibid p.28) em seu Prefácio aos Condenados da Terra:

“Ele não dissimula nada: nem as fraquezas, nem as discórdias, nem as mistificações. (...) O leitor é advertido severamente contra as alienações mais perigosas: o líder, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, igualmente, a volta do longínquo passado da cultura africana. A verdadeira cultura é a revolução; isto quer dizer que ela se forja a quente.”

Mas na medida em que o intelectual internacionalista de origem caribenha denunciava o (neo)-colonialismo como forma nova de transformar a Periferia num simples e ordinário apêndice econômico da Metrópole e, ainda, duvidava dos resultados das vias não capitalistas ao desenvolvimento, qual seria, diante desta dupla contramão, o caminho para superar o histórico contraste entre colonizado e colonizador dentro de uma perspectiva de emancipação social? A sua resposta a esta pergunta não deixava surgir dúvida nenhuma: defendia "a necessidade de uma redistribuição das riquezas" em nível global, uma vez que "a humanidade, sob pena de ver-se abalada, deverá responder à esta questão."(ibid. p. 118). E aconselhava os protagonistas do Sul a resistirem à tentação de mimetizar o viés civilizatório dos seus antigos colonizadores, rejeitando com vigor a ideia de que o escravo, ao tentar se igualar ao seu amo, pudesse conquistar sua liberdade.

"Decidamos - ele escreve na Conclusão dos Condenados da Terra (ibid. p. 363, 365, 366, destaque T.M.) - não imitar a Europa e orientemos os nossos cérebros e músculos para uma direção nova. (...). Não se deve, a pretexto de progredir, atropelar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, quebrá-lo e matá-lo. Não, não queremos alcançar ninguém. Mas queremos caminhar todo o tempo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. (...). Logo, camaradas, não paguemos tributo à Europa, criando Estados, instituições e sociedades inspirados por ela. A humanidade espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se queremos transformar a África em uma nova Europa, a América em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. Mas se queremos que a humanidade avance, se queremos levá-la a um nível diferente daquele em que a Europa a manifestou, então é preciso inventar, então é preciso descobrir. Se queremos responder à expectativa dos nossos povos, é preciso dirigir-se a outro lugar, e não à Europa."

Mas qual seria este "outro lugar"?

Na visão de Fanon, representava obviamente os territórios dos próprios (ex)-colonizados que, depois da paralisia que lhes tinha sido imposta através da intervenção imperialista, precisavam ser revitalizados pela implementação de caminhos de desenvolvimento que valorizassem

a diversidade dos seus meios naturais e culturais dentro de uma perspectiva de empoderamento das comunidades envolvidas.

Todavia, os líderes anticolonialistas, pelo menos em sua grande maioria, ficaram de ouvidos moucos em relação à esta advertência de Fanon. Pouco tempo depois dos primeiros momentos eufóricos, suscitados pela independência política, enfrentavam a duras penas os problemas relacionados com o passado colonial como a estruturação das economias nacionais pelas demandas dos seus antigos imperial masters, baixos níveis de educação formal, frágeis sistemas de saúde, a maldição do consumismo mimético, que incentivava a corrupção especialmente entre as elites urbanas, e conflitos tribais que, não raras vezes, resultavam na eclosão de guerras civis. Tratava-se de um elenco de fatores de reforço mútuo que, além de terem multiplicado a ocorrência de golpes militares e perpetuado fases de estagnação econômica, acabou sendo acompanhada pela implementação de programas de ajuste, impostos através de entidades internacionais como FMI e Banco Mundial que, por sua vez, provocavam a potencialização da pobreza social. Uma expressão nítida disso é o fato de que, em 2018, dos 54 estados africanos, 31 deles, pelas condições de sua vulnerabilidade social e econômica, eram caracterizados pela burocracia internacional como Least Developed Countries (LDCS) e abrigavam quase a metade dos 1.2 bilhões habitantes do continente. E se ainda levarmos em conta que até 2050 a metade do crescimento populacional do planeta-terra deve passar por países como Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Uganda, saltará aos olhos que a viabilização de políticas de self-reliance na África se torna literalmente um imperativo categórico. Políticas, aliás, que precisam garantir, em escala crescente, condições de segurança alimentar através

de cooperações operacionais entre as instâncias públicas, a sociedade civil em processo de organização e o setor privado, concebidas para a geração de *forward* e *backward linkages* entre atividades agrossilviculturais e iniciativas de agregação de valor e centradas nas especificidades histórico-culturais e socioambientais dos múltiplos espaços locais/microrregionais.

Por outro lado, é preciso constatar que, nos próprios países africanos, o debate sobre políticas alternativas ao vigente status quo que se relacionam com o desafio da sustentabilidade está em pleno vigor. E entre os intelectuais que têm dado contribuição de suma importância para o seu desenrolar, se destaca *Felwine Sarr*.

Economista e Professor na Universidade de Saint-Louis/Senegal, Sarr insiste que “a África pode reinventar-se desde que rearticule os legados históricos – incluindo o passado colonial – e escolha o seu caminho.” (2020). Contudo, esta reinvenção pressupõe – como ele mesmo realça - uma ferrenha luta pela representação justa de um continente que, explorado, dominado e desprezado historicamente pelos agentes do vitorioso capitalismo ocidental, (re)cria sociedades com pouca propensão à difusão da ideia do *self-reliance*, por sua vez, insumo necessário para avançar no processo da descolonização intelectual, psicológica e do conhecimento em todas as esferas da sociedade. E, conseqüentemente, ponto de partida indispensável para entender que “a utopia é uma potencialidade no espaço real e se se quiser que esta se torne realidade, há que mudar comportamentos e ativar essa potencialidade” (2020).

Nestes termos, Sarr retoma o veredito de Fanon sobre a necessidade das sociedades da África bem como as do Sul, de um modo

geral, movimentarem os seus músculos e as suas mentes para uma direção nova. Uma direção, aliás, que, ao fugir da armadilha de um saber que tem renunciado ao sentido através da substituição do conceito pela fórmula (Adorno, Horkheimer 2006, p. 18), visa o estabelecimento de um novo equilíbrio entre economia e ecologia dentro de uma perspectiva universal.

Abre-se mão de especular aqui e agora sobre a força prática que a abordagem de Sarr poderá alcançar futuramente no continente mais ancestral do mundo. Mas não pode haver dúvida de que o estabelecimento de um novo equilíbrio entre economia, ecologia e espiritualidade nos termos levantados pelo economista senegalês passa, fatalmente, por uma profunda reestruturação das relações de poder from the bottom to the top em cada país, e no continente como um todo.

E, no que diz respeito à esta perspectiva pan-africana, vale lembrar Samir Amin (1994) que, quatro anos após a queda do Muro de Berlim, realçou a necessidade de colocar em pé na África, na Ásia e na América Latina, grandes confederações de Estados, talhadas para viabilizar instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, meios de comunicação independentes, um inteligente sistema de segurança militar e capacidades técnico-científicas ampliadas, ligadas às necessidades dos seus membros associados. Ou seja, o que, no dizer do finado Diretor do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planejamento de Dakar, se tornará indispensável é a substituição do “internacionalismo míope do capital pelo internacionalismo dos povos” (ibid., p. 445, tradução T.M.).

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO DE, L., F. O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, Companhia das Letras, São Paulo 2016.

AMIN, S. Die Aussensicht der europaeischen Linken. In: PROKLA. Zeitschrift fuer kritische Sozialwissenschaft, 22. Jahrgang, September 1993, p. 427 – 451.

CARPENTIER, A. O reino deste mundo. Martins Fontes, São Paulo, 2009.

CASEMENT, R. Correspondence and report from his Majesty 's Consul at Boma respecting the administration of the Independent State of Congo. Harris and Sons, London 1904.

CASTANHEDA, J, G. Che Guevara. A vida em vermelho, Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

CASTELHANO DA SILVA, I. CONGO – A guerra Mundial Africana. Porto Alegre, 2014.

DRESSLER, S.; SCHMIDT, M.; ZIKA, G. Landolfia. African Plants. A Photo Guide, Forschungsinstitut Senkenberg, Frankfurt am Main 2014.

FANON, F. Os Condenados Da Terra. Prefácio de Jean Paul Sartre. Juiz de Fora 2006.

HOBSBAWM, E. Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991, Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. Boitempo Editorial. São Paulo, 2000.

KAUTSKY, K. Sozialismus und Kolonialpolitik. Dietz Verlag, Berlin

1907.

KENNEDY, P. Ascensão e Queda Das Grandes Potências. Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000, Rio de Janeiro 1989.

LENIN, W. I. Bericht der Kommission fuer die nationale und koloniale Frage. In:

Ausgewaehlte Werke Band III. Dietz Verlag, Berlin 1970.

LENIN, W. I. Ueber unsere Revolution. In: Ausgewaehlte Werke Band III. Dietz Verlag, Berlin 1970.

MARX, K. Die britische Herrschaft in Indien. In: Marx, Engels Werke (MEW) Band 9, Dietz Verlag, Berlin 1975.

MARX, K. Die kuenftigen Ergebnisse der britischen Herrschaft in Indien. In:

Marx Engels Werke (MEW) Band 9. Dietz Verlag Berlin 1975

MARX, K. O Capital, Livro 1. Civilização brasileira, Rio de Janeiro 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifest der Kommunistischen Partei. In: Marx/Engels Werke (MEW) Band. 4, Dietz Verlag, Berlin 1974.

MEREDITH, M. O Detino da África. Cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios, ZAHAR, Rio de Janeiro 2014.

MITSCHEIN, T. A. Os povos colonizados, a via não capitalista ao desenvolvimento industrial e o legado de Frantz Fanon para o hemisfério Sul. Publicações Trópico em Movimento, IENCI/UFPA, Belém 2015.

NEGT, O. Dialética e História. Crise e renovação do marxismo, Institutos Goethe do Brasil/Movimento, Porto Alegre 1984.

NEGT, O. Kluge, A. Geschichte und Eigensinn, ZWEITAUSENDEINS. Frankfurt am Main 1981.

PIPITONE, U. La salida del atraso. Um estúdio histórico comparativo, CIDE, México 1995.

SARR, F. Afrotopia em Conversa com Felwine Sarr. In: AFROLIS, 19.7. 2020. SARR, F. Afrotopia. N. 1 publicações. São Paulo, 2017.

A AMAZÔNIA E SUA COMPLEXIDADE

Das Plantas à SOCIEDADE Indígena e Caboca

Sergio Nunes

Miguel Ramos

“A Amazônia é vanguarda sim, porque a sua biodiversidade representa a maior riqueza da nação brasileira que não deve ser desperdiçada (Mitschein, 2008:185).”

RESUMO

A região amazônica, em toda sua vastidão, riqueza biológica, recursos naturais e complexidade bio-diversa, passa por momento crítico e instigante, pois os recursos que ela possui já são – e continuam a ser – explorados em detrimento da sociedade. Há a crescente consciência de que suas riquezas podem e devem ser exploradas de forma racional e sustentável, permitindo a harmonia entre desenvolvimento, sustentabilidade e o modo de vida tradicional dos povos habitantes da Amazônia. O conhecimento necessário para tanto, passa por diversas formas de estudo e investigação para a compreensão de seu ecossistema, ainda não conhecido em seus diversos níveis. Uma compreensão das formas de vida em suas interações múltiplas e particularmente quanto ao nível de interação que há entre os organismos e o meio-ambiente requer uma abordagem criteriosa e metódica acerca dessa relação que se baseia, tais estudos, em dados fornecidos pelas diversas ciências naturais, exatas e humanas.

ABSTRACT

The Amazon rainforest, in all its vastness, biological wealth, natural resources and bio-diverse complexity, is going through a critical and instigating moment, since the resources it possesses are already – and continue to be - exploited to the detriment of society. There is a growing awareness that their wealth can and should be exploited in a rational and sustainable way, allowing harmony between development, sustainability and the traditional way of life of the inhabitants of the Amazon. The necessary knowledge for this, goes through several forms

of study and investigation to understand its ecosystem, not yet known at its different levels. An understanding of life forms in their multiple interactions and particularly regarding the level of interaction that exists between organisms and the environment requires a careful and methodical approach to this relationship, which is based, such studies, on data provided by different natural sciences, exact and human.

PALAVRAS CHAVES

Determinismo ambiental- sociedade cabocla- filosofia ecológica-
affordance

APRESENTAÇÃO

Com base na teoria dos Sistemas Complexos, destacamos a Filosofia Ecológica e Informacional enquanto instrumental teórico para análise da Rede Informacional que comporta especificamente os vegetais, o solo, o rio, os insetos e o clima. Investigar essa rede a partir da teoria dos sistemas complexos, requer no seu âmbito de abrangência uma ação interdisciplinar em particular com a física, matemática, botânica, química, neurociência e ciência da computação, bem como educação ambiental, geografia e linguística que fornecem os dados pertinentes à investigação e reflexão acerca dessa interação dos vegetais com o meio-ambiente.

A fim de contribuir nas discussões sobre a devastação da floresta amazônica para exploração comercial de madeiras, as intervenções no curso natural ecossistêmico dos rios para implantação de hidrelétricas, as escavações gigantescas no solo para extração de minério, os desastres ecológicos possíveis decorrentes dessas intervenções, a mudança de cultura para fins comerciais como a plantação de soja e pasto para gado e a ausência de um plano para a exploração e preservação da selva amazônica e as diversas alterações ocorridas no meio-ambiente em consequência dos grandes projetos implantados, requer de nossa parte intervenções teóricas, cognoscentes e educacionais afim de gerar uma consciência crítica e reflexiva que venha ao encontro dessas necessidades prementes que a Amazônia hoje vive.

Como manter a floresta e sua biodiversidade sem causar danos irreversíveis através de uma sustentabilidade que permita

simultaneamente a sua exploração, ao mesmo tempo de forma racional e preservacionista para o bem-estar de todos os organismos em especial os humanos, animais e vegetais?

Buscar respostas e soluções para essa questão parece ser importante e mesmo decisivo para o futuro da Amazônia e de seus habitantes. Com este texto pretendemos na área da Filosofia Ecológica e do estudo dos sistemas complexos produzir conhecimentos e contribuir com o debate em torno dessa problemática.

1. Antes de Agora

Filósofos greco-romanos, árabes, iluministas e posteriores sedimentaram as bases para nossas ideias sobre a relação entre ambiente e seres humanos. Três temas principais podem ser observados na história intelectual ocidental até meados dos anos 1950 que tentam explicar as interações humanas com a natureza: **determinismo ambiental**, **possibilismo** e **adaptacionismo** (Moran, 2009:27).

O **determinismo ambiental** foi uma visão dominante pelo menos desde os tempos greco-romanos até o século XX. Essa visão surgiu de observações da ligação aparente entre as *tendências psicológicas* e o *clima*. Os pensadores enfatizavam suas superiores interações homem-ambiente mesmo com o clima seco do mediterrâneo e a inferioridade dos povos do norte em relação ao clima frio. Séculos depois quando os países temperados eram politicamente ascendentes, climas temperados foram vistos como explicações para grandes realizações imperiais enquanto climas quentes foram vistos como razão da inferioridade de seus povos. Parece que essa visão é predominante quando povos do norte referem-se à Amazônia (Moran, 2009:27).

A visão **possibilista** persiste entre os Neomalthusianos que enfatizam a capacidade limitada da Terra para suportar o crescimento natural de populações. Seus adeptos fazem uma analogia da Terra com uma nave espacial, ou seja, que o planeta tem recursos limitados (Moran, 2009:27).

O **adaptacionismo** é representado por várias teorias e abordagens, entre elas estão situadas as interações homem-ambiente,

em que a população interage com o ambiente. Se nessas interações os indivíduos se deparam com limitações impostas pelo ambiente, podem adaptar-se as condições ambientais ou por vezes modifica-las, se possível, para favorecer os objetivos humanos. Essa visão tem raízes no século XIX (Moran, 2009:27).

2. No Século Passado

Na segunda metade do século XX, um grande número de aproximações teóricas nas relações homem e ambiente proliferou, dentre estas destacamos a **Filosofia Ecológica**, que tem como base a Teoria dos Sistemas Complexos e o Pensamento Complexo, tendência promissora que favorece a integração interdisciplinar. *As decisões de indivíduos que atuam individual ou coletivamente são afetadas pela relação ecossistêmica.* Faz-se necessário compreender que uma floresta por menor que seja, é formada por uma miríade de organismos vivos, com espécies que tem morfologia, fisiologia e histórias de vida muito diferentes (Randolph:145).

A visão ecossistêmica nos parece mais completa, porque complexa, ao nos apresentar a estrutura e a função sistêmica que rege a natureza e, quando falamos em natureza, falamos também em organismos e entre esses, o ser humano.

Assim como a natureza rege-se por uma autoética, como podemos observar nos organismos vivos como formigas, abelhas, que manifestam comportamentos de solidariedade e, mamíferos por ex., embora se agridam por interesses de alimentos e sexo, se unem no

interesse comum da defesa e da caça (Morin, 2015); entre as plantas, existem várias formas de proteção e solidariedade; a samaumeira por ex, absorve grande quantidade de água e a expele para o ambiente, bem como alimenta várias outras plantas ao seu redor.

Que lições a Natureza poderia nos dar? E de que modo poderíamos incorporar essas lições? Os pensadores originários de certo poderiam nos ajudar nessa empreitada analítica e nos proporcionar respostas interessantes para esse projeto.

4. Nos Tempos de Agora

Os homens existiam em ilhas de casas, de pastos e de campos inseridos em florestas e savanas, hoje florestas e savanas não cultivadas sobrevivem como ilhas entre paisagens urbanas, suburbanas e agrícolas. Os homens, nos tempos atuais, aumentaram vertiginosamente a velocidade e a extensão das mudanças ambientais. E dentre esses processos os mais expressivos são aqueles que alteram as florestas para exploração de riquezas como a madeira, a lenha, os minérios e a terra por meio da conversão de ecossistemas complexos em áreas para a agricultura e para a expansão urbana e industrial.

As florestas fornecem serviços ambientais que estabilizam o clima, protegem animais e vegetais e podem sequestrar grandes quantidades de carbono pela conversão em biomassa vegetal. Quando da derrubada no sistema de corte e queima, as florestas fornecem grandes quantidades de nutrientes valiosos fazendo com que solos pobres e inférteis passem a gerar rendimentos no período de um a dois

anos. Quando praticado a baixas densidades populacionais, método de corte e queima para a preparação da terra representa um modo sensato e barato para obter alimentos em região de baixo rendimento agrícola. É exatamente a agricultura praticada pelos indígenas amazônicos na preparação dos seus “*roçados*” na Amazônia brasileira.

3. As Sociedades Cabocas

A Amazônia tem sido tradicionalmente retratada ora como uma floresta tropical de dimensões continentais, ora como o espaço ocupado pelo arquétipo “outro primitivo” (Slater, 1996). Ela é projetada, fundamentalmente, como um domínio natural, em que o social é invasor (Nugent, 1993). Existe uma clara assimetria na relação entre sistema social e sistema natural, na qual o primeiro é subordinado ao segundo. Esta visão da Amazônia como um domínio essencialmente natural baseia-se em dois pressupostos básicos sobre as sociedades amazônicas. O primeiro, de que durante a dissolução das sociedades e de surgimento das sociedades cabocas, a natureza foi o único fator que se manteve constante. O segundo refere-se a ligação entre as estruturas sociais indígenas pré e pós-coloniais com fatores ambientais supostamente limitantes.

As sociedades “não-urbanas” contemporâneas da Amazônia podem ser divididas, grosso modo, em sociedades indígenas; camponeses “tradicionais” ou históricos (cabocos), oriundos da incorporação colonial da região amazônica; e os neo-camponeses que, desde a década de 1970, tem migrado como parte das políticas

governamentais de ocupação da Amazônia (Browder & Godfrey, 1997; Bunker, 1984, 1985; Moran, 1981; Nugent, 1993). Apesar das grandes diferenças entre elas, estas sociedades possuem em comum uma relativa invisibilidade sócio-política. Os índios, porque são absorvidos pela representação da Amazônia como um ecossistema tropical; os camponeses históricos, porque representam o fracasso dos esforços de integração nacional do passado; e os neo-camponeses, porque são excluídos do projeto desenvolvimentista das indústrias extrativistas altamente especializadas (Nugent, 1997).

A invisibilidade virtual das sociedades cabocas amazônicas pode também, em parte, ser explicadas pelos seus modos de vida, diversos e não especializados. Sua base de recursos é formada por uma floresta e um sistema de rios. A formação da identidade caboca tem lugar no interior de processos definidos mais pelas externalidades (transformações econômicas globais) do que pelas continuidades locais (Leonardi, 1999; Nugent, 1993). No discurso antropológico os cabocos representam tanto os “restos” de sociedades indígenas degradados, como ameaças imediatas (invasões de terra) as poucas sociedades indígenas que transpuseram a catástrofe colonizadora. Nacionalmente, o caboco representa um projeto incompleto de criação de uma cultura brasileira, que rompeu com seus antecedentes europeus, africanos e indígenas (Motta-Maués, 1989; Nugent, 1993, 1997). Para Moran (1974) o caboco era um “tipo” cultural que emergiu como resultado da “tupinização” das culturas ibéricas e não-tupis.

5. O Conhecimento Paisagístico dos Cabocos e dos Índios da Amazônia é em Parte, um Produto da História (William Balée, 2009)

À época do ciclo da borracha, o povo Ka'apor já estava há muito isolado e era hostil aos seringueiros e à sociedade luso-brasileira, em geral (Balée, 1984). Em outras palavras, os Ka'apor nunca foram “cabocos” *per se*. Pelo contrário, ao fim do período colonial da história Ka'apor, entre meados e final do século XVIII, ajuda-nos a compreender melhor o advento da história caboca, pois é, aparentemente, nessa época que os cabocos emergiram como povo separado de quaisquer raízes indígenas que possuísem. A partir de então, os Ka'apor e outros povos indígenas – que continuaram a ser indígenas – por um lado e o campesinato do baixo Amazonas, por outro, afastaram-se e seguiram suas trajetórias separadas no tempo histórico, até os dias de hoje (Balée, 2009). Sendo assim, o caboco verdadeiro é “herdeiro intelectual” do conhecimento etnoecológico indígena em muitas áreas (Posey *et al*, 1984). Os cabocos apresentam características bem peculiares que revelam a sua origem mestiça. A mestiçagem aqui é vista de forma não pejorativa, através da qual os cabocos adquiriram hábitos, tecnologias, conhecimentos, valores de diversos povos que os possibilitou formarem um perfil flexível (Moran, 1995; Castro, 2009). De um lado conhecem e praticam as técnicas indígenas de agricultura, pesca e caça; por outro lado, inseriram-se no mercado e desenvolveram estratégias econômicas bem sucedidas (Brondizio & Siqueira, 1997).

6. Estratégia de Sobrevivências dos Indígenas da Amazônia

A agricultura - A maioria dos grupos indígenas do Brasil e em especial na Amazônia pratica a agricultura de coivara. Trata-se de uma forma de cultivo que se realiza somente em terras florestais. Para limpar o terreno para fazer um *roçado* é preciso derrubar uma parte da floresta, quando ainda não está na época das chuvas. Pouco tempo depois, quando os troncos e as folhagens já estão suficientemente secos os indígenas ateam fogo que é controlado por um aceiro (área em volta do roçado limpa para evitar que o fogo se alastre). As chamas não consomem totalmente as árvores que foram derrubadas e queimadas. Parte dessa madeira é recolhida pelas mulheres indígenas para ser usada como lenha em suas casas na aldeia. O restante é cortado e amontoado em vários locais do roçado. Nos amontoados são tocados fogo, é a *coivara*. Dessa maneira o terreno fica pronto para ser semeado. Ali são plantadas as bananeiras, mamoeiros, milho, jerimum, batata doce e mandioca. Essa herança cultural foi passada também para os cabocos.

No *quintal* da casa de uma família indígena, via de regra, é possível encontrar um arranjo agroflorestal interessante. Existe sempre uma árvore frutífera de grande porte: uma mangueira ou jaqueira ou fruta-pão. Depois árvores de menor porte como cajueiros, goiabeiras, araçazeiros, etc. Podemos encontrar bananeiras, limoeiros, além de árvores de quiabo e vinagreira. No chão, espriadas é possível observar maxixe, melancia e jerimum. Em uma harmonia e ordem passada de pais par filhos. A mulher indígena tem no seu quintal o *canteiro*, normalmente é um jirau de varas suspenso. Alí é o local de plantar e colher as suas especiarias, a sua horta. Planta cebolinha, coentro, etc. O

canteiro também é a sua farmácia. É lá que são plantadas as ervas medicinais necessárias para as doenças mais frequentes na família e na aldeia.

A *tapera* é o que resta desse arranjo agroflorestal quando a família indígena muda-se para outro lugar em busca de novas florestas para caçar e implantar seus roçados. Por muitos anos a tapera continua a ter suas árvores frutíferas dando seus frutos, evidenciando que aquele modelo sem sombra de dúvida é uma contribuição inestimável para outras culturas não indígenas.

Daí a grande importância para as chamadas hortas familiares, cuja experiência pode ser desenvolvida em escolas públicas e nos quintais ribeirinhos através de técnicas agroecológicas como fonte de renda e/ou sustento.

7. Contributo para as Discussões

A Educação Ambiental em seu âmbito pedagógico, através de Oficinas e Palestras, sem dúvida será relevante para o aprendizado e a instrução ecoambiental na formação e incorporação de valores que aproximem o ser humano cada vez mais da natureza, permitindo uma melhor integração na geração de uma ecoética que vise a interação harmônica com o cosmos.

Com intento de contribuir nas discussões sobre a relação histórica do conhecimento acumulado pelas populações indígenas e cabocas da Amazônia ao longo dos séculos, sistematizar e apresentar

essas experiências como propostas de uso da terra de modo racional e contribuir para a manutenção da floresta amazônica em pé.

Ao mesmo tempo intensificar as investigações a respeito da relação homem-floresta e homem com indivíduos vegetais individualizados, levando em conta a crescente “consciência” de que suas riquezas podem e devem ser exploradas de forma racional e sustentável, permitindo a harmonia entre desenvolvimento, sustentabilidade e o modo de vida tradicional dos povos habitantes da Amazônia.

O conhecimento necessário para tanto, passa por diversas formas de estudo e investigação para a compreensão de seu ecossistema, ainda desconhecido em vários e diversos níveis. Uma compreensão das formas de vida em suas interações múltiplas e particularmente quanto ao nível de interação que há entre os organismos e o meio-ambiente requer uma abordagem criteriosa e metódica acerca dessa relação. Com base na teoria dos Sistemas Complexos, destacamos a *Filosofia Ecológica e Informacional* enquanto instrumental teórico para análise da Rede Informacional que comporta especificamente os vegetais, o solo, os rios, os insetos e o clima.

Investigar essa rede a partir da teoria dos sistemas complexos requer no seu âmbito de abrangência uma *ação interdisciplinar* em particular com a física, matemática, botânica, química, neurociência, agronomia, e ciência da computação, bem como educação ambiental, geografia, antropologia, história e a linguística, que podem fornecer os dados pertinentes à investigação e reflexão acerca dessa interação dos

vegetais com o meio-ambiente e, sem dúvida, a contribuição sistêmica com antropossocial.

Como manter a floresta e sua biodiversidade sem causar danos irreversíveis através de uma sustentabilidade que permita simultaneamente a sua exploração, ao mesmo tempo de forma racional e preservacionista para o bem-estar de todos os organismos, em especial os humanos, animais e vegetais? Buscar respostas e soluções para essa questão parece ser importante e mesmo decisivo para o futuro da Amazônia e de seus habitantes. Com este projeto pretendemos na área da **Filosofia Ecológica** e do estudo dos sistemas complexos produzir conhecimentos transdisciplinares e contribuir com o debate em torno dessa problemática, gerando diálogo pertinente com as demais ciências.

8. Para Entender a Filosofia Ecológica

De acordo com Moroni, Gonzalez e Moraes (2001), a descrição ecológica insere o ser humano (ou os organismos em geral) na informação disponível no ambiente. A percepção visual, por exemplo, envolve arranjo óptico, *invariantes e* disponibilidades (*Affordances*) que formam as bases da percepção visual do ambiente. Estando tão imerso no fluxo de informação ambiental, o organismo compartilha de modo ativo, direto e não mediado da captação da informação. É a combinação da imersão do organismo no ambiente e no fluxo de informação ambiental ao seu redor que origina a percepção atenta do organismo ou, se você preferir, os estados cognitivos. Ora, quando um

organismo se move no ambiente, alguns aspectos do arranjo ambiental (que indica como o ambiente está delimitado, estruturado) mudam enquanto outros permanecem inalterados. Estas transformações e *invariantes* especificam a informação sobre o ambiente. Em particular, elas especificam a informação sobre o *layout* e as mudanças neste *layout*. Desta forma, elas são capazes de especificar eventos no ambiente. Informação captada não é uma metáfora. Ela realmente acontece! A sciência ou prontidão do organismo em relação ao meio se funda na captação da informação disponível no ambiente. Grosso modo, a informação captada pode ser considerada, frouxamente, como desempenhando o tipo de papel dado à sensação em outras teorias da cognição. A descrição ecológica insere o ser humano (ou os organismos em geral) na informação disponível no ambiente.

Para explicar as mais complexas formas de cognição e comportamentos, a abordagem ecológica introduz a noção de ***Affordances*** que é aquilo que o ambiente disponibiliza ao agente e, como tal, elas delimitam o que um organismo pode fazer. Por exemplo, perceber uma cadeira possibilita, ao humano que percebe, um lugar para sentar e a uma ave que percebe um lugar para empoleirar-se. Em outras palavras, a mesma cadeira pode possibilitar ao percebedor humano a *Affordance* “sentável” e a uma ave a *Affordance* “empoleirável”. *Affordances* são dadas em virtude da informação captada. Aprender uma *Affordance* é captar algo de uma maneira específica, por exemplo, tornar-se consciente do objeto percebido. Isto não é um processo; É direto e não é inferencial. Uma vez captada, as *Affordances* podem ser referidas à ou inferidas a partir de algo. *Affordances* são usualmente individualizadas em termos do que elas disponibilizam ao organismo. Logo, elas desempenham um papel na explicação do comportamento e, como

indicado, podemos fazer referência a uma *Affordance* em termos de comportamento. *Affordances* são usadas pelos organismos, ao mesmo tempo em que são úteis, elas próprias, entre organismos de todos os tipos. Você pode dizer que elas são individualizadas e especificadas pela evolução, mas como sempre, isto precisa ser explicitado por argumentos adicionais.

9. Homem e a População Vegetal

Relativamente ao que se refere a relação homem-ambiente, mais especificamente ao comportamento do homem com a população vegetal, Trewavas, Stefano Mancuso, František Baluška, procuraram demonstrar como as plantas possuem comportamentos inteligentes. Em contraposição à noção de que vegetais agem de forma pré-programada geneticamente, estes neurobiólogos defendem que os vegetais possuem comportamentos adaptativamente variados. Para eles, a **inteligência** pode ser entendida sem um centro de processamento de informação, não há uma parte responsável pela cognição nas plantas, ou seja, um cérebro, mas sim um fluxo de informações, numa contínua interação com o ambiente. Com este recorte reflexivo, pretendemos apontar para uma nova perspectiva ou um novo paradigma acerca do ser humano. Poderemos refletir, a partir disto, sobre a possibilidade de que, nos seres humanos, a função propriamente dita da cognição, da memória e da sensibilidade não estaria centralizada no cérebro, mas difusa em todo o corpo, embora seja aquele, a caixa de ressonância dos impulsos neurais. A partir daqui, estabelecendo um paralelo com a condição neurofisiológica das plantas, consideramos que a identidade, a

subjetividade e a consciência seriam epifenômenos metafísicos, especulações racionalistas para situar o ser humano. Em síntese, pretendemos apontar que a comunicação, a memória e a sensibilidade são oriundas de uma rede informacional, cuja semiose sensível e simbólica emerge da inter-relação entre os indivíduos e o ambiente.

A **semiótica peirceana** será de grande valia para essa tentativa de transição paradigmática a partir da reflexão sobre a inteligência vegetal como elemento que pode alterar a visão acerca do ser humano no que diz respeito à identidade, subjetividade e consciência, na formação de um novo Paradigma a partir do conhecimento ecossistêmico. Seria, portanto, a consciência, a subjetividade e a identidade, entes epifenomênicos e metafísicos ou seriam constituídos por uma rede informacional emergente? Tal problemática desenvolve-se de forma aberta, sem a pretensão de dar a palavra final ou conclusiva acerca desta questão.

Os vegetais sempre foram considerados seres de pouca complexidade e com capacidades limitadas, sobretudo pelo estilo de vida sésil, como denominam os botânicos, característica elementar que distingue os vegetais do reino animal. A mentalidade de que as plantas são seres inertes fica evidente no uso atribuído a “vegetativo” para descrever o estado de pessoas em estado terminal. Desta forma, o comportamento das plantas sempre foi entendido como reflexo da sua constituição genética, conseqüentemente as repostas aos estímulos ambientais seriam sempre mecânicos e determinados. Mas de fato as plantas são seres que não se movimentam?

Algumas espécies de vegetais chamam atenção pelos seus movimentos serem visivelmente perceptíveis, como as plantas

carnívoras e a *Mimosa pudica*, assemelhando-se ao lapso de tempo utilizado por animais. Charles Darwin em *O Poder do Movimento das Plantas* (1880) já chamava atenção para a complexidade dos movimentos dos vegetais, juntamente com seu filho Francis realizou inúmeros experimentos demonstrando como as plantas são capazes de perceber as condições ambientais, tais como pressão, temperatura, luminosidade, e através disto adaptar e determinar seu crescimento.

Nos animais, o movimento deve-se à existência de um aparelho motor que é controlado através de impulsos elétricos pelo sistema nervoso. Nas plantas, por outro lado, torna-se curioso como é possível a realização de movimentos em lapsos de tempo curto sem propriamente um sistema nervoso, haveria então um “órgão” responsável por processar as informações provindas das percepções ambientais e condicionar o movimento? Darwin acreditava que sim, as raízes teriam a função de um cérebro nas plantas, inclusive compara à estrutura biológica dos animais, porém invertida, com o órgão principal na extremidade inferior.

Ainda no século XIX o cientista indiano Jagadis Chandra Bose (1858-1937) atestava, através de experimentos, que as plantas utilizavam também sinais elétricos para a comunicação entre suas partes, afirmava ainda que os vegetais são seres inteligentes capazes de aprender com a experiência e adaptar o seu comportamento (Mancuso, 2006), o que põe em xeque a noção de que as plantas agem de forma pré-programada geneticamente.

Recentemente, um grupo de cientistas de diversas instituições têm se dedicado a estudar mais detalhadamente o universo dos vegetais, com o interesse de demonstrar que estes seres não são tão simples

quanto parecem ser. A “neurobiologia vegetal”, campo de pesquisa fundado por cientistas como František Baluška, Stefano Mancuso e Dieter Volkmann, busca comprovar através de diversos experimentos que os vegetais têm inteligência, sentem, possuem memória, senso de parentesco e se comunicam.

Apesar da terminologia polêmica – neurobiologia vegetal – estes pesquisadores não afirmam existir um sistema nervoso nos vegetais, tal como nos animais, mas defendem que as plantas são capazes de processar informação de forma tão complexa quanto estes. Estes cientistas justificam que o uso do termo “neurobiologia” para os vegetais foi de forma metafórica, para eles a inteligência pode ser entendida sem um centro de processamento de informação, ou seja, não há um “órgão” responsável pela cognição nas plantas, mas esta se daria de maneira difusa em todo o corpo.

O fato de as plantas não poderem se deslocar as torna mais suscetíveis a predadores, por isso não seria vantagem para elas possuir um órgão insubstituível, prova disso é que diversas espécies podem perder até 90% de sua constituição física e ainda assim se manterem vivas (Polan, 2004). Além disto, segundo os neurobiólogos, a fixação no solo forçou com que as plantas criassem mecanismos de sobrevivência, tendo que realizar todas as atividades elementares para a manutenção da vida, como nutrição, reprodução e, sobretudo de defesa no mesmo lugar, para isto teriam desenvolvido uma percepção extremamente aguçada e um complexo sistema de comunicação interespecie.

O “estilo de vida sésil”, como o denomina os botânicos, requer uma ampla e sutil apreensão do ambiente imediato, já que a planta tem de obter

tudo aquilo de que precisa e defender-se sem sair do lugar. Faz-se necessário um aparato sensitivo altamente desenvolvido para localizar alimentos e identificar ameaças.” (Polan, 2004: 5)

Algumas pesquisas e experimentos levados a cabo por neurobiólogos vegetais vêm mostrando como a comunicação entre as plantas é bastante complexa e ainda se conhece apenas uma pequena parte deste vasto campo. Através de equipamentos de mensuração de substâncias volúveis, estes cientistas conseguiram coletar centenas de elementos químicos que são expelidos por uma única espécie vegetal em distintas situações, como por exemplo, em contato com um predador. Pesquisas mostraram também como as plantas emitem sinais elétricos, medidos através de galvanômetro, de forma mais intensa quando expostas a situações de estresse.

Vale ressaltar que a inteligência na neurobiologia vegetal é entendida como a capacidade do organismo manifestar comportamentos adaptativamente variados no tempo de vida individual, ou seja, a inteligência nas plantas consiste em poder variar seu comportamento a depender das condições ambientais (Trewavas, 2003). Dessa forma, o conceito de inteligência não se limita à capacidade de raciocinar ou resolver problemas lógicos, mas à capacidade de processar informação de forma significativa. Devido ao impacto gerado por tais pesquisas, o incômodo e rejeição por parte de muitos biólogos não poderia ser pequeno. Não nos cabe colocar em questão os métodos utilizados nas pesquisas por estes cientistas, isto ultrapassaria os limites deste trabalho. Nossa intenção é colocar em questão a possibilidade de se considerar a inteligência em outros seres sem a presença de um cérebro ou sistema nervoso bem desenvolvido.

Tal reflexão traz implicações sobre a inteligência nos seres humanos, considerando que ainda temos uma relação quase sinonímia entre cérebro e inteligência, estabelece-se como parâmetro de inteligibilidade a presença de sistemas nervosos bem desenvolvidos, como podemos verificar neste excerto:

Tanto a quantidade quanto a qualidade da inteligência podem depender de características físicas, ambientais e biológicas que envolvem um sistema. Em geral, animais com cérebros mais desenvolvidos apresentam inteligência em quantidade e qualidade superiores do que aqueles com cérebro precário. Além do tamanho, o desenvolvimento cerebral depende da capacidade de conexão entre os seus neurônios. (Alves, 2007: 296)

Evidentemente que o avanço da tecnologia tem possibilitado compreender melhor a função importantíssima do cérebro como centro de processamento de informação nos animais. Porém, talvez seja possível pensar a inteligência, a memória e a cognição não como uma tarefa exclusiva do cérebro. A reflexão sobre a inteligência vegetal pode colocar em xeque a pretensa dependência cerebral, como bem ressalta o professor João Teixeira, o comportamento inteligente pode ser uma característica de todos os seres vivos:

Sabemos que a produção do comportamento inteligente não está, necessariamente, associada à existência de um cérebro em um organismo complexo. Desde o século XIX, já se constatou que há seres unicelulares que reagem ao meio ambiente

de forma inteligente. Uma possível explicação para isso é que as proteínas presentes na membrana de sua célula funcionam como uma máquina binária que faz essa membrana abrir ou fechar. (Teixeira, 2012: 60).

Como podemos comparar a quantidade de informação manipulada por diferentes seres e estabelecer classificações? Estabelecemos comparações qualitativas e quantitativas a partir do nosso parâmetro de racionalidade, transpondo nosso critério de inteligência para os outros seres vivos. Os vegetais podem processar até mais informação do que os animais, devido à sua característica biológica e a constante interação com o ambiente, isso não temos como mensurar.

Partindo dessas premissas, nos questionamos de que forma a inteligência pode ser pensada nos seres vegetais se não há um centro de processamento de informação? Assim como, em que local estaria localizada a memória, se mesmo tendo perdido grande parte da sua constituição física as plantas ainda conservam informações do ambiente? Esta última questão nos humanos ainda carece de uma melhor compreensão, cientistas tentam desvendar como são armazenadas as informações no cérebro a fim poder evitar doenças como o Alzheimer (Teixeira, 2012).

10. Abordagem Ecológica

Tais questões levantadas não se encaixam no modelo antropocêntrico, que reclama para si o monopólio do conhecimento e considera o homem como o único ser senciente no mundo, ao tomar a racionalidade como parâmetro. Por outro lado, a abordagem ecológica pode ser um caminho para se pensar a cognição nos vegetais e em outros seres vivos, ao se orientar em outro viés reflexivo.

A Filosofia Ecológica surge a partir da década de 1960 principalmente com os trabalhos de J.J. Gibson e Gregory Bateson (Gonzalez, 2011) com a proposta de ser uma área de pesquisa filosófica de natureza interdisciplinar. A perspectiva ecológica retira do homem a exclusividade da capacidade cognitiva, pois considera o ser humano apenas como mais um ser, dentre outros, possuidor de inteligência.

[...] os princípios da Filosofia Ecológica se contrapõem aqueles da visão racionalista mecanicista sobre a natureza. Em primeiro lugar, ela retira o homem do centro do universo e busca descobrir o que parece ser o seu nicho natural na dinâmica da vida auto-organizada e compartilhada por inúmeras formas significativas de existência. (Gonzalez, 2011: 29)

A abordagem ecológica desconstrói com a visão que distingue o sujeito do ambiente, considerando fundamentalmente o indivíduo situado e incorporado em seu nicho ecológico, levando em conta as interações com outros indivíduos e com o meio, sendo impossível de

compreender nesta perspectiva os processos cognitivos dissociando o indivíduo do seu ambiente.

A abordagem ecológica da mente é baseada na reciprocidade entre organismo e ambiente. Em particular, a reciprocidade ecológica entre a mente e o mundo físico explicita a relação entre ambos e remove a necessidade de qualquer separação dualista. Essa reciprocidade surge da descrição do ambiente ecológico como o que está disponível para a mente, ou, se você preferir, o que está disponível para se pensar. Esta abordagem rejeita considerações que repousam nas sensações, dado que elas não explicam o relacionamento entre o mundo e o organismo de modo correto; Nesse sentido, explicações físicas são – na melhor das hipóteses – incompletas. (Large, 2011:352).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do estudo, da análise e da pesquisa acerca da rede informacional que se dá entre as plantas e meio ambiente, mais que isso, a relação da natureza com o homem e do homem com a natureza, de suma importância para a formação e incorporação de novos valores e conseqüentemente de novas atitudes frente aos problemas que hoje vivenciamos em relação às nossas matas, aos nossos rios, à nossa biodiversidade.

A interdisciplinaridade é condição sine qua non para a execução e desenvolvimento de Projetos, que pretendem investigar e aplicar os princípios que regem uma ética ecologicamente consistente que vise sobretudo a economia sustentável envolvendo comunidades rurais como criação de animais e peixes, hortas familiares, e proteção das matas com sua flora e fauna, para isso, a execução de Oficinas de sensibilização, para análises, debates e troca de informações que se integrem para resultar numa ação transdisciplinar, envolvendo diversos atores.

O objetivo, é a construção de conhecimentos integrados e transversos, propiciando uma melhor acuidade e uma lucidez teórica e prática que nos permita avaliar e implementar seus resultados de forma consistente e pragmática no entorno daquilo que nos propomos, a saber, pesquisa, educação ambiental, implementação de novos modelos sustentáveis em áreas carentes e geração de renda, ecoética incorporada e produção alimentar.

REFERÊNCIAS

ALVES, MA. Esboço de uma concepção informacional da inteligência. In: COELHO, J.G.; GONZALEZ, M.E.Q.; BROENS, M.C. (Org). Encontro com as Ciências Cognitivas, v. 05, p. 283-300, 2007. (Coleção Estudos Cognitivos)

BATESON, G. Os homens são como a planta. In: THOMPSON, I. W. (Org.). Gaia: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia, p. 35-43, 1987.

CAPRA, J., Luisi, L., A Visão Sistêmica da Vida, Cultrix-Amanakey, S.P., 2014.

BALÉE, W. The persistence of Ka'apor culture. Ph.D Dissertation – Columbia University, 1994.

BALÉE, w. Transformação Da paisagem e mudanças da língua: um estudo de caso em ecologia histórica da Amazônia. Em Ecossistemas Florestais Interação homem-ambiente/organização de Emilio F. Moran e Elinor Ostrom; tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella – São Paulo : Editora Senac São Paulo: Edusp, 2009.

BRONDIZÍO, E. S.; Siqueira, A. D. From extractivists to farmers: Changing concepts of caboclo agroforestry in the Amazon Estuary. Research in Economic Anthropology, 1997.

BROWDER, J. O.; Godfrey, B.J. Rainforest cities: urbanization, development, and globalisation of the Brazilian Amazon. New York: Columbia University Press, 1997.

BUNKER, S. Modes of extraction, unequal exchange and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: the Brazilian Amazon, 1600-1980. American Journal of Sociology, 1984.

CASTRO, F. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo amazonas. Em

Ecossistemas Florestais Interação homem-ambiente/organização de Emilio F. Moran e ELINOR OSTROM; tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella – São Paulo : Editora Senac São Paulo: Edusp, 2009.

GARZÓN, F.C. The quest for cognition in plant neurobiology. *Plant Signaling & Behavior*, [S.l.], v. 2, p. 208-211, 2007.

GONZALEZ, M. E. Visões de mundo: uma reflexão a partir da perspectiva da filosofia ecológica. In: Simonetti, Mirian Cláudia Lourenço (Org). *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

GONZALEZ, MEQ & MORAIS, S.R. Contribuições do Pragmatismo para a Compreensão do Conceito de Informação Ecológica. *Cognitio*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2007.

LARGE, David. O que é filosofia ecológica? Trad. Juliana Moroni, Eunice Gonzalez, João Moraes. *Revista Kínesis*, Vol. III, nº 05, Julho-2011, p. 349-355. Marília-SP, 2011.

LEONARDI, V. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15/UnB, 1999.

MANCUSO, Stefano. La sorprendente vita delle piante. *KOS*, vol. 249, p. 20-25, 2006.

MITSCHEIN, Thomas A. Desenvolvimento local e associativismo empreendedor no Pará. Um desafio Político/Thomas A. Mitschein e Jadson F. Chaves – Belém: NUMA/UFPA, 2008.

MORAN, E. F. The adaptive system of the Amazonian caboclo. In Wagley, C. (Ed). *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974.

MORAN, E. F. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana

University Press, 1981.

MORAN, Emilio F. Interações homem-ambiente em Ecossistemas Florestais: uma introdução. Em *Ecossistemas Florestais Interação homem-ambiente/organização* de Emilio F. Moran e Elinor Ostrom; tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella – São Paulo : Editora Senac São Paulo: Edusp, 2009.

MORAN, E.F. Disaggregating Amazonia: a strategy for understanding biological and cultural diversity. In: Spensel, L.E.(Ed). *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Tucson: The University of Arizona Press, 1995.

MOTA-MAUES, M. A questão étnica: índios, brancos, negros e caboclos. *Estudos e Problemas Amazônicos*. Belém, Seduc/Idesp, 1989.

NUGENT, S. *Amazonian Caboclo Society: an Essay on Invisibility and Peasant Economy*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

NUGENT, S. The coordinates of identity in Amazonia: At play in the fields of culture. *Critique of Anthropology*, 1997.

SLATER C. Amazonia as edenic narrative. In CRONON, W.(Ed). *Uncommon ground: Rethinking the human place in nature*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1996.

POSEY, D.; Frechione, J; Eddins, J; Silva, L.F.; Myers, D; Case, D; Macbeath, P. *Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development*. Human Organization, 1984.

TEIXEIRA, João de Fernandes. *Filosofia do cérebro*. São Paulo: Paulus, 2012.

TREWAVAS, A. et al. Aspects of Plant Intelligence. *Annals of Botany Online*, v. 92, p. 1-20, Oxford, May. 2003

SURPREENDIMENTOS AMAZÔNICOS!!!

A HISTÓRIA DE MAQUESON

Nazaré Imbiriba



Maqueson, Quadro *Abraço na Floresta*, Cruzeiro do Sul, Acre

I

Surpreendimentos

Sou parte viva de *Mundos* Amazônicos onde transformações naturais poderosas se reinventam a cada momento, se recompõem a todo instante e, de repente, era como se nada houvera ali se passado, como se um Caos eterno fosse tão claro, tão óbvio! Neles habitam gentes que ali chegaram muito antes, guardando até hoje segredos eternos do bem viver e da comunhão com o Outro. Nesses *Mundos* sinto-me viva porque me surpreendo sempre com seus seres, com seus fazeres, com suas relações frequentes, enfim...com a Vida de cada minuto, presente ou passado, de cada lugar, tão perto ou tão longe.

Na Amazônia, *Surpreendimentos* são Constâncias. Aparecem em formas e modos aparentemente irreais, dado o choque da própria surpresa, mas que, como o descascar de uma cebola, vão revelando-se verdadeiros a cada esforço de destrinchar suas verdades intrínsecas.

Dentre os meus *Registros* e *Arquivos* mentais mais amáveis e profundos na seara de meus *Surpreendimentos* está Maqueson, um homem que ao integrar-se a seu ambiente natural consegue revelá-lo com profundidade e beleza incomparáveis, em pleno coração do Acre, na Amazônia Brasileira; ao mesmo tempo em que as paisagens do Rio Juruá são sua fonte inesgotável de inspiração, elemento humano essencial sem o qual a beleza não existe. Homem-Natureza ali se conciliam, se entendem, se exprimem, se amam, mutuamente. Por isso é que escrevo esta pequena crônica.

Volto ao ano de 2007, e reproduzo, aqui, a enorme comoção sentida quando vi pela primeira vez um trabalho de Maqueson, em Belém do Pará, no Banco da Amazônia S.A., onde o então Presidente da instituição me recebia em reunião¹. Perguntei-lhe de quem era o quadro na parede daquela sala, um trabalho portentoso de uma marchetaria indizível, única para mim. Soube, então, da existência do artista acreano. E esse foi meu momento interno e intenso de um avassalador *surpreendimento* com a “Paisagem Amazônica com Pavãozinho do Pará”, assim se chamava o trabalho de 1,05 por 4,80 metros.

Como a Área Cultural do Banco já então promovia as artes e a cultura amazônicas, imediatamente me ofereci a apresentar Projeto para a realização de um Catálogo Bilíngue que minimamente divulgasse o artista e sua obra. O Projeto foi aprovado. Assim, em companhia do artista gráfico José Fernandes e do Fotógrafo Gabriel Gentil parti para o Acre, Município de Cruzeiro do Sul, onde vivia Maqueson Pereira da Silva ou, simplesmente, como ele gosta de ser chamado. Maqueson. Ali, durante vários dias, praticamente “grudei” nele e em sua família, gravando, escrevendo e guardando na memória – e na alma - a convivência com esse artista e sua obra extasiante como as Florestas do rio Juruá em que vivia. Dessa aventura espiritual, estética e humana incrível nasceu a publicação MAQUESON - A MARCHETARIA DA FLORESTA, (The Marquetry of the Forest,) com versão em português e inglês.

¹ Mâncio Lima Cordeiro era, então, o Presidente do Banco da Amazônia S.A., com sede em Belém do Pará, Brasil.

MAQUESON

A Marchetaria da Floresta
The Marquetry of the Forest



II

Por que Maqueson agora e de novo?

Salto no tempo! Participando, já no presente ano de 2022 como Assessora Internacional do Programa TRÓPICO EM MOVIMENTO, da Universidade Federal do Pará, fui convidada a contribuir com um artigo na Publicação Digital REFLEXÕES AMAZÔNICAS III, que comemora os 07 anos desse Programa Interdisciplinar, Interinstitucional e Internacional.

Vale explicar que o TRÓPICO, como gostamos de falar, envolve-se diretamente com projetos de desenvolvimento com sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, na Amazônia brasileira, dando seguimento ao POEMA – Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, executado com a participação de instituições públicas, privadas e não-governamentais de todos os países amazônicos. O POEMA foi um indicativo das possibilidades que têm as academias de saltar sobre seus próprios *muros*, reais ou fictícios, e abrir-se às realidades que as circundam, enfrentando, como diria Gasset, suas circunstâncias, premissas de enormes desafios como, por exemplo, são os processos que levam à desigualdade social e à degradação ambiental, fontes geradoras de pobreza e incertezas quanto ao futuro de regiões estratégicas para todo o Planeta: os *Mundos* Amazônicos de oito países sul-americanos..

Embora estivesse trabalhando em um livro sobre as realidades históricas e atuais das áreas amazônicas de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, e Venezuela - material que me permitiria, em resumo,

escrever o artigo solicitado pela UFPA, deparei-me, de repente, ao *cavucar* meus livros e registros, com o Catálogo que realizei em 2007: MAQUESON - A Marchetaria da Floresta, já citado acima.

Novamente o passado veio à tona, do mesmo jeito que em 2007, em puro *surpreendimento*, e, assim, renunciei a qualquer outro tema que não fosse o de reproduzir, novamente, a história de Maqueson e de sua obra, para divulgá-la, agora em uma publicação universitária intitulada “Reflexões Amazônicas III”, a ocorrer neste mês de agosto de 2022².

A obra de Maqueson é a expressão cultural de uma respeitosa e orgulhosa convivência com sua floresta. E é BELA, além de tudo! I

Como escreveu Mâncio Cordeiro: “Com obras repletas de significâncias, o trabalho de Maqueson dignifica a arte amazônica, porque, ao mesmo tempo em que reflete valores plásticos e estéticos universais, reconstrói o regional e o local, onde o telúrico e o humano se reencontram e se reconciliam em florestas pássaros, flores, folhas, rios e céus, de uma portentosa beleza de que a Amazônia é pródiga”³.

Sua técnica em marchetaria é perfeita, essa arte antiquíssima de incrustação de partes recortadas de madeira, marfim, bronze, pedras em superfícies de objetos de marcenaria, formando desenhos os mais diversos.

² REFLEXÕES AMAZÔNICAS III. Programa Trópico em Movimento. UFPA. Belém, www.tropicomovimento.com.br, 2022

³ Mâncio Lima Cordeiro. MAQUESON, A Marchetaria da Floresta. (The Marquetry of the Forest). Catálogo, Apresentação, Banco da Amazônia S.A, Belém, 2007, pg.5.

No caso de Maqueson é a paisagem amazônica que dirige seus desenhos, às vezes reais, às vezes estilizados. Não importa: os símbolos da exuberância amazônica, os traços da história do Acre, a vida de povos antigos e recentes estão lá, visíveis em suas obras mais importantes dessa marchetaria em madeira. Uma obra que se alimenta do conceito de *Florestania*, criado no próprio Acre, onde o objetivo é o de viver Com a Floresta e, não, Contra ela.

Seu processo criativo também se estabelece nessa comunhão do homem com sua floresta. Como o próprio artista me revelou:

“Volto às entranhas, à minha caverna, a ouvir os pássaros, a sentir o vento, as árvores! Quando volto ao “mundo” a obra está pronta na alma, pronta para o processo criativo”.

Uma nova relação do homem amazônico com sua floresta pressupõe, como seres simbólicos que somos, dar vazão a uma cultura de sustentabilidade que tem dimensões na arte, na poesia, no artesanato, enfim, em expressões simbólicas de um modo específico e próprio de viver na Amazônia.

Sem dúvida vale a pena *catar* outras *pérolas* surpreendentes que expressam dimensões culturais de processos de desenvolvimento em sociedades amazônicas. E elas existem, aos montes, ainda que escondidas, desconhecidas, esquecidas por esse Brasil que ignora, ainda, sua maior e mais importante Região!

Há, seguramente, outros *maquesons* nos *Mundos* Amazônicos que conheço bem, mas esta história que aqui relembro aos leitores, já passados 15 anos dos *surpreendimentos* que tive em Cruzeiro do Sul, às

margens do Juruá, é para mim um dever para com a Amazônia e seus cidadãos, antes de tudo. É o que me empurra a recontar, repetir, divulgar, lembrar a história de Maqueson e sua obra ímpar.

III

A História de Maqueson... como contada em 2007

Um espírito caboclo da floresta incorporando o artista admirável, um homem de Deus e de quatro mulheres, Linda, Taís, Elis e Ana. Uma ardência interna inconsumível envolvida com a simplicidade dos bons, dos de bem com sua própria pele.

Assim é MAQUESON, nascido em 30 de agosto de 1958, no Seringal Flora, município de Porto Walter, em meio às florestas do Acre, no ocidente brasileiro.

Menino “medonho” de danado, no linguajar de Dona Chagas, a mãe, que nunca lhe viu andar, apenas correr. O primeiro choque de puraquê, o peixe elétrico, é gravação intacta na mente do menino-caboclo de matas e de rios.

O avô, cego pela fumaça da borracha, ensinou-lhe um B-a-Bá original: gravetos e sementes na floresta, pousados num tabuleiro com letras, abriram-lhe o mundo do A, do B, do C e de todas as histórias do seringal.

Com o pai, cortou seringa e aprendeu a fazer barcos, motivos constantes de sua arte.

Ali viveu até a adolescência, buscando lagartos, caçando cobras, descobrindo os mistérios da mata, vivendo uma infância feliz num mundo único e isolado, desconhecido até hoje para a maioria dos brasileiros.

Em 1973, da liberdade do Seringal Flora parte para um outro pequeno mundo, em Porto Walter, que lhe marcaria a alma, e a arte, para todo o sempre: o Colégio dos Padres alemães da Congregação do Espírito Santo - aos quais a história do Acre sempre deverá reconhecimento pela inimaginável presença educativa nos cafundós da Amazônia - que o acolheria, aos 15 anos, para seus primeiros estudos formais.

Recebe seu primeiro papel: a certidão de nascimento, comprovando um nome único, de origens tão perdidas quanto desconhecidas: Maqueson, que se junta ao Pereira da Silva de seus ancestrais nordestinos, migrantes amazônicos atraídos pelo *ouro branco* da borracha do Acre.

Aos 18 anos, sem nunca colocar os pés para fora da floresta, Maqueson salta do trapézio com uma única rede de proteção, a orientação europeia dos padres alemães: é enviado, como seminarista, para o desconhecido e distante sul brasileiro, Santa Catarina, onde estudará no Instituto Liebermann, na pequena cidade de Salete.

Um menino da floresta que sai direto do norte para o sul, sem intermediações contemporizadoras! Sorrindo e empapado pelo orgulho de suas raízes caboclas, Maqueson conta o início desses novos tempos com a memória de seu primeiro banho, quando confundiu detergente com shampoo, esse “sabão para cabelos” absolutamente desconhecido no seringal. Assim foi seu “batismo” sulista.

Suportando a solidão e a saudade, abre-se inteiramente para as primeiras lições de marchetaria, com base em um apurado conhecimento de base europeia que se lhe vai acumulando, sob a

orientação de Guilherme Schüler, mais um dos inúmeros amigos alemães que lhe prestariam amizade e ensinamento ao longo de sua vida.

O artista começa a *sair da toca* a partir de 79: uma Fase Sacra se expressa nos trabalhos de temas religiosos: “A Santa Ceia”, “Pedro e Paulo”, “A Fuga para o Egito”, e “Nossa Senhora”. Década rica de ensinamentos e aprendizados: filosofia, arte, psicologia, sociologia, história, botânica, história são fios que se entrelaçam sob um olhar atento em ver e compreender.

Em um certo momento, Maqueson dá um tratamento cubista à representação dos temas sacros, coincidentemente em que se dedica aos estudos de história da arte e arquitetura. “As Meretrizes”, de 1987, é a obra que melhor retrata esse momento.

Mas o conflito se instala na alma do artista, desde meados de 1986: um ponto de inflexão e reflexão pessoal, artística e religiosa. Dúvidas e mais dúvidas se avolumam, pressões da alma e do mundo se enfrentam.

A volta para seu Acre propicia-lhe um reencontro com suas raízes, com suas árvores, com seus pássaros, com seus rios, com seus espíritos, com seu próprio espírito... enfim, com o agora menino-grande Maqueson, cuja própria natureza interna sente a falta da comunhão com sua outra natureza, ainda que externa: com a floresta. Época em que faz suas primeiras exposições, dentro e fora do Acre.

Flores começam a nascer e a crescer na obra do artista, em meados de 1988: antevisão do amor-mulher e de uma nova fase de vida pessoal que se expressa claramente quando se casa com Linda, em

1989, a catarinense que teve a garra de reinventar-se, incorporando a seu sotaque sulista toda uma generosidade cabocla, ao lado de Maqueson.

Mas o amor tem suas penas e o casamento suas exigências, inclusive materiais: Maqueson deixa novamente o Acre e volta a viver no Sul. Flores e mais flores se derramam em seu trabalho impregnadas por sua visão maravilhada da imensidão dos campos floridos de Santa Catarina. Lá nascem suas gêmeas Taís e Elis. Dessa Fase das Flores, onde a paixão é a mão que guia o artista, são as obras “Jarra com Flores” e “Jarra com Flor Azul” as quais, sem se desprenderem da estética europeia apreendida, abrem-se para uma anarquia profunda de cores, nuances, e sombras, como que *tropicalizando* rosas e folhas.

Fase de Flores, mas, também, de conflitos novos que se avolumam e tomam espaço no coração de Maqueson: o tempo da criação briga com o tempo do “ganhar o pão”, o devaneio do homem com a arte se enfrenta com as responsabilidades do pai com as filhas, a assimilada cultura europeia entra em rebelião com a alegre e anárquica plasticidade criativa de sua floresta interna.

Um caos existencial se instala e obriga Maqueson, em 1990, a retirar-se para um momento de intensa e sofrida reflexão, longe das então três mulheres de sua vida, isolando-se nas montanhas de Salete, revolvendo seus *barros* internos, seus conhecimentos de filosofia, botânica, sociologia, psicologia, arte e religião, seus cânones europeus, suas decisões terrenas. Ali produz “Armário com Livros”, onde régua, livros, regras, tradições, saberes e influências como que se encerram em um armário hipotético.

O final deste dolorido exílio espontâneo se traduzirá em uma obra única, jamais repetida: “Bosque”, onde brinca com céus claros, límpidos e plácidos, e goza a liberdade de sentir-se pronto para fazer o que quer. *Lambe suas feridas* e percebe-se artista, pai, marido, pronto e maduro para não se enredar, inclusive, nas exigências de uma certa cultura que confundia o processo criativo com a indolência dos descompromissados.

Maturidade emocional lhe faz perceber que seus compromissos com a arte da marchetaria serão eternos, porque partes de suas próprias circunstâncias, fontes de sua *salvação*. Salvar-se é voltar.

A decisão de voltar para o Acre é definitiva, necessária. Maqueson volta, e realiza uma das mais importantes exposições de sua carreira iniciante, em Brasília, com o apoio do Embaixador da Alemanha no Brasil, a qual lhe abrirá as primeiras portas de novos estudos no exterior, Itália e Alemanha, e de um mercado de artes, ainda difícil para um artista acreano.

Mas só em 1994 é que a família, superando todas as dúvidas – a troca do Sul, tão distante em todos os sentidos de seu Norte, a incerteza econômica do sobreviver, o restrito mercado para a arte da marchetaria - se reencontra de forma definitiva. Quando Linda, com o coração aberto para a Amazônia, e as meninas - agora com Ana, a caçula - unem-se a Maqueson na difícil, porém medianamente clara decisão de fazer da cidade de Cruzeiro do Sul (coincidente nome de orientação estrelar) o seu *Mundo*. Seus *Mundos* da arte, do viver e do crescer.

Seu calendário a partir de então, começa a ser contado entre o “antes das meninas” e o “depois das meninas”. Pobre, ainda

desconhecido, mas em estado de grande paz interior, Maqueson mais uma vez, e agora para sempre, integra-se à natureza acreana, sua própria natureza, sua própria pele, sua própria razão de ser e de criar. Seu grande Reencontro, como diz alegre.

Esta fase de Reencontro, e volta definitiva às raízes, inicia-se pela expressão das obras “O Seringueiro”, “O Lago da Flora”, “O Maguari”, “O Pescador”, onde o artista, orgulhoso de sua “caboclice” pode dizer com um sorriso imenso e firme:

“A Floresta é meu Pai, a Floresta é minha Mãe”.

Os trabalhos seguem e começam a ser admirados, no Brasil e no exterior. É um Maqueson *inundadamente* amazônico que se transmuda em palmeiras, folhas, árvores, troncos, com nuances, curvas, reflexos e contorcionismos que transitam entre marrons e sépias, passam por brancos e marfins, desfilam entre verdes e quase azuis, conjuntos de uma marchetaria única que dá nascimento a céus – Que céus! - ora de tempestuosas nebulosidades, ora lípidos e translúcidos, em contrapontos a matas de verdes imponentes onde flores, garças, araras e tucanos se entremeiam com rios e lagos, ou se desentendem com árvores absurdamente frondosas que lhes tomam a frente. E surge a presença humana, humildemente respeitosa ao portento natural, se expressando em meio a barcos e barrancos, seres solitários, mas conciliados.

Em 2001, sua Escola de Marchetaria, onde ensina jovens acreanos a sonhar com o futuro, começa a tomar alento quando recebe sua *primeira grande* encomenda da então companhia Brasil Telecom: 50

Caixas a serem produzidas em um período mínimo de tempo, as famosas, Caixas de Maqueson.



Sem capital, apenas com fé, coragem e muito trabalho as Caixas são entregues no momento previsto para serem remetidas aos destinatários na Itália. Para alguns, um simples fato do cotidiano empresarial. Para Maqueson, a confiança em poder sonhar com uma produção ampliada e iniciar uma relação sistemática com o mercado, vivendo de seu ofício de artista.

Entre idas e vindas, Maqueson apenas sobrevive economicamente. Nos anos 80, porém, com o apoio decisivo do Governo do Estado do Acre o Maqueson-artista começa a ser divulgado, no Acre e fora dele. Com o suporte do SEBRAE, a Marchetaria inicia seu processo de consolidação, agora denominada Marchetaria do Acre.

Uma nova Fase, então, se inicia na vida do artista, a partir de 2002: a dos gigantesco trabalhos.

O primeiro, para o Teatro Plácido de Castro, na capital, Rio Branco, composto de duas obras de enormes dimensões cada uma medindo 4,50x12,00m. e que retratam a paisagem amazônica com linguagem e plasticidade únicas. O “diálogo” entre duas garças, em uma dessas obras, é algo de enorme beleza plástica e estética, expressão individual de um olhar intenso, próprio e profundo, de um mirar e admirar o mundo através da selva.

Em 2004 vem da Assembleia Legislativa do Acre, o pedido de uma nova e grande obra: a História da Revolução Acreana, que será retratada em nove imensos painéis de até 1,94 a 4,78metros, possivelmente o maior conjunto de obra em marchetaria em madeira de todo o mundo.



Maqueson, Quadro “REVOLUÇÃO ACREANA”. Assembleia Legislativa, Rio Branco, 2004.

Os 9(entre Painéis medem, cada um, entre 1,94 a a 4,78metros, em média.

O esforço desse trabalho, as tormentas do artista em fazer algo tão grandioso, a solidão e a distância da família que ficou em Cruzeiro do Sul, a insegurança quanto aos resultados, o grande tempo de produção, tudo, enfim, se abate, ao final, sobre um artista exaurido e enfermo, que recusa propostas por algum tempo e que, mais uma vez, necessita de um novo *exílio*, dentro de sua floresta, dentro de si mesmo.

Quando recuperado. Na alma e no corpo, Maqueson delicia-se com o resultado de sua obra: aos elementos animais e vegetais de sua inspiração na natureza amazônica, surgem os homens - indígenas, com suas roupas multiformemente étnicas; políticos e diplomatas, com suas alegorias civilizatórias; heróis e soldados da borracha, em suas celebrações e vitórias. Enfim, o mundo das gentes se entrelaça ao

mundo integral da floresta. Um prazer vivo de ser apreciado e difícil de ser contado.

A partir de então suas grandes obras se tornam motivo de rara felicidade para o artista: em “Paisagem Amazônica com Pavãozinho do Pará”, (1,05x4,80 metros) encomendada pelo Banco da Amazônia, em Belém, citado anteriormente, é notável e visível a plena confiança de um artista em grande, o irradiado prazer estético, a mistura da louca harmonia-desarmonia dos universos amazônicos, contrapostos a um majestoso pavão - o pavãozinho do Pará - transmitindo seguramente o melhor de um maravilhoso artista. Tudo nesta obra respira beleza infinita!



Maqueson, Quadro “Paisagem Amazônica com Pavãozinho do Pará”. Banco da Amazônia S.A., Belém do Pará, 2005.



Maqueson, Detalhe da Obra. *Pavãozinho do Pará*, Banco da Amazônia S.A., 2005.

Paz e alegria lhe movem, em 2007, para a produção de mais um enorme trabalho: “Justiça com Cara Amazônica”, título provisório que em tão o artista nomeia sua deusa Themis, para o Tribunal de Justiça do Acre.



Maqueson, Palácio da Justiça de Rio Branco do Acre. Obra de 07x04 metros.

Cada vez mais acreano, cada vez mais universal, Maqueson tem hoje obras espalhadas em todo o mundo. Falta aos brasileiros de todos os cantos, conhecer sua obra estupenda e única.

O artista sente que venceu mais uma luta, a de viver de e para a sua arte, ao mesmo tempo em que abre portas para jovens aprendizes em sua Oficina-Escola, realizando o sonho de ensinar tudo aquilo que aprendeu, devolvendo um pouco do que lhe foi dado, estimulando o sentimento feliz de pertencer àqueles *mundos* amazônicos e o orgulho da convivência inspiradora com a floresta. Ensina que a Floresta pode ser Pai e pode ser Mãe, provedora e amiga.

Tem casa boa e família linda, como essa Linda que é seu esteio e companheira, que conseguiu compreender as “escapadas” solitárias de Maqueson para embeber-se na floresta, na companhia de seus tucanos e árvores, no encontro íntimo com o velho-menino Maqueson do seringal Flora. Onde só amigos como Chiquinho, lhe fazem eventual companhia, escutando e contando estórias eternas da floresta.

Feliz em ter enfim conseguido uma lanchinha, anda pelos lados de Santa Luzia, navega pelas bandas do Rio Croa, desce e sobe o Juruá, buscando em seus vales os presentes que a mata lhe dá em forma de inspiração para sua arte. E aí volta a encontrar-se com o menino “medonho” de sua infância, seu alimento interminável.

Esse é Maqueson, o Artista da Floresta. Intraduzível em sua complexa simplicidade. Misterioso, em sua transparente humanidade amazônica! Um homem que cabe completo na frase do Nietzsche, pela boca de Zaratustra:

“É preciso ter um caos dentro de si para parir uma estrela cintilante”.

IV

A Marchetaria do Acre



<https://www.maquesonmarchetaria.com>

Tanta luta! Tanta Pertinência! Tanta Verdade! Tanta Beleza!

Hoje, a Marchetaria do Acre consolidou-se, gera emprego e renda ali mesmo, em Cruzeiro do Sul, empregando trinta e três artesãos contratados com carteira assinada, todos ex-aprendizes capacitados por Maqueson. E tudo seguirá em 2023: novos estagiários poderão aprender a arte da marchetaria!

Maqueson segue produzindo obras que vão desde grandes quadros a gigantescos painéis como os já referidos anteriormente nesta crônica. Tais obras, por demandarem extenuante trabalho e período maior de concentração só podem ser produzidas através de encomendas, garantindo ao artista maior dedicação pessoal e tempo para realizá-las.

Por outro lado, a Marchetaria do Acre, administrada pela família, garante a comercialização de peças igualmente deslumbrantes, sempre desenhadas e dirigidas por Maqueson, porém de menores dimensões e menor tempo de produção, com média de média de 330 peças/mês. Através da internet, os, produtos de pronta entrega são

comercializados de forma direta. Além disso, a Marchetaria tem contratos com empresas e marcas que comercializam os produtos para todo o Brasil e para o exterior.⁴



Maqueson, Bolsas e Carteiras, moda-exportação.

Maqueson, o menino do Seringal Flora, vive de sua arte, que também é seu ofício diário. É nome respeitado como grande mestre da marchetaria amazônica. Tudo o que um artista pode almejar!

O que falta, ainda, é que o Brasil conheça mais e se orgulhe profundamente deste grande artista que não trocou sua Cruzeiro do Sul, nem seu Rio Juruá por nada neste mundo.

⁴ Além da comercialização direta (<https://www.maquesonmarchetaria.com>), produtos de Maqueson podem ser encontrados no Brasil em galerias: Silvia Furmanovich (Joalheria e Decoração), inclusive exportando para Emirados Árabes, Dubai, Turquia, Inglaterra e Estados Unidos; Flavia Aranha (Acessórios de Moda), exportando para Portugal, Milão; To Mys – Sylvie Quatara, que além do Brasil comercializa com compradores europeus, principalmente na França e Itália; Lojas Turísticas no Brasil: MASP – SP, Parque Cristo Redentor, RJ, Arte Tribal, SP, Aeroporto de Guarulhos, dentre outras lojas especializadas no Brasil.



Maqueson em sua Floresta no Juruá, Cruzeiro do Sul, Acre



O jovem Maqueson, recém chegado ao Sul, Dona Chagas, sua mãe, e a Família que convivi em 2007.



ISBN: 978-65-00-53991-2

CD



9 786500 539912